

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MESTRADO EM DIREITO

Andréia Rosenir da Silva

**A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DIREITOS HUMANOS DAS
MULHERES E A NECESSIDADE DE INSTRUMENTOS
EFICAZES À SUA CONSOLIDAÇÃO**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação
em Direito da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção do grau de Mestra
em Direito, área de Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dr^a Odete
Maria de Oliveira.

Co-orientador Luiz Otávio
Pimentel.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Da Silva, Andreia Rosenir

A construção de gênero nas Relações Internacionais
[dissertação] : Direitos Humanos das Mulheres e a
necessidade de instrumentos eficazes à sua consolidação
/Andreia Rosenir Da Silva ; orientadora, Odete Maria
deOliveira ; co-orientador, Luiz Otávio Pimentel. -
Florianópolis, SC, 2013.

175 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Relações Internacionais. 3. Gênero. 4.
Direitos Humanos das Mulheres. I. Oliveira, Odete Maria de.
II. Pimentel, Luiz Otávio. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. IV.
Título.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestra em Direito.

Orientadora: Prof^a Dr^a Odete Maria de Oliveira.
Co-orientador Luiz Otávio Pimentel

Aos meus pais, sem eles não estaria aqui.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração de várias instituições, professores e de pessoas, às quais não poderia deixar de expressar sincera gratidão:

À Universidade Federal de Santa Catarina — UFSC, por disponibilizar acesso as suas instalações, acervos e equipamentos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por tornar meus estudos acadêmicos possíveis.

À Professora Dr^a Odete Maria de Oliveira, pela sua visão humanista, incentivadora e por acreditar positivamente no meu trabalho de pesquisa.

Aos professores do Centro de Ciências Jurídicas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito, à Biblioteca Universitária Central e às Bibliotecas Setoriais, pelas possibilidades de aprendizado.

Aos meus amigos que participam de minha caminhada desde longa data, acompanhando e motivando no seguir adiante e de não esmorecer.

À turma de mestrado, sempre alegre e disposta, pelos estímulos e apoios. Em especial à Kamila Brandl, Giorgia Sena, Rafael de Miranda, Rafaela Oliari, Gabriela Werner, Marcia De Fazio, Diego de Souza, Samara Guimaraes, Carla Fonseca e Joel Fernandes.

À família espiritual da Mística Andina.

“MULHER, toma teu pote e vai! Não te prenda nas marcas deixadas em ti. Lembra-te de tuas entranhas geradoras que rompem as teias da morte e te lançam no espaço da vida. Toma teu pote e vai! Não te permita a anestesia. Que rouba a vontade de luta, Resistir e sonhar. Tomando teu pote. Enche o mundo de afeto e ternura. Faz exalar o perfume da vida. Que só tu podes provocar. Dança, dança a canção da liberdade, dança a musica da saudade, dança a dor que suavizou E a harmonia que se criou. Apanha o teu, o meu o nosso pote. Diz ao mundo que és forte, Mostra ao mundo que és MULHER!”

(Rita de Cássia de Almeida Chagas
Fernandes)

RESUMO

A sociedade mundial já não mais se encerra em fronteiras, que diluídas com as transformações tecnológicas, permitiram ao mundo se conectar globalmente. Com isso, as lutas das minorias adquiriram aspectos transnacionais, exigindo o reconhecimento internacional, regional e local de seus direitos. As agendas não são mais exclusivamente realistas — poder, *status quo*, segurança nacional — agora envolvem as realidades sociais — direitos dos excluídos, meio ambiente, etc. Novos atores emergem nas Relações Internacionais contemporâneas como a questão de gênero, consequentemente influenciando e transformando este cenário e as mulheres já dele fazem parte. Dessa forma, usando método indutivo-monográfico, com base na pesquisa bibliográfica, investiga-se sobre a construção de gênero enquanto ator nas Relações Internacionais, indagando-se da necessidade e eficácia da constituição de instrumentos e mecanismo efetivos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

Este trabalho está estruturado em três capítulos o primeiro procura mostrar como se deu a inserção da categoria de gênero no ensino das Relações Internacionais. Faz uma revisão dos debates ocorridos nesse âmbito. Apresenta também diferenciação entre o que seriam ondas e debates. Aborda gênero enquanto ator emergente, além de explicar como as Relações Internacionais subjazem os direitos humanos. O capítulo segundo enfatiza a questão dos direitos humanos desde sua procedência, suas gerações e consolidação no século XX, principalmente com o surgimento das Nações Unidas. Dá ênfase também aos direitos humanos das mulheres, trazendo críticas desde perspectivas feministas, e suas metodologias de pesquisa. O último capítulo, dividido em dois momentos: medidas existentes, analisando os mecanismos e instrumentos legais que garantem os direitos humanos das mulheres de serem cumpridos, e medidas projetadas. Esta última parte, de forma preliminar, aborda aspectos do ativismo transnacional das mulheres em defesa dos direitos humanos e novo recurso denominado de Pachamama: o resgate da natureza do ser espiritual.

Nas suas considerações finais é confirmada a hipótese de que são as relações tecidas entre os diversos atores internacionais, estatais, não-estatais e os movimentos de mulheres os fomentadores à construção desses importantes instrumentos e mecanismos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

PALVRAS – CHAVES: Relações Internacionais, Gênero, Direitos Humanos, Direitos Humanos das Mulheres, ONU, Ativismo Transnacional, Pachamama.

ABSTRACT

The world's society is no longer bounded by borders, that diluted by the development in technology, allowed the world to be globally connected. Due to this, the struggles of the minorities acquired a transnational characteristic, requiring the international, regional and local recognition of their rights. The agendas are no longer exclusively realistic — power, *status quo*, national security — now they include the social realities —the rights of excluded, environmental, etc. New players are emerging in the contemporary international society; consequently, they transform and influence this scenario, and the women are now a part of it. Therefore, using the monographic inductive research based on bibliographic methods, the construction of gender is investigated as a factor of International Relations, inquiring about the necessity and effectiveness of creating mechanisms and instruments for the protection of the human rights for women.

This work is structured in three chapters the first attempts to show how was the inclusion of the category of gender in teaching International Relations. A review of the debates held in this area. Also features that would differentiate between the waves and debates. Discusses emerging gender while actor and explains how international relations underlie human rights. The second chapter emphasizes the issue of human rights since its origin, its generation and consolidation in the twentieth century, especially with the emergence of the United Nations. Also emphasizes the human rights of women, bringing criticism from feminist perspectives, and their research methodologies. The last chapter is divided into two moments: existing measures, analyzing the mechanisms and legal instruments that guarantee the human rights of women to be enforced, and measures designed. The last part, on a preliminary basis, covers aspects of transnational women's human rights and new feature called Pachamama: the rescue of the nature of spiritual being.

In its concluding remarks is confirmed the hypothesis that the relations are woven between the various international actors, state and non-state women's movements the developers to construct these important tools and mechanisms to protect human rights of women.

KEY-WORDS: UN, International Relations, Human Rights, Women's Human Rights, Transnational Activism, Gender, Pachamama.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CLADEM	Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher
CSW	Comissão sobre a Situação da Mulher
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FGM	Female Genital Mutilation
FMI	Fundo Monetário Internacional
IR	International Relations
OI	Organização Internacional
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RI	Relações Internacionais
UN	Nations United
WECF	Women in Europe for a Common Future
WEDO	Women's Environmental and Development Organization

LISTA DE TABELA E QUADRO

Tabela 1: Algumas Abordagens para o Ensino de Gênero nas Relações Internacionais 49.

Quadro 1: Principais Tratados, Declarações, Pactos, Planos de Ação e Convenções Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos Ratificados pelo Brasil 149.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO CENÁRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
1.1 ANTECEDENTES E CONCEITOS DA DISCIPLINA	20
1.1.2 PERCURSOS HISTÓRICOS CONFIGURADOS NOS DEBATES	22
A) PRIMEIRO DEBATE – DISCUSSÕES ONTOLÓGICAS	24
B) O SEGUNDO DEBATE – DISCUSSÕES METODOLÓGICAS	27
C) TERCEIRO DEBATE – DISCUSSÕES INTERPARADIGMÁTICAS	30
D) O QUARTO DEBATE – DISCUSSÕES CIENTÍFICAS	34
1.1.3 DIFERENCIANDO ONDAS DE DEBATES	37
1.2 GÊNERO E SEUS DESDOBRAMENTOS	42
1.2.1 SURGIMENTO	42
1.2.2 MÉTODOS E CATEGORIAS FEMINISTAS	46
1.3 QUESTIONAMENTOS SOBRE A ABORDAGEM <i>GENDER MAINSTREAM</i>	56
1.4 GÊNERO ENQUANTO ATOR EMERGENTE	59
1.5 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUBJACENTES AOS DIREITOS HUMANOS	64
2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	71
2.1 DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS	73
2.1.1 PRECEDÊNCIA	73
2.1.2 GERAÇÕES	75
2.2 DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX	80
2.2.1 A CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E O SURGIMENTO DA ONU	81
2.2.2 CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS	85
2.2.3 DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	87
2.3 CONCEBENDO OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	91

2.4 CRÍTICAS AOS DIREITOS HUMANOS SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	94
2.5 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES ENQUANTO DIREITOS HUMANOS	98
2.6 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NUM MUNDO DE DIFERENÇAS	103
2.6.1 <i>FEMINIST CURB CUTTING</i>	106
3.1 MEDIDAS EXISTENTES	116
3.1.1 ASPECTOS CONCEITUAIS	116
3.1.2 MECANISMOS INTERNACIONAIS	118
A) CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (CEDAW)	120
B) PROTOCOLO FACULTATIVO À CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER	128
C) CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – “CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ” 1994	135
D) A CONFERÊNCIA DE VIENA, DE 1993	140
E) A CONFERÊNCIA DE BEIJING, DE 1995	144
3.2 MEDIDAS PROJETADAS:	OBSERVAÇÕES
PRELIMINARES	150
3.2.1 ATIVISMO TRANSNACIONAL E OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	151
3.2.2 PACHAMAMA: O RESGATE DA NATUREZA ESPIRITUAL DO SER	153
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	162
SITES	173
ANEXO	175

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário de atuação das Relações Internacionais tem presenciado o alargamento de seu próprio âmbito enquanto teoria e prática, devido às constantes transformações inerentes à sociedade internacional, entre elas, o surgimento de diversos atores fazendo parte dessas relações. Ou seja, os Estados já não são mais os únicos protagonistas deste interessante palco.

Embora o estudo de gênero seja diversificadamente amplo nas ciências humanas, sua investigação no âmbito das Relações Internacionais apenas obteve destaque no final da década de 1980 em diante. Até então, a escola predominante de pensamento desta disciplina (realismo político) considerava tal temática questão de caráter neutro — *gender neutral*. Pensava-se, em outras palavras, que não havia a necessidade de ser introduzido nos estudos das relações entre os Estados, assunto pertinente à esfera pública e à alta política.

Os primeiros esforços de estudiosas e também de alguns estudiosos no campo das Relações Internacionais partiram do eixo Estados Unidos e Inglaterra, — ampliando-se nos anos noventa a outras regiões —, conseguindo trazer relevância dessa abordagem para dentro da disciplina.

No entanto, por mais que haja diversificada literatura no estrangeiro a respeito do estudo de gênero no âmbito das Relações Internacionais, tal temática continua sendo, em nível nacional, pouco investigada, de modo que o estímulo a esta pesquisa é também oriundo da escassez de trabalhos nesse sentido.

O presente estudo, em linhas gerais, está centrado na asserção de que a construção de gênero no âmbito das Relações Internacionais, além de ser considerado ator emergente, é analisada na esfera do estudo dos direitos humanos das mulheres e da necessidade de instrumentos eficazes à consolidação desses direitos. Ou seja, a capacidade de influência desta categoria de atores deverá fomentar mudanças no cenário internacional e nas relações estatais. Para tanto, apresenta-se a hipótese afirmando de que são as relações sociais tecidas entre os diversos atores internacionais estatais e não-estatais e os movimentos de mulheres os reais gestores à construção desses importantes instrumentos.

Nesse sentido, o estudo de gênero — categoria que vem ganhando cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, resultado de longo período de lutas, em que grupos feministas, de mulheres e ativistas deixaram o setor privado, para reivindicar melhores

condições, seja nos âmbitos econômico, social, cultural, político e profissional — é abordado tematicamente e não desde suas transversalidades.

Dessa forma, gênero é compreendido aqui como conceito de relações entre homens e mulheres, construídas socialmente, atribuindo-lhes fatores sociais, econômicos, culturais, religiosos e políticos, não aceitando a determinação imposta pela diferenciação de seus órgãos sexuais, — qualidades masculinas e femininas —, a partir deles produzindo, de um lado, a força, a coragem e o poder, de outro, a fragilidade e a vulnerabilidade.

Esta categoria de análise — gênero — é igualmente apreendida pelo critério de sociedade internacional contemporânea, que aceita o protagonismo dos mais diversos atores, como as ONGs, indivíduos, organizações terroristas, organizações criminosas, movimentos sociais, entre outros, e não apenas entre os Estados, considerados únicos atores pela escola realista.

Além disso, o uso do termo movimentos de mulheres será muitas vezes utilizado para identificar a mobilização feita sob a perspectiva feminina, não reduzindo de forma alguma suas variadas categorias — feministas, ativistas e defensoras de direitos, entre outras — numa única, porém simplificando a idéia de ação.

A luta incessante das mulheres ao redor do mundo em busca do reconhecimento de seus direitos e identidade contribuiu para a constituição de diversas organizações não-governamentais, movimentos ativistas transnacionais, nos novos desenhos das lideranças políticas internacionais, nacionais e regionais, conferências mundiais e na criação de órgãos de fiscalização, tanto em nível nacional como internacional. Efeitos também desta constante luta refletem-se no desenvolvimento de nova abordagem quanto à questão dos direitos humanos, equivalente ao fenômeno da particularidade, ou seja, a abordagem das minorias.

Ao mesmo tempo, salienta-se que existem variadas obras tratando da questão dos direitos humanos das mulheres, não obstante, poucas dão ênfase à perspectiva das Relações Internacionais. O reconhecimento desta lacuna, principalmente na Academia brasileira, incentivou a elaboração desta investigação dos direitos humanos das mulheres nas Relações Internacionais.

Ilustradas essas questões, a presente pesquisa parte de um objetivo geral, que busca demonstrar a justaposição entre a construção de gênero nos seus três capítulos, nesse sentido, abordando a importância do delineamento e da necessidade do respeito aos direitos humanos das mulheres nas Relações Internacionais.

Consequentemente, o capítulo I procura mostrar como se deu a inserção dessa categoria de análise no ensino das Relações Internacionais. Para tanto, faz a revisão da perspectiva de gênero a partir dos debates ocorridos nessa disciplina. É objetivo deste trabalho contribuir na construção de gênero nas teorias das Relações Internacionais, salientando de que maneira está acontecendo seu desenrolar nesse escopo. Para tal finalidade, utilizar-se-á uma bibliografia mais centrada nesse viés de gênero, abordando, nesse sentido, a discussão a respeito do conceito de ondas, identificando períodos de surgimento e desdobramento do debate de gênero como inserção de novas categorias. Realiza-se, portanto, diferenciação do que significa debates e ondas. Também focaliza-se no gênero enquanto ator emergente e seu desdobramento dentro das Relações Internacionais, encerrando-se com o que seriam as Relações Internacionais subjancendo aos direitos humanos.

O capítulo II enfatiza a questão dos Direitos Humanos Universais desde sua procedência, ocupando-se a seguir com o denominado assunto das gerações, sua consolidação no século XX, principalmente com o surgimento das Nações Unidas, com a criação da Carta da ONU. Logo após, direciona-se à temática dos direitos humanos das mulheres. Desse modo, são formuladas as seguintes indagações: o que são os direitos humanos das mulheres? Seria uma nova abordagem no âmbito dos direitos humanos? Ou seria um novo direito? Como ficam os Direitos Humanos Universais? Existe diferença entre ambos? Os direitos humanos das mulheres fragmentariam os Direitos Humanos? Nesse sentido, as respostas são articuladas, resgatando-se o aporte teórico e as críticas produzidas desde a abordagem de gênero, porém não exclusivas a uma literatura feminista, finalizando-se esse capítulo com a introdução de possível metodologia de pesquisa — *feminist curb cutting* —, preocupada com a temática de gênero e os direitos humanos e direitos humanos das mulheres, desenvolvida pela autora Ackerly Brooke.

O capítulo III reúne elementos do Direito Internacional e das Relações Internacionais, como alicerces no sentido de fundamentar a discussão sobre a necessidade de serem construídos instrumentos eficazes à consolidação dos direitos humanos das mulheres. Nesse sentido, dividiu-se este capítulo em dois momentos: ou seja, abordando as medidas existentes — tratando dos instrumentos internacionais que protegem e legitimam os direitos humanos das mulheres, com força de lei para influenciar os Estados-membros signatários destes tratados, sendo focalizada a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, o Protocolo Facultativo à Convenção

Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”, 1994. Adiciona-se também ao final deste item, pinceladas sobre a Convenção de Viena, de 1993 e a de Beijing de 1995.

Na segunda parte, são apresentadas as medidas projetadas, vale dizer, as observações preliminares, isto é, a construção destas medidas ainda está em formação e, por isso, evidentemente desconhece-se a sua eficácia. No entanto, já se observam de seus traços possíveis tendências. Esta unidade utiliza elementos encontrados na abordagem do ecofeminismo, no ativismo transnacional do movimento de mulheres em defesa dos direitos humanos e um novo recurso que passou a ser mundialmente conhecido a partir da Conferência do RIO+20: o Direito de Pachamama. Acrescentam-se também algumas informações provenientes da experiência desta mestranda durante o evento da Rio + 20, e com o Movimento da Mística Andina. Considerações finais à proposta desta pesquisa manifestam-se acerca da hipótese do trabalho.

No estudo, optou-se pelo método indutivo de pesquisa e pelo de procedimento monográfico, fazendo uso de bibliografias estrangeiras e nacionais. Nesse sentido, esta autora assume integral responsabilidade pelas traduções das obras em idiomas estrangeiros.

Gênero abre diversas portas à pesquisa, um leque de inúmeras variáveis. Contudo, por não tratar — esta dissertação —, de um trabalho de pesquisa de campo, evitou-se usar variáveis que pudessem exigir esse domínio. Contudo, esta pesquisa contém noções e elementos do âmbito das Relações Internacionais, embora haja nos capítulos segundo e terceiro delineamentos do Direito Internacional, sendo assim, é de se reconhecer um vínculo mais estrito com a disciplina de Relações Internacionais.

1 A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO NO CENÁRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”

(Simone de Beauvoir)¹

A perspectiva de gênero nas Relações Internacionais é bastante recente, se comparada às discussões levantadas em outras áreas das ciências humanas. No Brasil, esta temática ainda se caracteriza como emergente. Assim sendo, busca-se neste capítulo compreender seu surgimento, conceito, natureza, dificuldades, bem como seus desdobramentos. Vale ressaltar ainda que poucas são as obras, artigos, ou dissertações e teses que trazem tal abordagem para o estudo dessa disciplina² em nosso país.

Considera-se, contudo necessário, antes de iniciar-se esse estudo, denotar a diferenciação entre as Relações Internacionais e o Direito Internacional Público, devido ao fato de que, em certos momentos neste trabalho, se farão presentes conceitos de ambos os conhecimentos. Tais disciplinas possuem interfaces bastante similares. A primeira delas diz respeito ao seu escopo, ou seja, o cenário internacional, mais especificamente a sociedade internacional, na qual as relações entre os

¹ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sergio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 9.

² A partir de pesquisa minuciosa, realizada junto à base de dados nos periódicos CAPES, em universidades onde esta disciplina é ministrada, e por meio da Internet, constatou-se existirem algumas dissertações que trazem esta abordagem, duas das quais apresentadas no Instituto Rio Branco, em Brasília, o que permite também identificar certa abertura em nossa Diplomacia. Ver: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011; MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Ed. UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009; NICODEMUS, Marcela. **As Nações Unidas e a promoção do direito da mulher**: retórica ou realidade? Brasília: IRBR – XLVIII, 2005; NOGUEIRA, Ana Beatriz. **Conferência de Beijing**: os direitos das mulheres no cenário internacional. Brasília: MRE/IRBR, 2005; DA COSTA, Patrícia Gay Pepper. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais**: contribuição brasileira à Conferência de Beijing '95. Brasília: UnB/ Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. Dissertação, 1997.

Estados e demais atores são estabelecidas. A segunda diz respeito à descentralização desta sociedade.

O campo das Relações Internacionais “se ocupa com a realidade e os problemas das interações internacionais.”³ Nesse sentido, os Estados configuraram primeiramente essas relações, tornando-se mais complexas com a emergência de novos atores, “que interferem no cenário internacional e que, portanto, atua na condução de temas de alcance internacional.”⁴

Não obstante, é o Direito Internacional Público, que se ocupa com o âmbito normatizado, o dever ser, analisando o *sujeito* de direito, pressupondo a “condição de o ente possuir direitos e deveres perante o ordenamento jurídico internacional (ex. Estados e Organizações Internacionais).”⁵ Conforme Rafael Oliveira, o “termo ator é mais amplo que sujeito, razão pela qual se pode dizer que todos os sujeitos de direito internacional são atores, mas o contrário não.”⁶

Portanto, segundo Rezek, o Direito Internacional Público apresenta como fundamento um “sistema jurídico autônomo, onde se ordenam as relações entre os Estados soberanos, o direito internacional público — ou o direito *das gentes*, no sentido de direito das nações ou dos povos — repousa sobre o consentimento.”⁷

No entender de Touscoz, “tem por vocação reger as relações internacionais [...] as relações entre os Estados e com as organizações internacionais por eles criadas.”⁸ Hedley Bull contribui, nesse sentido, afirmando que “a primeira função do direito internacional tem sido identificar a noção de uma sociedade de estados soberanos, como supremo princípio normativo da organização política da humanidade

³ Ver: KAWAMURA, Karlo koiti. **Atores nas Relações Internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais:** possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2012, p. 23.

⁴ OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais:** seu protagonismo no uso do *soft power* frente aos desafios das mudanças climáticas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2010, p. 33.

⁵ Idem, p. 33-34.

⁶ Idem, p. 34.

⁷ REZEK, José Francisco. **Direito internacional público.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 27.

⁸ TOUSCOZ, Jean. **Direito internacional.** Tradução de Nuno Canas Mendes. Portugal: Publicações Europa-América, 1994, p. 28.

[...].”⁹ Sua segunda função seria “expressar as regras básicas da coexistência dos estados e dos outros atores na sociedade internacional [...]”.¹⁰

Essas regras estão relacionadas a três áreas principais: “aquelas relativas à limitação da violência, aos acordos entre os atores e à soberania ou independência dos estados [...]. A terceira função seria ajudar a mobilizar a aceitação das regras na sociedade internacional.”¹¹ Perceba-se que tais regras subjazem às Relações Internacionais. Bull também destaca para a mudança na abrangência do Direito Internacional “que desde a Segunda Guerra Mundial tem havido um enorme crescimento de parte desse direito que regula temas econômicos, sociais, de comunicações e ambientais, diferentemente dos assuntos políticos e estratégicos, que no passado representaram o seu foco principal.”¹² Isso é devido, acima de tudo, ao surgimento dos diversos atores, com destaque às organizações internacionais: Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), etc. Completadas essas características, o Direito Internacional tem como fontes:

as convenções internacionais, de caráter geral ou especial, que estabelecem regras admitidas expressamente pelos Estados conflitantes; o costume internacional, evidenciado pelas práticas gerais como lei; os princípios gerais do direito, reconhecidos pelas nações civilizadas; e as decisões judiciais e os ensinamentos dos autores mais qualificados de vários países, como meio subsidiário para determinar as regras do direito.¹³

Em suma, ambas as ciências são interconexas, já que as relações estabelecidas entre os Estados também necessitam de normas como garantia de seu cumprimento. Tendo visto brevemente esses aspectos, dá-se início à discussão proposta neste trabalho.

⁹ BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 162.

¹⁰ Idem, p. 163.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Idem, p. 168.

¹³ Idem, p. 170.

1.1 ANTECEDENTES E CONCEITOS DA DISCIPLINA

As Relações Internacionais apresentam antecedentes que “deitam raízes em tempos longínquos, cujas marcas encontram referências nas indagações dos primeiros relacionamentos estabelecidos entre os homens e suas incipientes comunidades.”¹⁴ No entanto, concernente aos “fundamentos históricos e epistemológicos da disciplina”¹⁵, segundo a citada autora, somente foi reconhecida como “saber autônomo na década de 1920, com os eventos de grandes consequências como o primeiro conflito mundial [...]”¹⁶

Historicamente, o desenvolvimento dessas relações adquiriu num primeiro momento âmbito inter-relacional, com as temáticas decorrentes dos “atos de guerra, das religiões e dos exercícios de comércio.”¹⁷ Nesse sentido, para Esther Barbé, o “nascimento das relações internacionais como disciplina está ligado a uma preocupação: a existência de guerras entre Estados [...]”¹⁸

Não obstante, seu processo de consolidação percorreu largo caminho até passar efetivamente a ser considerado matéria de conhecimento científico autônomo, com destaque aos estudos da realidade e dos problemas das interações internacionais. Além do mais, após a Segunda Guerra Mundial, houve de fato alargamento na abrangência de atuação desta ciência, resultante também dos novos atores emergentes no cenário internacional e interesses internacionais.¹⁹

Embora seja coerente introduzir aqui aspectos do percurso histórico²⁰ desta disciplina, tais aspectos serão aprofundados no próximo item, fazendo uso da perspectiva de gênero para análise dos denominados debates ocorrido no âmbito das Relações Internacionais.

É relevante apresentar um conceito apropriado de Relações Internacionais que possa dar suporte teórico à hipótese desta pesquisa,

¹⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008, p. 29.

¹⁵ Idem, p. 39.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem, p. 29-30.

¹⁸ BARBÉ, Esther. El estudio de las Relaciones Internacionales: crisis o consolidación de una disciplina? [Espanha]: **Revista de Estudios Políticos, Nueva Época**, n. 65, jul./sep., 1985, p. 173.

¹⁹ KAWAMURA, op. cit., p. 23-24.

²⁰ Sobre o percurso histórico mais detalhado ver: OLIVEIRA, op. cit., 2008; BARBÉ, op. cit., 1985.

afirmando de que certos instrumentos — conferências, comissões, convenções —, acabam tecendo correlações entre os diversos atores internacionais, governamentais e organizações não-governamentais, perpassando a arena das Relações Internacionais, para construir um dos meios de aplicação e execução dos direitos humanos das mulheres.

Dessa forma, o desenvolvimento das relações internacionais a partir, principalmente dos resultados da Segunda Guerra Mundial, trouxeram novos contornos às complexas agendas no cenário mundial para os aspectos político, social, econômico, cultural e religioso. O estudo destas agendas contemporâneas, no caso particular de gênero nas Relações Internacionais, pode ser analisado com base no critério da sociedade internacional.

Tal critério, conforme expõe Oliveira, “abarca várias noções, inclusive marxistas, incluindo a categoria de classe social na definição de sociedade internacional, agora vista sob o ângulo mundial como o alicerce-chave para conceituar o conhecimento de Relações Internacionais.”²¹ De acordo com a autora:

Os autores que defendem essa posição conceitual concebem a definição de Relações Internacionais através da categoria de sociedade internacional dentro do âmbito complexo das relações sociais, porque entendem que a noção de sociedade internacional apresenta-se mais ampla ao objeto desse conhecimento [...] ainda porque reflete relações existentes dentro da sociedade e não apenas aquelas estabelecidas entre os Estados ou entre outros atores dessas relações.²²

O aporte da sociedade internacional admite que, a partir da interação social, seja incluído em seus estudos:

Assuntos que afetam a sociedade internacional em sua essência, como as questões referentes ao uso pacífico de energia nuclear, preservação do meio ambiente, crises financeiras, desemprego, fluxos migratórios e terrorismo internacional, que ganham relevo em detrimento de critérios

²¹ OLIVEIRA, op. cit., 2008, p. 64.

²² OLIVEIRA, op. cit., 2008, p. 64.

exclusivos de força e poder, qualidade dos agentes
ou o local onde as relações se desenvolvem.²³

Assim sendo, a “emergência de novos atores, a mundialização da sociedade, a estruturação de nova ordem internacional e a própria ruptura das instituições clássicas”²⁴ contribuíram para a construção desse aporte. Além do mais, as Relações Internacionais, em abordagem mais ampla e contemporânea, são compreendidas com base na ideia de uma sociedade internacional mundializada [...], ou seja, “permite estabelecer os horizontes das relações não apenas entre os Estados, mas sim entre os outros inúmeros atores do cenário mundial.”²⁵

Ainda, o entendimento proposto pelo autor Arenal Celestino, sustenta a possibilidade de inserção proposta, a partir do critério da sociedade internacional, pois:

[...] a sociedade internacional de nossos dias não é exclusivamente interestatal, mas também transnacional e humana, em razão da diferente natureza de seus atores e de sua interrelação e interação que se produzem em seu seio e do alcance comum e global dos problemas e soluções.²⁶

Portanto, objetivando tornar plausível a discussão de gênero e dos direitos humanos das mulheres nas Relações Internacionais, será o critério de sociedade internacional o sustentáculo para o desenvolvimento deste trabalho.

1.1.2 Percursos Históricos Configurados nos Debates

O estudo das Relações Internacionais, como disciplina, tem a finalidade de formular conceitos e teorias que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como de explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política

²³ KAWAMURA, op. cit., p. 27.

²⁴ OLSSON, Giovanni. **O fenômeno da globalização e o novo cenário dos atores das Relações Internacionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2001, p. 65.

²⁵ OLSSON, op. cit., p. 66.

²⁶ ARENAL, Celestino del. **Introducción a las relaciones internacionales**. 3. ed. Madrid: Tecnos, 1994. Apud KAWAMURA, op. cit., p. 28.

mundial.²⁷ Com antecedente registrado logo após a tragédia da Primeira Guerra Mundial e as consequências dos seus desastrosos resultados, um grupo de estudiosos buscou entender as razões e motivos que levaram ao desenvolvimento deste lamentável quadro, bem como a construir políticas eficientes que combatessem tal fenômeno.

Baseado neste cenário, constituiu-se então, em 1919, em Aberystwyth, na Escócia, com a institucionalização da Cátedra de *Woodrow Wilson* – Universidade de Aberystwyth – a primeira disciplina de Relações Internacionais, consagrando o momento no qual os estudiosos voltavam suas preocupações para a questão normativa da sociedade internacional.²⁸ Nas palavras de Sylvester²⁹, é uma disciplina nascida na guerra e no debate, inicialmente sustentando-se em premissas do paradigma idealista, originando-se daí a Liga das Nações, “organização internacional, necessária para abrir a política externa ao escrutínio público e assim alimentar o bom hábito da negociação cavalheiresca”³⁰, tornou-se a expressão máxima desse período histórico.

O insucesso, porém, deste primeiro grupo de estudos, — pautado em princípios idealistas, na busca de uma paz duradoura, institucionalizada na Liga das Nações —, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial— forneceu bases de solidificação para o novo paradigma realista, enquanto crítica ao primeiro, fundamentado principalmente nos pensamentos de Maquiavel e Hobbes. A disciplina, então, adquire aspecto atual e passa a centrar-se nas questões do Estado (único sujeito de direito na esfera internacional), com características egoístas, auto-interesses, preocupado acima de tudo com a questão da segurança nacional, poder político e as formas de manter seu *status quo*.³¹

A obra de Edward Hallet Carr³², *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, inicialmente introduziu as denominações idealistas e realistas junto à disciplina e, a partir deste momento, ganharam aspectos diferenciadores, consolidando-se nos denominados paradigmas do idealismo e do

²⁷ NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 2.

²⁸ Sobre o surgimento da disciplina ver: OLIVEIRA, op. cit., 2008; NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., 2005.

²⁹ Ver: SYLVESTER, Christine. **Feminist theory and International Relations in a postmodern era**. New York: Cambridge University Press, 1994, p. 70.

³⁰ Idem, 1994, p. 71.

³¹ Sobre este assunto ver: OLIVEIRA, op. cit., 2008.

³² Ver: CARR, Edward. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1946.

realismo político. As discussões em torno desses paradigmas são chamadas de “primeiro debate nas Relações Internacionais”. Referindo-se à obra de Carr, o autor Brown³³ afirma que “este livro desempenhou tarefa fundamental na disciplina, introduzindo assim novo vocabulário para este âmbito.”³⁴

Esta disciplina, contudo, vivenciou outros ciclos de intensos debates, ao colocar em pauta de discussão a forma como deveriam ser conduzidas suas análises a respeito da política mundial, em determinados momentos e realidades, abordados também neste estudo.

a) Primeiro Debate – Discussões Ontológicas

A ambiguidade do século XX foi, sem dúvida, o marco de início de uma longa discussão de como as relações entre os Estados-nação deveriam ser levadas em conta, isso porque a incerteza política entre eles não permitia prever exatamente os resultados de suas decisões e os impactos profundos que poderiam ocasionar à sociedade internacional, como foi o caso dos dois conflitos mundiais.

Tanto Steans³⁵ quanto Tickner³⁶ afirmam que o primeiro debate, localizado entre os anos de 1930 e 1940, apresentava proposta nuclear, centrada na necessidade de promoção de normas condizentes com a sociedade internacional por meio de cooperação, mediante acordos legais na política internacional e a construção de instituições internacionais aptas a fortalecer e apoiar o Direito Internacional. Enfatiza ainda Tickner que:

³³ BROWN, Chris. **Understanding International Relations**. 2. ed. New York: Palgrave, 2001, p. 28.

³⁴ Não somente introduziu novas denominações como permitiu a fomentação de discussão a partir de paradigmas. Os paradigmas estudados nas Relações Internacionais são o idealismo, realismo, neorrealismo, dependência — surgido na América Latina— e a interdependência. Ver: OLIVEIRA, op. cit., 2008.; OLIVEIRA, Odete Maria. Relações Internacionais e o dilema de seus paradigmas: configurações tradicionais e pluralistas. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIRIO, Arno. **Relações Internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 33-114.; BEDIN, Gilmar Antônio et al. **Paradigmas das Relações Internacionais**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

³⁵ Ver: STEANS, Jill. **Gender and International Relations: issues, debates and future directions**. UK: Polity Press, 2006, p. 21.

³⁶ Ver: TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**. New York: Columbia University Press, 2001, p. 22.

[...] Profundamente influenciado pelos eventos na Europa nos anos de 1930 e 1940, de onde muitos de seus estudiosos vieram, o realismo político tem estado primariamente preocupado em explicar as causas das guerras internacionais e a ascensão e queda dos Estados.³⁷

O primeiro debate envolvia discussões idealistas, sendo substituído logo após a eclosão da Segunda Guerra Mundial pelos desenhos realistas. No entender de Smith³⁸, o realismo político, conhecido também como positivista, dominou nos últimos 40 anos o cerne das discussões acadêmicas nesta disciplina.

Oliveira³⁹ destaca que a forte característica desse primeiro momento é a presença do Estado como único ator, sempre objetivando manter seu estatocentrismo, enquanto relações de poder político — luta e dominação. Dessa forma, sua alta política é voltada ao poder militar, à guerra e soberania, delimitando a divisão entre o nacional e internacional:

Na ortodoxia realista e neorrealista, o Estado é frequentemente tido como ator principal das Relações Internacionais. Além do mais, também o conhecimento sobre o mundo é construído do ponto de vista do Estado como único ator [...].⁴⁰

Estas colocações fornecem os primeiros elementos de discussão, relacionados aos que seriam designados temas relevantes em um primeiro momento para as Relações Internacionais, como uso do poder, da segurança nacional, da normatização de regras internacionais, constituindo para estes pensadores uma disciplina *gender-neutral*.

Embora se saiba historicamente que muitas mulheres se empenhavam em atos de defesa territorial, casamentos dinásticos ou

³⁷ Ver: TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: feminist perspectives on achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992, p. 10.

³⁸ Ver: SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (org.). **International Theory**: positivism & beyond. 9. ed. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 11.

³⁹ OLIVEIRA; DA SILVA. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 24.

⁴⁰ Idem, 2011, p. 65.

arranjos de modo a manter a paz entre duas nações⁴¹, como se pode observar na colocação de Cynthia Enloe:

As experiências das mulheres [...] sejam elas vivenciadas por meio da prostituição, como resultados de acordos e barganhas entre governos para promover as inter-relações entre soldados e a comunidade no entorno de bases militares e assim garantir o bem-estar “masculino”, ou mediante papel paralelo de mulheres casadas com fazedores de políticas — *policy makers* —, representantes da alta política governamental, contribuindo para a boa imagem do país, ou ainda, o uso de imagens locais em âmbito internacional, com a finalidade de promover relações econômicas e políticas — Carmen Miranda —, são em si mesmas experiências importantes para denunciar a não neutralidade de gênero dentro das Relações Internacionais.⁴²

E, de forma a compreender o que seria o *gender-neutral*, Sylvester⁴³ vai mais além, examinando na raiz teórica desta disciplina, ou seja, nos seus clássicos autores — Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Rousseau — a construção de gênero, a partir da separação entre o público e o privado, e definitivamente sua forte influência nos escritos de teóricos, como no caso de Hans Morgenthau⁴⁴, — considerado por muitos eruditos, o papa da disciplina —, o que visualiza, dessa forma, a ausência da discussão de gênero enquanto categoria de estudo.

Por conseguinte, o primeiro debate estabelecido entre os idealistas e os realistas, resultou em favor da visão do realismo político, afastando com isso as preocupações normativas — defendidas pelos idealistas —, enfocadas na justiça e na paz, cedendo lugar às questões reais dos problemas da política do poder.⁴⁵ Esse primeiro debate⁴⁶ é

⁴¹ SYLVESTER, op. cit., p. 24.

⁴² OLIVEIRA; DA SILVA, op.cit., p. 73.

⁴³ SYLVESTER, op. cit., p. 70-78.

⁴⁴ O professor Rodrigo dos Passos, da Universidade Federal de Piauí, descreve a partir do trabalho de J. Ann Tickner “**Hans Morgenthau’s principles of political realism: a feminist reformulation**” uma análise sobre a visão da questão de gênero no realismo político. In: OLIVEIRA, op. cit., 2011, p. 83-117.

⁴⁵ STEANS, op. cit., p. 21.

também conhecido como debate ontológico — voltado para a natureza do mundo.

b) O Segundo Debate – Discussões Metodológicas

Esse debate registrou-se no período conhecido como revolução behaviorista⁴⁷, provindo das ciências sociais, repercutindo também nas Relações Internacionais. As temáticas em discussão deixam de ser apenas uma questão ontológica, para refletir sobre a problemática de cunho metodológico. O assunto em pauta não condizia mais com a indagação: o que estudar, mas como estudar,⁴⁸ e dessa maneira:

[...] Os realistas científicos defendiam absoluto rigor quanto ao conhecimento e maior influência dos métodos das exatas. Criticavam também a falta de diálogo com outras áreas da ciência do saber, nas quais avanços expressivos na formulação de critérios empíricos de observação e análise da realidade objetiva haviam sido feitos. Portanto, esses realistas defendiam a importação de sistemas e conceitos de outras áreas, das ciências exatas em particular, como a cibernética e a biologia, assim como o uso mais intensivo de métodos quantitativos para o estudo das Relações Internacionais [...].⁴⁹

⁴⁶ Ann Tickner citando Brian Schmidt evoca a sugestão feita por este, de que o primeiro debate foi um “*misnomer*”, ou seja, um nome inadequado. Para este autor foi mais uma evolução, pelos estudiosos do tradicional Direito Internacional e instituições para aqueles que focavam na política internacional. Schmidt argumenta que histórias intelectuais sobre a área têm servido de justificação e efeitos legitimadores – neste caso, a legitimação do realismo. In: TICKNER, op. cit., 2001, p. 22.

⁴⁷ Segundo Oliveira, o termo behaviorismo tornou-se corrente na língua portuguesa e refere-se à grande repercussão que alcançou em todo o mundo a posição doutrinária de John Watson (1878-1958), sendo este o criador desse sistema e terminologia. In: OLIVEIRA, op. cit., 2008, p. 84.

⁴⁸ NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., 2005, p.4.

⁴⁹ Idem, p. 5.

Igualmente Tickner⁵⁰ enfatiza esse debate como sendo característico dos anos cinquenta e sessenta, ocorrido entre os primeiros realistas e os estudiosos orientados mais cientificamente, ou seja, a chamada virada científica no realismo pós-guerra dos Estados Unidos, também “adotado pelos behavioristas, institucionalistas liberais, e alguns pesquisadores da paz, todos se baseando em modelos provindos das ciências naturais e econômicas para construir suas teorias.”⁵¹ Esse período vivenciou a busca por novas teorias, e nesse escopo “programas de pesquisa científicas” eram desenvolvidos desde suposições realistas sobre o sistema internacional servindo enquanto *hard core*.⁵²

Ainda, conforme Ann Tickner, a representação do segundo debate permeia o fato de que a construção teórica era motivada pelo desejo de controlar e predizer, ou seja:

A procura por sistemático questionamento poderia, se esperava, contribuir para o esforço da diminuição da probabilidade de futuro conflito. Amplamente definido enquanto positivista, esta virada científica representa uma visão da criação do conhecimento baseado em quatro suposições: (1) crença na unidade da ciência; (2) de que há uma distinção entre fatos e valores, com fatos sendo neutros entre teorias; (3) de que o mundo social possui regularidades como o mundo natural; e (4) de que o caminho para determinar a verdade das declarações é feito pelo apelo aos fatos neutros ou uma epistemologia empírica.⁵³

Essa busca aspirava respostas ao novo quadro político internacional, bastante turbulento, a consequência da Guerra Fria para a sociedade internacional:

[...] Trata-se do debate sobre níveis de análise, cujo marco inicial foi a tese de doutorado de Kenneth Waltz, transformada em livro em 1950, *Men, The State and War*. Waltz afirmou que todas as explicações sobre as causas da guerra podiam ser encaixadas como parte da primeira imagem —

⁵⁰ TICKNER, op. cit., 2001, p. 23.

⁵¹ Idem, p. 23.

⁵² Idem, ibidem.

⁵³ Idem, p. 24.

a imagem do indivíduo —, da segunda imagem — a imagem do Estado —, ou da terceira imagem — a imagem do sistema internacional. [...] mas seu objetivo [...] não era privilegiar uma imagem em detrimento das demais, mas sim a sistematização do estudo das relações internacionais e de suas principais fontes em termos científicos, que condizem com a revolução behaviorista que estava ocorrendo nas demais ciências sociais nos Estados Unidos na mesma época.⁵⁴

Kenneth Waltz⁵⁵ defendia a necessidade de se ter um realismo com bases mais sólidas e científicas, “a teoria para Waltz precisa permitir ao analista explicar o que ocorre e fazer previsões do que vai ocorrer, deve também ser *elegante*.”⁵⁶

Os trabalhos de Waltz são amplamente influenciados pela abordagem econômica, principalmente a microeconômica, bem como elementos da antropologia. Em sua obra, *Teoria das Relações Internacionais*, de 1979, isso é perceptível pelo uso que faz de métodos derivados da economia. Conforme afirma o autor: “os números podem descrever o que se passa no mundo. Mas, por mais que reduzamos a descrição a números, continuamos ainda sem explicar o que descrevemos.”⁵⁷

Ainda, nessa obra, o autor contrasta as teorias reducionista e sistêmica, “que explicam as relações internacionais em termos do interno opostas às que olham somente para o sistema internacional,”⁵⁸ ocupando-se, com isso, de questões relativas às leis e teorias, de forma a examinar essa ciência e suas abordagens que afirmam possuir importância teórica. Além do mais, buscou observar algumas aplicações de sua proposta das Relações Internacionais que amenizasse os defeitos das teorias vigentes.

⁵⁴ NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., 2005, p. 38.

⁵⁵ Ver: WALTZ, Kenneth, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução de Maria Luísa F. Gayo. Lisboa: Ed. Gradiva, 2002; WALTZ, Kenneth, N. **O homem, o Estado e a guerra**: uma análise teórica. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁵⁶ NOGUEIRA; MESSARI, Idem, p. 42

⁵⁷ WALTZ, op. cit., 2002, p. 16.

⁵⁸ HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, p. 46.

Embora as contribuições dos neo-realistas tenham tido impacto nesse escopo de ensino, Oliveira ressalta que “não atingiram, contudo, grandes inovações, nem grandes resultados, uma vez que permaneceram com a concepção estatocêntrica do modelo tradicional [...]”.⁵⁹ Ou seja, mantiveram principalmente o Estado enquanto único ator das Relações Internacionais, “sem sequer ter tentado reduzir o papel máximo do Estado como ator [...] tornando-se incapaz de enfrentar os problemas globais do mundo [...]”.⁶⁰ E, com isso, o segundo debate foi rapidamente substituído, devido às novas emergências dos anos setenta.

Durante os anos setenta, o paradigma realista enfrentou sua crise mais aguda com o surgimento de novos atores na esfera internacional, tais como as empresas transnacionais, as organizações internacionais e, primordialmente, o impacto dos fatores econômicos que influenciavam nas tomadas de decisões da alta política dos países.⁶¹ É neste momento, com o surgimento do debate pós-positivista, ou chamado terceiro debate, que a questão do estudo de gênero emerge tardiamente nas Relações Internacionais. Segundo Fred Halliday,⁶² isso ocorreu diferentemente no âmbito nacional. Nas décadas de setenta e oitenta este tema adquiriu maior destaque nas agendas e conceitos estudados na História, Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

c) Terceiro Debate – Discussões Interparadigmáticas

O terceiro debate produziu ampla abertura para as ramificações de abordagens — conhecidas como interparadigmáticas — dentro do âmbito acadêmico das Relações Internacionais, tais como o debate pós-

⁵⁹ OLIVEIRA, op. cit., 2003, p. 78.

⁶⁰ Idem, p. 79.

⁶¹ NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., p. 5.

⁶² HALLIDAY, op. cit., p. 162. Ver também: OLIVEIRA; Da SILVA, op. cit., 2011, p. 51-52.

positivista,⁶³ o construtivismo,⁶⁴ e o pós-modernismo.⁶⁵ Spike Peterson resgata, nesse sentido, as palavras de Lapid, quando afirma, “o terceiro debate marca um fim claro do consenso epistemológico positivista.”⁶⁶ Continua a autora “enquanto o terceiro debate marca uma transição intelectual envolvendo críticas do positivismo, o centro das Relações

⁶³ Debate pós-positivista: “Foi um termo utilizado por Yosef Lapid, primeiramente em 1989, ao incluir no âmbito da disciplina uma variedade de abordagens, além daquelas definidas pelo debate interparadigmático, ou Terceiro Debate.” In: OLIVEIRA, op.cit. 2011, p. 51. Também “envolve diversas correntes de pensamento e grupos de estudiosos, como teóricos feministas, teóricos críticos, pós-modernos e pós-estruturalista. [...] todos desafiam o suporte positivista das Relações Internacionais.” In: DA COSTA, Patrícia Gay Pepper. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais:** contribuição brasileira à Conferência de Beijing '95. Brasília: UnB/ Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, 1997, p. 27.

⁶⁴ Construtivismo é um debate surgido na década de 1980 e no decorrer da década de 1990, de intensa profundidade nas Ciências Sociais em geral – e nas Relações Internacionais em particular – sobre o lugar das idéias e dos valores na análise dos eventos sociais. O livro introdutório na disciplina de Relações Internacionais deste estudo foi o de Nicholas Onuf, intitulado *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, e o artigo de Alexander Wendt: *Anarchy Is What States Make of It*, na revista *International Organization*. Trata sobre um mundo em construção constante, onde somos os protagonistas principais. Os construtivistas dizem que este mundo é construído pelos agentes. Tanto na Sociologia quanto nas Relações Internacionais, o debate agentes/estrutura se refere a quem constrange e limita as opções do outro, os agentes ou a estrutura. In: NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., 2005, p. 162-163.

⁶⁵ O pós-modernismo ou pós-estruturalismo, chamado de virada pós-moderna dos anos oitenta e noventa, afirma que toda teoria é normativa, ou seja, formulada a partir de uma visão de mundo baseada em valores. Não existe um lugar que esteja “acima” de todo outro lugar e que nos permita uma perspectiva ampla e total da realidade. Todo olhar é situado, toda teoria é uma perspectiva entre tantas. Não há neutralidade possível, não há um sujeito que, destacado do objeto que observa, seja capaz de produzir um conhecimento que “reflita”, sem distorções, esse mesmo objeto. Os teóricos desta abordagem partem da desconstrução do discurso dominante. In: NOGUEIRA; MESSARI, op. cit., 2005, p. 187-239.

⁶⁶PETERSON, V. Spike. Transgressing boundaries: theories of knowledge, gender and international relations. England: **Millennium/Journal of International Studies**, v.21. n. 2, 1992, p 185.

Internacionais não está engajado no debate com as vozes marginalizadas.”⁶⁷

Para Peterson, esse debate é relevante no sentido de romper a lógica binária de pensamentos e teorias, defendidas, nesse caso, pelos realistas, enquanto questões de guerra-segurança militar, poder-*status quo*, ordem-anarquia, ou seja, as consideradas dicotomias hierárquicas e positivistas.⁶⁸ Ainda, de acordo com a autora, “se o terceiro debate é sobre levar a sério o pós-positivismo,⁶⁹ diz respeito também a nos libertar das garras do pensamento binário”⁷⁰:

[...] pós-positivistas não questionam muito se armas ou Estados-nações ‘realmente existem’, mas como e porque sistemas sócio-linguísticos constituem estes objetos em particular, formas contingentes. Um entendimento adequado sobre armas e Estados-nações deve chamar atenção à interação do sujeito e objeto – como geramos, reproduzimos, resistimos e reconfiguramos estas categorias e como elas estão relacionadas a outros limites que traçamos.⁷¹

A autora Steans,⁷² não deixando de identificar a discussão pós-positivista, enfatiza mais para a emergência do pluralismo liberal⁷³ e do marxismo nos anos setenta, ambos competindo enquanto visão de mundo dentro da disciplina. Este período, foi na opinião da autora, caracterizado por diferentes abordagens e literaturas, incluindo principalmente o estudo dos novos atores não-estatais emergentes na política internacional.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem, p. 186.

⁶⁹ Para leitura detalhada do grau de importância do pós-positivismo para o terceiro debate e gênero, ver: PETERSON, op. cit., 1992, p. 183-206.

⁷⁰ Idem, p. 186.

⁷¹ Idem, p. 189.

⁷² STEANS, op. cit., 2006, p. 21.

⁷³ Pluralismo liberal representa um desafio radical às visões estado-cêntricas nas Relações Internacionais, decompõe a hierarquia das características da “alta” e “baixa” política do realismo e lança dúvida sobre o que são usualmente considerados ser os grandes temas nas Relações Internacionais. In: STEANS, Jill. **Gender and International Relations**: an introduction. Cambridge: Polity Press, 1998, p. 163.

A importância ainda desde debate, visualizado por outro entendimento, é na opinião de Sylvester “[...] nosso debate, nosso lugar no tempo, espaço, momento, nosso obstáculo para escalar, fila para formar.”⁷⁴ Chamando atenção para o fato de que este debate permite que o estudo feminista rompa com a questão também da indexação das revistas, publicações em periódicos das Relações Internacionais, que até então tratavam apenas das questões apontadas, enquanto principais, pelos realistas e neo-realistas, “[...] estivemos fora dos escritos dos primeiros e segundo debates nas Relações Internacionais, e estamos dentro e a frente do terceiro debate, já que está estruturado nas páginas de vários jornais das Relações Internacionais.”⁷⁵ Nesse sentido, também acrescenta Halliday:

“Superar a invisibilidade das mulheres requer análise de por que ocorre este ocultamento e das várias razões que se combinam para fortalecê-lo. Uma explicação é a inércia institucional dentro da disciplina das RI. À medida que existe um silêncio virtualmente completo sobre a questão, aqueles preocupados com ela são desencorajados de trabalhar ou escolhe fazê-lo em outras disciplinas acadêmicas mais receptivas (ou em contextos extra-acadêmicos). Em seu venerável papel de protetoras, as revistas “indexadas” frequentemente desempenham o equivalente acadêmico do século XX da Inquisição, excluindo tal material.”⁷⁶

Concluindo, dessa forma, as autoras Lúcia Possas e Sarah Reis defendem que: o “teor crítico do Terceiro Debate abriu, portanto, um leque de possibilidades [...] e assim as feministas encontraram na análise do discurso um dos métodos mais frutíferos para suas reflexões.”⁷⁷

⁷⁴ SYLVESTER, op. cit., 1994, p. 167.

⁷⁵ Idem, ibidem.

⁷⁶ HALLIDAY, op. cit., 1999, p. 162.

⁷⁷ POSSAS, Lúcia Maria Vianna; REIS, Sarah de Freitas. Reflexões feministas acerca das Relações Internacionais. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas, 2009, p. 235.

d) O Quarto Debate – Discussões Científicas

Apesar de não haver ainda consenso sobre a consolidação de um quarto debate, é possível encontrar referências que tratam desse assunto. Nesse sentido, Milja Kurki e Colin Wight⁷⁸, bem como Jill Steans⁷⁹, entre outros, afirmam que um quarto debate emergiu em meados dos anos oitenta, substituindo rapidamente o debate interparadigmático⁸⁰ ou Terceiro Debate. Sua principal característica constitui a questão da ciência na história disciplinar das Relações Internacionais.⁸¹

Kurki e Wight evidenciam que este debate continua vigente e que, portanto, localiza-se nas Relações Internacionais contemporâneas. Além do mais, sustentam que existem diferenciadas maneiras de denominá-lo, isso porque sua discussão se dá em torno de três temáticas: entre a explicação e o entendimento, o positivismo e o pós-positivismo e, entre o racionalismo e o reflectivismo.⁸²

No entender desses autores, o termo explicação-entendimento tem raiz no sociólogo Max Weber, tornando-se popularizado nas Relações Internacionais por meio dos autores Hollis e Smith, no início dos anos noventa. Outra maneira plausível de descrever essa distinção está no uso da abordagem científica “versus” uma abordagem interpretativa ou hermenêutica. Quanto à questão do positivismo e pós-positivismo, há o constante modelo do positivismo subjacente à teoria das Relações Internacionais, com raiz na epistemologia empírica. No que diz respeito ao racionalismo e reflectivismo, afirmam que esta divisão faz uso da explicação e entendimento, bem como positivista e pós-positivista, encapsulando-as sob um único rótulo. Essa última asserção é veementemente defendida por Robert Keohane.⁸³

⁷⁸ KURKI, Milja; WIGHT, Colin. **International Relations and social science**. Disponível em: <
http://fds.oup.com/www.oup.com/pdf/13/9780199548866_chapter1.pdf>
Acesso em: 1 fev. 2013.

⁷⁹ STEANS, op. cit., 2006, p. 22-26.

⁸⁰ Da Costa, assim coloca: “A frase ‘debate interparadigmático’ foi cunhada por BANKS (1985) ao afirmar que o estudo de R.I. tinha sido focado em três paradigmas principais: Realismo, Pluralismo e Estruturalismo (ou globalismo), ou segundo ROSENAU, Estado-cêntrico, Multi-cêntrico e Global-cêntrico.” In: DA COSTA, op. cit., 1997, p. 23.

⁸¹ KURKI; WIGHT, op. cit., p. 20.

⁸² Idem, ibidem.

⁸³ Tal diferenciação pode ser compreendida a partir da explicação fornecida por Robert Keohane em seu artigo: *International Institutions: Two*

Não obstante, desde uma perspectiva feminista, Steans afirma que o destaque destas discussões no âmbito das Relações Internacionais, ocorreu mais extensivamente neste quarto debate, discussões estas que:

[...] localizavam dentro de uma tradição pós-positivista. Todas criticavam a ideia de que o teórico é simplesmente observador parcial, cujo papel é o de observar e explicar uma realidade sem problemas ‘lá fora’, já que existe uma íntima conexão entre poder, conhecimento e interesses.⁸⁴

Ainda para Steans,⁸⁵ essas estudiosas desenvolveram uma crítica distintiva da teoria considerada *mainstream* ou ortodoxa nas Relações Internacionais, conseqüentemente buscaram expor os vieses de gênero presente nos conceitos-chaves da disciplina, destacando as engendradas imagens e símbolos profundamente empregados nos textos realistas, mais particularmente pelos neo-realistas.

Ann Tickner está no rol dessas estudiosas e nas palavras de Rodrigo Passos:

Pensar novos fundamentos teóricos sob a ótica de gênero requer refletir e formular nova epistemologia, uma nova natureza da teoria ou do conhecimento científico. Ao mesmo tempo, é necessário também entender os aspectos metodológicos, o caminho do raciocínio, análise dos fatos e da história, do tratamento dos objetos científicos situados historicamente e socialmente.⁸⁶

Este excerto resume as bases do pensamento desta estudiosa, que reformulou os seis princípios de Morgenthau “sob uma perspectiva feminista, de modo a buscar o que poderia ser uma visão de mundo a

Approaches, na qual realiza comparação entre racionalismo e reflectivismo para explicar as instituições internacionais, desde a perspectiva das Relações Internacionais. Ver: KEOHANE, Robert O. *International Institutions: two approaches*. **International Studies Quarterly**, v. 32, 1988, p. 379-396.

⁸⁴ STEANS, op. cit., 2006, p. 24.

⁸⁵ Idem, p. 25.

⁸⁶ PASSOS, op. cit., 2011, p. 103.

partir de uma perspectiva feminista e formular uma epistemologia feminista das Relações Internacionais.”⁸⁷

Molina Hurtado apresenta o resumo desta nova reformulação:

1) A objetividade está culturalmente definida em termos da masculinidade. Ou seja, a natureza humana é tanto masculina como feminina e contém elementos de reprodução e desenvolvimento social, ademais da dominação política. 2) O interesse nacional é multidimensional e contextualmente contingente. Em outras palavras, não pode ser definido exclusivamente em termos de poder, já que no mundo contemporâneo a satisfação do interesse nacional demanda cooperação mais que soluções de soma-zero. 3) O poder não pode ser usado como um conceito universalmente válido. O poder é dominação e controle, privilegia a masculinidade e ignora as possibilidades da construção coletiva, um aspecto do poder associado à feminilidade. 4) Rejeitar a possibilidade de separar as aspirações morais da ação política, já que todas as ações políticas têm significado moral. 5) Busca de elementos de uma moralidade comum nas aspirações humanas, que poderiam chegar a ser a base para desencadear o conflito internacional e construir uma comunidade internacional. 6) Não existe autonomia na esfera política. A autonomia está associada com a masculinidade da cultura ocidental, o esforço disciplinar de se construir uma visão de mundo que não se apoie numa concepção pluralista da natureza humana é parcial e masculina.⁸⁸

Tickner, com esta reformulação, “ressalta a necessidade de iniciar a construção de uma ciência humana da política internacional, que não

⁸⁷ Idem, p. 104.

⁸⁸ HURTADO, Peter Molina. El debate contemporáneo de las Relaciones Internacionales. **Revista Venezolana de Ciencia Política**. [Venezuela], n. 38, jul./dec., 2010, p. 65. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/34717/1/articulo3.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2013.

seja enviesada pelas questões de gênero. [...]”⁸⁹. “Reconhece que não existe apenas um único enfoque feminista. Há vários enfoques, de diferentes tradições intelectuais e disciplinas científicas.”⁹⁰ Concluindo, o quarto debate sob o viés de visão feminista, preocupou-se em revelar questões de gênero inseridos nos textos políticos, formadores das teorias do poder e do Estado, sob o olhar de uma visão de discussões científicas.

1.1.3Diferenciando Ondas de Debates

Não se pretende fazer aqui uma revisão exaustiva sobre o desenvolvimento histórico das denominadas “ondas”, mas se considera necessário chamar a atenção para o fato de que os debates ocorridos durante a consolidação da disciplina de Relações Internacionais — em certos momentos nomeados de ondas⁹¹ — não constituem o mesmo objetivo. Quando se fala das ondas estudadas em outras áreas de conhecimentos humanos — Antropologia, História, Ciências Sociais —, enfatiza-se, nesses casos, o surgimento histórico — no sentido de ser datado e contextualizado — dos movimentos feministas, suas reivindicações, inserções, análises de categorias, conceitos, influências, etc. Além disso, essa síntese permite que se observem diferenças em seus momentos e enfoques quando relacionados às Relações Internacionais, já que neste âmbito a relevância dos debates se dava em torno da condução da disciplina e não das relevâncias em respeito ao feminismo, mesmo porque a discussão de gênero ganha visibilidade neste escopo em meados dos anos oitenta.

⁸⁹ PASSOS, op. cit., p. 109

⁹⁰ Idem, ibidem.

⁹¹ Na literatura das Relações Internacionais é possível encontrar, em certos momentos, alguns autores que utilizam esta terminologia, como por exemplo, Jill Steans.

Conforme referências, essas ondas⁹² estão inseridas em dois momentos históricos, — alguns autores consideram três —, no sentido de serem datados e fazerem parte do período contemporâneo.

Condizente à primeira onda, Joana Maria Pedro assim se manifesta:

[...] O feminismo de “primeira onda” teria se desenvolvido no final do século XIX e centrado na reivindicação dos direitos políticos — como o de votar e ser eleita —, nos direitos sociais e econômicos — como o trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança [...].⁹³

Ana Beatriz Nogueira⁹⁴, em sua dissertação *Conferência de Beijing: os direitos das mulheres no cenário internacional, no primeiro capítulo*, intitulado “Histórico das Idéias Feministas e sua Influência Política”, revê elementos que estariam ligados à política internacional, trazendo aspectos históricos de mulheres, principalmente na Inglaterra, que reivindicavam seus direitos. Esta autora já evidencia a existência de uma terceira onda, para ela, a primeira onda do feminismo estaria associada à questão do sufrágio. Da mesma forma, Ana Luiza Soares ressalta em nota de rodapé, que:

Feministas e acadêmicos dividiram a história do movimento em três “ondas.” A primeira onda se refere principalmente ao sufrágio feminino, movimentos do século XIX e início do

⁹² Sobre esta temática é possível encontrar variados textos e artigos, também dissertações, que de certa forma enfatizam o que seriam as “ondas do feminismo” e bem como alguns artigos que apresentam uma desconstrução desta noção de ondas, como é o caso da autora Clare Hemmings em: HEMMINGS, Clare. Contanto estórias feministas, Florianópolis: **Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, jan./abr., p. 296, 2009. Demais bibliografias: REYNALDO, Renata Guimarães. **O fenômeno global e o papel dos movimentos feministas na efetivação de uma globalização contra-hegemônica**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Direito, 2012; NOGUEIRA, Ana Beatriz. **Conferência de Beijing: os direitos das mulheres no cenário internacional**. Brasília: MRE. Instituto Rio Branco, 2005.

⁹³ PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. São Paulo: História [online], v. 24, n. 1, 2005, p. 79.

⁹⁴ NOGUEIRA, op. cit., 2005, p. 15.

XX. A segunda onda se refere às ideias e ações associadas com os movimentos de liberação feminina iniciados na década de 1960, que lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. A terceira onda seria uma continuação — e, segundo alguns autores, uma reação às suas falhas — da segunda onda, e se inicia na década de 1990.⁹⁵

Nesse mesmo sentido ressalta Guimarães, que a primeira onda “remonta aos primórdios do movimento e se refere às lutas pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos, tais como direito a voto e ao trabalho, entre outros, nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, iniciadas nos Estados Unidos (EUA).”⁹⁶

No que confere à segunda onda, conforme Nogueira, é caracterizada como uma ‘onda’ mais radical, a partir de foco no coletivo e revolucionário. Momento este em que aparece a *National Organization for Women* (NOW), e a *Women’s Liberation Movements*,

[...] foi a partir de tomada de consciência de que outras mulheres experimentavam a mesma angústia, a mesma sensação de encurralamento com o papel social que lhes era reservado, que renasceu o movimento feminista como força política organizada. Foi a partir do reconhecimento de que compartilhavam o que Alexander Wendt chama de *type identity*, ou seja, características compartilhadas que têm significado e/ou conteúdo social, que as mulheres passaram a tomar consciência de suas circunstâncias e voltaram a agir como um grupo com reivindicações e anseios comuns, como ator político coeso — a exemplo do que fizeram suas antecessoras sufragistas.⁹⁷

⁹⁵ SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando gênero: feminismo, imprensa e performatividades sociais na Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 1932).** Curitiba: Universidade do Paraná, Dissertação de Mestrado, 2010, p. 1.

⁹⁶ REYNALDO, op. cit., 2012, p. 89.

⁹⁷ NOGUEIRA, Ana, op. cit., 2005, p. 23.

Interessante, contudo, é o recorte trazido por Joana Maria Pedro⁹⁸, em *Os Feminismos e os Muros de 1968, no Cone Sul*, principalmente pelo fato de sua observância ocorrer desde o ponto de vista latino-americano, a partir dos acontecimentos da época, para, desse ponto, focalizar o feminismo de segunda onda, como “sendo contemporâneo dos movimentos de 1968”, descrevendo por meio da observação das escritas nos muros, pelo que as mulheres daquele período lutavam:

[...] assim como os demais movimentos, o feminismo de “Segunda Onda” produziu uma ‘fraseologia’ que tentava indicar através das palavras, uma explicação para a subordinação das mulheres. Palavras como “patriarcado”, “condição feminina”, “relações de gênero”, “relações de sexo”, indicavam divisões, posições e disputas.⁹⁹

Afirma ainda Joana Maria Pedro, que “diferentemente do que ocorreu com o feminismo de Primeira Onda, que teve poucos laços com outros movimentos da época, este de Segunda Onda articulou-se com diferentes grupos que lutavam contra diversas formas de opressão.”¹⁰⁰ Esta onda estabeleceu novos termos, conceitos, discussões em função das novas demandas dos variados movimentos, alargando o escopo, portanto, de exigências.

Condizente à terceira onda ou ‘pós-feminismo’, sua ascensão se dá a partir dos anos 80, com o início da crítica pós-modernista da ciência ocidental. Segundo Martha Narvaz e Silvia Koller, a “terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda)”, centra-se enquanto proposta na “análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade.”¹⁰¹ Deslocando-se assim do “campo de estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero.”¹⁰²

⁹⁸ Ver: PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. **Clio, Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008, p. 60.

⁹⁹ Idem, p. 54-82.

¹⁰⁰ Idem, p. 67.

¹⁰¹ NARVAS, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, set./dez., p. 649.

¹⁰² Idem, p. 649.

Nogueira, entretanto, aborda elementos que enfatizam para a questão “de que as demandas atuais são diversas dos anos 70, [...] trata-se de uma adaptação do feminismo aos novos tempos e de uma tentativa de atualização e retificação das demandas passadas”¹⁰³, esta onda, portanto, vai criticar a “vitimização” embutida no discurso da segunda onda:

[...] as pós-feministas não querem que a mulher seja vista como vítima de um sistema patriarcal onipresente e opressor, vítimas que precisam ser protegidas. A demanda das pós-feministas é que às mulheres sejam garantidas as mesmas oportunidades, e, dado isso, estas sejam tratadas como indivíduos capazes com pleno controle sobre suas vidas e suas escolhas.¹⁰⁴

Esse pós-feminismo ou terceira onda vai permitir reconhecer e aceitar as “diversidades, as diferenças entre cada mulher e seus problemas específicos, típicos de sua condição e cultura, raça, *background*, classe social.”¹⁰⁵

Assim sendo, percebe-se claramente que tratar os “debates” ocorridos nas Relações Internacionais enquanto “ondas”, apresentados nesse sentido, estaria equivocado, pelo fato de que seus recortes apresentam-se distintos e seus objetivos expõem distintos pontos de vista e práticas históricas diferentes, embora a identificação do terceiro debate das Relações Internacionais com a terceira onda esteja mais interligada do que as duas primeiras, haja vista, como observam Narvaz e Koller, que nesta terceira fase “observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismo.”¹⁰⁶ Tal movimento foi iniciado nos anos oitenta, como observado nos debates das Relações Internacionais, permitindo a inclusão da temática de gênero nesse âmbito.

¹⁰³ NOGUEIRA, Ana, op. cit., p. 30.

¹⁰⁴ Idem, p. 30.

¹⁰⁵ Idem, p. 33.

¹⁰⁶ NARVAS; KOLLER, op. cit., p. 649.

1.2 GÊNERO E SEUS DESDOBRAMENTOS

1.2.1 Surgimento

Como mencionado anteriormente, o enfoque de gênero, enquanto categoria de análise na disciplina das Relações Internacionais, constituiu-se em assunto bastante recente se comparado às demais disciplinas das áreas sociais. Neste enfoque, sua perspectiva ganhou relevância primeiramente com a publicação de uma edição especial em 1988, na Inglaterra, no *Journal Millennium*, denominado *Mulheres e Relações Internacionais*.¹⁰⁷

Nesse sentido, relembra Judith ao citar Kimberley Hutchings:

Quando as feministas das Relações Internacionais surgiram pela primeira vez na década de 1980, já se podia perceber uma tendência a concentrar-se no *mainstream*. Avaliando a primeira coleção *Millennium* sobre Mulheres e Relações Internacionais, Kimberley Hutchings sugeriu que as teóricas feministas das Relações Internacionais, em 1988 tinham duas preocupações gerais: em primeiro lugar, mostrar o preconceito de gênero inerente às abordagens teóricas tradicionais e agendas de investigação, no âmbito do estudo da política internacional; em segundo, demonstrar que ao

¹⁰⁷ Special Issue: Women in international relations. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 3, 1988. Destaque para os artigos: HALLIDAY, Fred. Hidden from international relations: women and the international arena, v. 17, n. 3, p. 419-428, 1988; TICKNER, J. ANN. Hans Morgenthau's principles of political realism: a feminism reformulation, v. 17, n. 3, p. 429-440, 1988; WINDSOR, Philip. Women and international relations: what's the problem? v. 17, n.3, p. 451-460, 1988; BROWN, Sarah. Feminism, international theory, and international relations of gender inequality, v. 17, n.3, p. 461-475, 1988; GOETZ, Anne Marie. Feminism and the limits of the claim to know: contradictions in the feminist approach to women in development, v. 17, n. 3, p. 477-496, 1988; ASHWORTH, Georgina. An elf among the gnomes: a feminist in North-South relations, v. 17, n. 3, p. 497-505, 1988; NEWLAND, Kathleen. From transnational relationships to international relations: women in development and international decade for women, v. 17, n. 3, p. 507-516, 1988; BROWN, Sarah; GRANT, Rebecca; LONG, David. Women and international relations bibliography, v. 17, n. 3, p. 517-537, 1988.

conduzir as mulheres e gênero para dentro da análise do internacional mudaram fronteiras conceituais e diferentes concepções sobre o que era relevante para compreender, explicar e julgar assuntos internacionais.¹⁰⁸

Pode-se ainda afirmar que tal abordagem primeiramente concentrou-se no chamado eixo Norte: Estados Unidos e Grã-Bretanha, após expandiu-se para outras regiões, como a América-Latina, África, Ásia e Canadá, principalmente com a intensificação na participação da agenda das Nações Unidas, durante a denominada Década da ONU.¹⁰⁹

Ancorados numa profusão de trabalhos amplamente pluralistas e liberais, os novos temas de discussão chamavam atenção para as mudanças qualitativas na natureza da disciplina, construindo críticas quanto às características do realismo político. A questão do estudo do poder deixou de ser o tema principal das pesquisas, e o surgimento e influência dos novos atores não-governamentais impulsionaram outras áreas de investigação dentro do conhecimento das Relações Internacionais.¹¹⁰

Segundo afirma Joan Scott:

Os temas da guerra, da diplomacia e da alta política aparecem frequentemente quando os (as) historiadores (as) da história política tradicional colocam em questão a utilidade do gênero para o seu trabalho. Mas, também, temos que olhar além dos atores e do valor literal das suas palavras. As relações de poder entre as nações e o estatuto dos súditos coloniais foram tomados compreensivos (e, portanto, legítimos) em termos das relações entre homem e mulher. A legitimação da guerra – sacrificar vidas de jovens para proteger o

¹⁰⁸ Ver: SQUIRES, Judith; WELDES, Jutta. Beyond being marginal: gender and International relations in Britain. England: **Political Studies Association**, BJPIR, v. 9, 2007, p. 139-194.

¹⁰⁹ A Década da ONU constitui-se no período de 1976-1985, em que as Nações Unidas iniciaram amplo trabalho de promoção para o *status* das mulheres ao redor do mundo, promovendo a instituição dos direitos humanos das mulheres, com mecanismos e instrumentos de fiscalização, fomentação e regulamentação.

¹¹⁰ STEANS, op. cit., 1998, p. 33.

Estado – tomou formas diversificadas, desde o apelo explícito à virilidade (a necessidade de defender as mulheres e crianças, que de outra forma seriam vulneráveis) até a crença no dever que teriam os filhos de servir aos seus dirigentes ou a seu (pai o) rei, e até associações entre masculinidade e potência nacional. A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva e seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência de sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento [...].¹¹¹

Este excerto traduz a busca da perspectiva de gênero no âmbito das Relações Internacionais, em tornar visíveis as histórias das mulheres marginalizadas no âmbito da política internacional.

Nos Estados Unidos, a obra *Bananas, Beaches and Bases*, de 1989, da autora Cynthia Enloe,¹¹² conforme observa Steans “tornou-se marco importante no esforço de dar sentido ao estudo feminista na política internacional, introduzindo aos estudantes o estudo das Relações Internacionais por meio de histórias e ilustrações [...]”¹¹³, da mesma forma reforça Keohane, afirmando ser o trabalho de Enloe “contribuição valiosa”, destacando “em que extensão o sistema interestatal é dependente dos papéis de gênero (diplomatas, soldados e assim por diante), que bruscamente diferencia pelo gênero as esferas pública e privada.”¹¹⁴

¹¹¹SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil para a análise histórica*. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/gênerodh/gen_categoria.html> p. 8. Acesso em: 15 jan. 2011.

¹¹² ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making sense of international politics**. Berkeley: University of California Press, 1990.

¹¹³STEANS, Jill. Enganging from the margins: feminist encounters with the ‘mainstream’ of International Relations. England: **British Journal of Politics and IR**, v. 5, n. 3, aug., 2003, p. 428.

¹¹⁴ KEOHANE, Robert. Teoria das Relações Internacionais: contribuições a partir de uma visão feminista. In: OLIVEIRA, Odete Maria (org.). **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Unijuí, 2011, p. 183.

A profusão de textos produzidos a partir da segunda metade dos anos 80 refletiu, segundo Steans,¹¹⁵ uma necessidade maior nos anos 90, de ser elaborada mais literatura centrada no estudo da questão de gênero/feministas, o que na realidade multiplicou-se consideravelmente. Daí em diante, seus estudiosos (as) simpatizantes e militantes, preocupadas (os) com o papel das mulheres no cenário internacional, passaram a produzir trabalhos sobre a identidade política, ética feminista internacional, guerra, paz, segurança, instituições internacionais, economia política e desenvolvimento, bem como os direitos humanos das mulheres. Nesse fervilhar teórico, encontram-se nomes como: Cynthia Enloe, J. Ann Tickner, Kathleen Newland, Cristhine Sylvester, V. Spike Peterson, Jill Steans, S. Whitworth, Sandra Hardings, Maria Zalewski, Ackerly Brooke, Jacqui True, etc.

Nesse período, outro marco para os estudos de gênero nas Relações Internacionais foi o fato de que, pela primeira vez, se constituía uma “base de apoio institucional com a fundação de uma teoria feminista e seção de estudos de gênero dentro da *International Studies Association* (ISA), em 1990, o estabelecimento da *British International Studies Association Gender* (BISA) e o *IR Working Group* em 1993.”¹¹⁶

Com estas poucas aberturas, estudar gênero nas Relações Internacionais tornou-se um grande desafio para muitos dos interessados no tema. Afinal, como mostrar que assuntos cotidianos que acontecem na esfera interna de um país sejam relevantes à análise de uma perspectiva internacional?

Nesse sentido, conforme manifesta Deborah Stienstra: “uma nova e significativa fonte é o *International Feminist Journal of Politics*, publicado pela Routledge”¹¹⁷, esta revista além de publicar artigos de estudantes e pesquisadores sobre gênero e Relações Internacionais, também inclui uma “seção denominada ‘*Conversations*’, contendo resenhas de filmes, discussões sobre o ensino e entrevistas com autores feministas”¹¹⁸, ampliando o leque de acesso aos assuntos com perspectiva de gênero pesquisados ao redor do mundo.

Na atualidade, a questão de gênero, sem dúvida, constitui um *puzzle* nas Relações Internacionais, pelo fato de ser necessário estar

¹¹⁵ Temáticas abordadas na obra de STEANS, op. cit., 2006.

¹¹⁶ Ver: STEANS, op. cit., 2003, p. 431.

¹¹⁷ STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 1, 2000, p. 237- 241.

¹¹⁸ Idem, p. 241.

buscando peças e montando esquemas, devido à falta de maior intensificação em torno desta temática enquanto área de estudo reconhecida pelos seus institutos de ensino. Conclui Stienstra: “incorporar gênero em um complexo e transformativo método também traz pelo menos três metas consigo: o desafio de recursos, o desafio à estreiteza cultural, e o desafio à pedagogia.”¹¹⁹ Tal desafio deve ser enfrentado, já que esta perspectiva de análise está bastante presente nos escritos produzidos pelos teóricos ligados à política internacional.

1.2.2 Métodos e Categorias Feministas

Recentemente, Oliveira e Da Silva,¹²⁰ bem como anteriormente Griffiths¹²¹, destacaram trabalhos de relevantes estudiosas de gênero nas Relações Internacionais, algumas consideradas pioneiras.

Interessante perceber em suas leituras e discussões, a preocupação em torno de abordagens metodológicas, com a finalidade de introduzir a perspectiva analítica de gênero nas Relações Internacionais. Ou seja, de criar metodologias de pesquisa que permitam fundamentar teorias, desafiando a corrente *mainstream* dominante neste âmbito, desde o início, este foi o primeiro dos grandes desafios para as feministas das Relações Internacionais. Segundo Oliveira e Da Silva, Cynthia Enloe, “fazendo uso do método empírico, passa a analisar a construção histórica da relação de gênero nas Relações Internacionais, [...]”¹²². Também Griffiths afirma que tal método “é especialmente novo, pois objetiva expor a multiplicidade de papéis desenhados pelas mulheres na sustentação das forças econômicas globais e das interações dos Estados [...]”¹²³.

Outra relevante contribuição metodológica encontra-se nos textos de Ackerly Brooke e Jacqui True, observadas por Oliveira e Da Silva:

[...] descrevemos uma metodologia teórica feminista, que retoma os desafios mais estreitamente associados com a teoria crítica das

¹¹⁹ Idem, p. 242.

¹²⁰ OLIVEIRA; DA SILVA, op. cit., 2011, p.57- 69.

¹²¹ GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das Relações Internacionais**.

Tradução de Vânia de Castro, São Paulo: Contexto, 2004, p. 313-327.

¹²² OLIVEIRA; DA SILVA, op. cit., 2011, p. 60.

¹²³ Idem, p. 60.

Relações Internacionais, que não apenas descreva e explique políticas globais, mas que contribua para a transformação das políticas globais por meio de sua própria prática teórica. São exemplos deste método [...] as pesquisas relacionadas aos problemas na economia, política internacional e segurança. [...] Neste caso, esta metodologia teórica começa com a análise sociológica sobre as experiências das mulheres e homens em seus contextos sociais de gênero, eles usam esta análise para informar a teoria normativa [...]. Esta é a base para a teoria crítica das Relações Internacionais.¹²⁴

A obra organizada pelas citadas autoras, juntamente com Maria Stern, *Feminist Methodologies for International Relations*,¹²⁵ pode ser considerada uma das mais relevantes contribuições feitas ao acervo teórico de gênero neste âmbito. Reúne além de textos das organizadoras, os ensaios de: J. Ann Tickner; Maria Zalewski; Carol Cohn; Christine Silvester; Laurel Weldon; Annica Kronsell; Bina D'Costa e Tami Jacoby. Tal obra explora variados aspectos, desde críticas ponderando porque não são adotadas as metodologias do *mainstream*, nas outras formas a 'explorar' e 'testar' hipóteses sobre hierarquias de gênero e comportamentos do Estado, até contribuições de novos métodos. A autora Tickner, por exemplo, afirma não haver único método empírico feminista, mas sim existir perspectivas sobre metodologias que são distintivamente feministas. Ao reverso de Tickner, Zawleski discorre sobre uma abordagem genealógica que reflete a respeito dos contornos e paradoxos das metodologias feministas, mais para uma abordagem desconstrutivista. O livro apresenta diferentes discussões a respeito dos próprios métodos de pesquisa aplicados às questões críticas das Relações Internacionais, como segurança, militarismo, Estado, justiça internacional e ordem global. São diversos os métodos utilizados, incluindo entrevistas qualitativas, etnografia, observação participante, história oral, estórias etnográficas de vida e análise de discurso.¹²⁶

¹²⁴ Idem, p. 67.

¹²⁵ Ver: BROOKE, Ackerly; TRUE, Jacqui; STERN, Maria. **Feminist methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

¹²⁶ Idem, 2006, passim.

Apesar dessas perspectivas metodológicas permearem diversos trabalhos acadêmicos, investigando as hierarquias de gênero na disciplina, não deixam de receber críticas, tais como a de Deborah Stienstra, que considera o fato de que o uso destas diferentes abordagens para incorporar gênero no ensino das Relações Internacionais, se não forem usadas desde “uma abordagem integrativa e transformativa para o ensino de gênero, continuaremos a marginalizar as inquietações de gênero.”¹²⁷ Esta autora apresenta tabela enumerativa de possíveis abordagens de serem aplicadas no ensino gênero nas Relações Internacionais, com suas principais características, limites e pontos fortes, além de autores que utilizam estes métodos para elaborarem suas obras.¹²⁸

Na tabela a seguir, podem ser visualizadas quatro diferentes abordagens, normalmente empregadas nos estudos das Relações Internacionais, sendo que três delas se dedicam à questão de gênero. Por se considerar mais apropriado, optou-se por manter as expressões: *See no evil, read no evil, teach no evil* e *Add women and stir* no idioma inglês.¹²⁹

¹²⁷ STIENSTRA, op. cit., 2000, p. 234.

¹²⁸ Idem, p. 237.

¹²⁹ Uma possível tradução poderia ser: para a primeira expressão: (não vejo, não leio, não ensino) referindo-se às características do realismo político, na qual gênero é uma discussão neutra – *gender neutral*. Já a segunda: (adicione mulheres e provoque), diz respeito à inserção das mulheres em algumas áreas temáticas, porém permanecendo de fora do *mainstream* das Relações Internacionais.

Tabela 1: Algumas abordagens para o ensino de gênero nas relações internacionais¹³⁰

Abordagem	Características chaves	Pontos fortes/limites	Textos usando abordagens
“See no evil, read no evil, teach no evil”	O Estado, o único ator Estreitamente associado com os cânones das RI Gênero é irrelevante	Sem inclusão de gênero	Williams, Goldstein and Shafritz, <i>Classic Reading of International Relations</i> (1999)
“Add women and stir”	Incorpora as mulheres e não gênero Considera as mulheres no contexto clássico das RI Apresenta seletivas “temáticas das mulheres” e a teoria feminista, onde as consideram relevantes	A análise de gênero pouco sustentada As mulheres não são problematizadas, tampouco integradas à análise do <i>mainstream</i>	Nossal, <i>The Patterns of World Politics</i> (1998) Goldstein, <i>International Relations</i> (1999)
Múltiplos paradigmas	Inicia a partir do debate interparadigmático nas RI Reconhece pluralidade de abordagens para RI Gênero pode ser usado como critério de avaliação	O uso de gênero depende de cada professor. Adiciona complexidade teórica e interação entre as Abordagens. Incentiva a avaliação de Diversas e complicadas abordagens. Pode ser Perturbador para o aluno e professor	Jackson and Sorensen, <i>Introduction to International Relations</i> (1999) Sens and Stoett, <i>Global Politics: Origins, Currents and Directions</i> (1998)
Criando gênero nas Relações Internacionais	Começa a partir do ponto de vista das mulheres e homens em suas vidas diárias Começa a partir da suposição de que o gênero é central e complexo pela questão da raça, classe, capacidade, localização econômica, etc As Relações Internacionais incluem não apenas as praticas estatais, mas as atividades diárias das pessoas Redefina conceitos tais como: política, poder, autonomia e cooperação para refletir gênero	Análise é complexa e desafiadora Requer novos métodos de ensino e recursos alternativos Ensina fora do âmbito das RI Desafia a estreiteza cultural	Enloe, <i>Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics</i> (1989) Peterson and Runyan, <i>Global Gender Issues</i> (1999) <i>International Feminist Journal of Politics</i>

Fonte: Ver STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. *International Studies Perspectives*, v. 1, p. 237, 2000, p. 237.

¹³⁰ A última coluna permanecerá também no idioma original, por se tratar dos autores e suas respectivas obras. Ver no anexo a tabela original.

Concernente ao primeiro enfoque da tabela — *see no evil, read no evil, teach no evil* — nas palavras da autora: “é a abordagem mais comumente usada por muitos professores da corrente *mainstream* das Relações Internacionais, empregando modelo clássico ou neo-realista”¹³¹ principalmente nos anos oitenta. O realismo seria a melhor perspectiva para se compreender as Relações Internacionais, ou seja: o “realismo é apresentado como o mais explicativo e dominante dentro desse campo. Os Estados permanecem como o foco principal de estudo, o poder político é a abordagem predominante [...]”.¹³² Isto é, a questão de gênero não condiz com a temática central da disciplina. Seria o equivalente ao *gender-neutral* da disciplina.

Quanto à visão — *add women and stir* —, observa a autora, que as “mulheres são incorporadas dentro da literatura corrente das Relações Internacionais e em cursos, usualmente em uma separada e discreta seção, sem necessariamente problematizar ambos os assuntos, as mulheres e as Relações Internacionais.”¹³³ Sua crítica quanto a esta abordagem é a de que embora “alguns professores tratam de temáticas, como o problema da mutilação de genitais femininas, ou a ascensão de mulheres em cargos da alta política”¹³⁴, por exemplo, “[...], isso permanece anexado ao conhecimento existente.”¹³⁵ Na afirmação da autora:

Dessa maneira, as mulheres são frequentemente apresentadas como um todo coeso e suas questões mais comuns em todo o mundo, com poucas distinções feitas em relação a diferenças baseadas em classe, localização econômica ou geográfica, raça ou etnia. Contudo, na sala de aula, a classe de conhecimento da elite das mulheres envolvidas em política externa de tomada de decisão é muitas vezes ignorada; as tensões entre mulheres no Sul ou entre mulheres no Norte e Sul ao redor do FGM¹³⁶, não são adicionadas nas discussões; e teoria feminista nas Relações Internacionais é

¹³¹ STIENSTRA, op. cit., p. 236.

¹³² Idem, ibidem.

¹³³ Idem, ibidem.

¹³⁴ Idem, ibidem.

¹³⁵ Idem, ibidem.

¹³⁶ FGM é a sigla em inglês para mutilação genital feminina.

apresentada como abordagem singular ao invés de abordagem teórica com várias vertentes, tais como: o pós-moderno, o ponto de vista, ou feminismo empirista. Mulheres são incluídas, mas suas situações não são endereçadas como sendo multidimensional ou como parte de todas as Relações Internacionais.¹³⁷

Relativamente à terceira abordagem, capaz de inserir gênero nos estudos das Relações Internacionais — *multiple paradigms* —, refere-se a um viés teórico surgido nas discussões dos “últimos anos oitenta sobre o debate interparadigmático, especialmente entre realismo, liberalismo e teoria crítica.”¹³⁸ Esta “perspectiva sugere que haja pelo menos três métodos diferentes e historicamente desenvolvidos para as Relações Internacionais, cada qual constitui abordagem legítima, cada método questiona diferentes questões e tem também diferentes explicações para o entendimento das Relações Internacionais.”¹³⁹

Quanto à quarta abordagem apresentada na tabela, — *creating gendered IR* —, Deborah Stienstra afirma que se poderia iniciar “não por meio de paradigmas existentes ou debates epistemológicos dentro das Relações Internacionais, como tem sido historicamente construída,”¹⁴⁰ mas, utilizando a alternativa de se observar desde a perspectiva das “mulheres e homens, das pessoas em suas vidas cotidianas”¹⁴¹, ou seja:

Esta abordagem inicia com a suposição de que as Relações Internacionais não são somente o que Estados praticam, mas as atividades diárias das pessoas que são moldados e que sucessivamente ajudam a moldar o que acontece em nível global. Também muda nosso entendimento sobre o que é a política, a partir de uma definição baseada na força ou poder para aquele que enfatiza capacidade e emponderamento (Peterson e Runyan, 1999: 216). Cynthia Enloe (1989) inovou com seu

¹³⁷ Idem, p. 238.

¹³⁸ Idem, p.238.

¹³⁹ Idem, ibidem.

¹⁴⁰ Idem, p. 240.

¹⁴¹ Idem, ibidem.

livro *Bananas, Beaches and Bases*, quando argumenta que gênero faz o mundo dar voltas, pelo fato de que as vidas cotidianas de mulheres que costuram *jeans* e colhem bananas, ou cuidam de crianças enquanto trabalhadoras domésticas são essenciais para a compreensão das Relações Internacionais [...].¹⁴²

Stienstra, portanto, procura evidenciar a necessidade de mostrar, por meio de lentes investigadoras, a relação existente entre Relações Internacionais e gênero. Não obstante, há também textos que identificam certas tensões teóricas.¹⁴³ Judith Squires e Jutta Weldes realizam críticas a partir de uma visão “britânica”, da discussão comumente feita em torno do usualmente considerado marginal, elencado firmemente por teóricas (os) feministas nas Relações Internacionais. Contribuem a partir da “análise de gênero sobre Relações Internacionais enquanto consequência das novas formas de análises feitas — neste caso por estudantes¹⁴⁴ treinados nos contextos britânicos das Relações Internacionais e Gênero”¹⁴⁵ que desenvolveram uma convicção que os permite ir além das margens da disciplina de Relações Internacionais (IR) para “fazer uma distintiva contribuição ao estudo do pensamento internacional.”¹⁴⁶

Segundo estas autoras, inicia-se nova etapa para a questão de gênero e as Relações Internacionais:

Suas preocupações não mais se sobrepõem ao *status* marginal de seus esforços, estes estudantes agora já consideram que estas premissas sejam dadas e que suas preocupações analíticas e modelos são legitimados,

¹⁴² Idem, p. 240.

¹⁴³ Christine Sylvester citando Kathy Ferguson (1993, p. 322) também identifica “importante tensão dentro da teoria feminista [...] entre articulando as vozes das mulheres e desconstruindo gênero.” SYLVESTER, Christine. The contributions of feminist theory to International Relations, p. 268. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (org). **International theory**: positivism and beyond. New York: Cambridge University Press, 1996.

¹⁴⁴ A terminologia estudante trata aqui de alunos da graduação, mestrado e doutorado, bem como de pesquisadores.

¹⁴⁵ SQUIRES; WELDES, op. cit., 2007, p. 185.

¹⁴⁶ Idem, ibidem.

concentrando, dessa forma, sua energia intelectual para interrogar “o internacional” desde uma inovadora e iluminada perspectiva de gênero.¹⁴⁷

A discussão e contribuição das autoras circundam-se em torno de feministas das Relações Internacionais e também de gênero e Relações Internacionais, — novamente centrada na Grã-Bretanha—, observando:

[...] o que cada um significa depende das escolhas políticas sobre o que conviria ser estudado, desde qual perspectiva (s) e para qual finalidade. No final, optamos por definir GIR expansivamente, de modo a permitir ao menos espaço prescritivo e mais atraente para as investigações de gênero do internacional.¹⁴⁸

A crítica das autoras é bastante válida. Não é mais preciso defender a necessidade de inclusão do estudo de gênero nas Relações Internacionais. Mais de vinte anos se passaram desde as primeiras críticas à neutralidade de gênero argumentada pelos teóricos positivistas neste âmbito. Os tempos são outros, as demandas ainda mais diversificadas, as informações voláteis ultrapassam fronteiras, desde as mais rígidas às mais simples, nada ou quase nada passa despercebido no âmbito da sociedade internacional, como então sustentar abordagens positivistas que não permitem um espaço a essas questões? Como deixar de usar a interseccionalidade, quando homens e mulheres fazem parte da construção desse mundo? Por isso, sair da defesa de que estamos ainda na margem é urgente e, portanto, necessário assumir métodos inovadores, que aprovelem desenvolver estudos e pesquisas desde uma perspectiva internacional, assim divulgando a verdadeira face da realidade e, desde logo, almejar soluções plausíveis.

Concluem as autoras anteriormente citadas:

Estudantes que defendem um entendimento matizado de ambos, ‘gênero’ e ‘sexo’ (incluindo, mas não limitando, os estudos de mulheres), nas suas intersecções com raça, sexualidade, classe e etnia (entre

¹⁴⁷ Idem, p. 186.

¹⁴⁸ Idem, ibidem.

outras estruturas de desigualdade), têm um excelente ponto de vista para interrogar o internacional. De fato, estudantes de GIR tornam cada vez mais claro que não podemos compreender ou ensinar o internacional, sem também investigar os enviesados processos social, cultural, racial e as restrições sob as quais os corpos humanos trabalham, ou seja, sem estudar como são regulados e que as pessoas tornam inteligível em diferentes circunstâncias.¹⁴⁹

Seja qual for a metodologia usada pelos estudiosos de gênero nas Relações Internacionais, deve-se lembrar, como observa Pepper Da Costa: “trata-se de estudar a interdisciplinariedade das consequências de processos interativos e internacionais dentro das sociedades, e o impacto resultante destas mudanças em RI.”¹⁵⁰ Esta autora acrescenta que o “interesse emergente sobre a interação entre mulheres e a esfera internacional têm diversas dimensões.”¹⁵¹ Essas dimensões são resgatadas a partir do trabalho de Halliday.¹⁵² Patricia Pepper Da Costa utiliza-se dessas dimensões para relacionar, de certa forma, as análises feitas pelos pesquisadores das Relações Internacionais voltados à temática de gênero neste escopo. Portanto, a primeira dimensão, que estaria centrada no “crescimento de uma corrente feminista dentro da teoria política e social, tem produzido análises com implicações evidentes [...]”¹⁵³, citando, como exemplo: “Ann Tickner, Robert Keohane, Rebecca Grant, Evelyn Fox Keller, Spike Peterson, Cynthia Enloe, entre outros sobre temas como Poder, Direitos, Segurança, etc.”¹⁵⁴

No que diz respeito à segunda dimensão, esclarece Da Costa, “é a importância do papel que as políticas internacionais e os processos desempenham na prática, ao determinar o lugar das mulheres e dos homens na sociedade e na estrutura das relações econômicas, sociais e

¹⁴⁹ Idem, p. 198.

¹⁵⁰ DA COSTA, op. cit., 1997, p. 11.

¹⁵¹ Idem, ibidem.

¹⁵² HALLIDAY, op. cit., 1991. In: DA COSTA, op. cit., 1997, p. 11.

¹⁵³ Idem, ibidem.

¹⁵⁴ Idem, ibidem.

políticas entre os sexos.”¹⁵⁵ Dessa maneira, sua análise perpassa o âmbito econômico, político e até mesmo familiar. Segundo Halliday:

[...] a constituição da posição da mulher na sociedade, na economia e no lar, deve muito às mudanças e tendências internacionais e transnacionais: o *slogan* do movimento de mulheres, de que o “pessoal é político”, pode ser estendido para afirmar que o “pessoal é internacional”, no sentido de que as relações interpessoais e micro-políticas são fortemente influenciadas pelos processos transnacionais.¹⁵⁶

Por último, evidencia Da Costa, a terceira dimensão “se refere à maior proeminência que as mulheres têm adquirido nos últimos anos como sujeitos internacionais, principalmente em questões de guerra e paz, desenvolvimento econômico e social, e no maior desenvolvimento da mulher considerada individualmente.”¹⁵⁷ Pode-se inserir nesta dimensão o impacto das conferências mundiais, resultantes dos esforços internos de organizações não-governamentais, dos Estados nacionais e a atuação das Nações Unidas, no sentido de concretização desses eventos, mostrando os avanços, bem como, em certos casos, os retrocessos em ambos os níveis, nacional e internacional, para as questões de gênero.

Relevante neste aspecto é a ilustração de Peterson e Runyan, quando “afirmam que os analistas de Relações Internacionais mudaram a visão dos Estados como atores dominantes para o estudo de instituições transnacionais, organizações e movimentos sociais.”¹⁵⁸ Este aspecto pode ser mais bem visualizado no item 1.4 no qual é abordada a questão de gênero enquanto ator emergente no cenário internacional.

Condizentes ainda com os desdobramentos teóricos dos estudos de gênero são os critérios de divisão das seguintes autoras: em que “algumas preferem a classificação apresentada por Rosemary Tong,¹⁵⁹ dividindo o pensamento feminista em várias categorias, como o feminismo liberal, marxista, radical, socialista, psicanalítico, existencial

¹⁵⁵ Idem, p. 12.

¹⁵⁶ In: DA COSTA, op. cit., 1997, p. 13.

¹⁵⁷ Idem, ibidem.

¹⁵⁸ In: DA COSTA, op. cit., p. 15.

¹⁵⁹ Ver: TONG, Rosemarie. **Feminist thought**: a comprehensive introduction. London: Routledge, 1989.

e pós-moderno.”¹⁶⁰ Tong sugere que “podemos categorizar diferentes teorias feministas contemporâneas, segundo a maneira pela qual se observam as causas da opressão das mulheres.”¹⁶¹ Enquanto que outras preferem fazer uso das “categorias introduzidas por Sandra Harding: [...], empirismo feminista, a teoria do ponto de vista feminista e o pós-modernismo feminista.”¹⁶²

Para Tickner, contudo, as “teorias feministas devem ir além, inserindo as experiências das mulheres dentro de diferentes conhecimentos e esforçando-se a desafiar os conceitos centrais das disciplinas.”¹⁶³

1.3 QUESTIONAMENTOS SOBRE A ABORDAGEM *Gender Mainstream*

Além das análises de gênero voltadas às questões apresentadas, encontra-se ainda outro importante desdobramento: a abordagem de *gender mainstreaming*, ou seja, por meio de lentes críticas, estudiosas feministas examinam práticas incrustadas nas instituições internacionais.¹⁶⁴ Alerta True, é necessário focalizar nas investigações das práticas institucionais, para assim observar “como é prognosticado com expectativas teóricas e políticas oficiais no nível internacional”¹⁶⁵ e questiona “quais as implicações das políticas do *mainstream* para as estratégias dos movimentos de mulheres no mundo?”¹⁶⁶. Primeiramente, o *gender mainstreaming* torna-se mais a “linguagem dominante, pela qual os *policy makers* mundialmente entendem mulheres e homens”¹⁶⁷:

¹⁶⁰ OLIVEIRA; DA SILVA, op. cit., 2011, p. 53.

¹⁶¹ In: TICKNER, op. cit., 1992, p. 15.

¹⁶² Ver: HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. United States of America: Cornell University Press, 1986.

¹⁶³ TICKNER, op. cit., 1992, p. 18.

¹⁶⁴ Sobre este assunto ver: TRUE, Jacqui. **Mainstreaming gender in International Relations**. In: SHEPHERD, Laura J. **Gender matters in global politics: a feminist introduction to International Relations**. New York: Routledge, 2010, p. 189-203; PONCE, Pedro M. Carvalho. **Género, pós-modernismo y Relaciones Internacionales**. La identidade feminina em el discurso de las organizaciones internacionales. Espanha: *Confines*, v.2, n.3 enero-mayo, 2006, p. 89-100.

¹⁶⁵ TRUE, op. cit., p. 189.

¹⁶⁶ Idem, ibidem.

¹⁶⁷ Idem, ibidem.

Constitui-se uma das lógicas contemporâneas, nas quais instituições internacionais, governos, e organizações não-governamentais se envolvem com as políticas globais — seja segurança global, desenvolvimento, pobreza, ou comércio.¹⁶⁸

Para se estudar o *gender mainstreaming* nas instituições internacionais, a autora aponta para a existência de diferentes formas de abordagem,

Algumas estudiosas feministas abordam o *gender mainstreaming* a partir de uma perspectiva *institucional*, indagando como as políticas do *mainstream* e os procedimentos foram adotados e implementados em particulares contextos organizacionais. Exploram as políticas nacionais com base de gênero e suas intersecções com as normas globais apoiadas por instituições internacionais, tais como as Nações Unidas. Alternativamente examinam a relação entre movimentos feministas e burocracias dominantes de gênero no nível global. Outras abordam o *mainstream* sob uma perspectiva discursiva, questionando como o *mainstream* produz novas formas de poder por meio da difusão da linguagem estratégica e moldando processos que mudam o significado de mulheres, homens e igualdade de gênero em uma miríade de contextos. Estas abordagens — institucional e discursiva — são complementares. [...] ¹⁶⁹

No entendimento de Ponce, “ao se estudar os discursos das organizações internacionais, pode-se observar os mecanismos e ideias que se formulam com referência à mulher no contexto internacional.” ¹⁷⁰ Assim sendo:

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁹ Idem, p. 189-190.

¹⁷⁰ PONCE, op. cit., p. 94.

O discurso das organizações participa na construção social das idéias e seu significado, considerando as variações que têm tido por meio da história. As organizações, por sua vez, estão imersas na definição das relações de poder na questão de gênero.¹⁷¹

O uso da terminologia *gender mainstreaming* aparece com o período conhecido como Década da ONU, e principalmente com a Plataforma de Beijing, quando tal termo passou a ser utilizado na discussão de gênero nos âmbitos nacional e internacional, para a reformulação de políticas concernentes às desigualdades entre mulheres e homens. Esta análise surgiu especialmente pelo fato de que alguns documentos escritos no período dos anos setenta não consideram o “papel ou impacto da produção laboral das mulheres em economias remuneradas e não remuneradas em principais projetos de desenvolvimento. [...] exemplo disso é o relatório sobre os países elaborado pela Organização Internacional do Trabalho.”¹⁷²

Nesse sentido, relembra Jacqui True:

As Nações Unidas, instituição internacional com escopo global mais amplo, define *mainstreaming* como aplicação de uma perspectiva de gênero em todas as políticas e programas, de forma, que antes que decisões sejam tomadas, uma análise deva ser feita sobre os efeitos nas mulheres e homens, respectivamente [...].¹⁷³

Isso quer dizer que esta análise do *gender mainstreaming* constitui uma “tentativa de minimizar as desigualdades de gênero reproduzidas globalmente”¹⁷⁴. Para True, no entanto, a “implicação desta definição é que a igualdade de gênero não pode ser alcançada, sem serem consideradas as consequências produzidas por todas as políticas, global e local.”¹⁷⁵ True afirma ainda que:

¹⁷¹ Idem, ibidem.

¹⁷² TRUE, op. cit., p. 190.

¹⁷³ Idem, ibidem.

¹⁷⁴ Idem, ibidem.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

Gender mainstream nas instituições internacionais, tais como as Nações Unidas e suas agências, o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho, a Corte Criminal Internacional, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) e a União Europeia, sinalizaram a propagação das análises de gênero [...].¹⁷⁶

Isso ocorre quando instituições, como a Organização Internacional do Trabalho, o Banco Mundial, entre outras, definem políticas que terão impacto nas vidas das mulheres, crianças e também de homens, tanto local quanto globalmente, mas muitas vezes sem levar em conta os resultados implicados nessas tomadas de decisões.

Essa perspectiva de análise permite investigar a construção de políticas internacionais, a partir das instituições e organizações internacionais, suas relações, omissões, e efetividade nas políticas de construção da igualdade de gênero. Ainda conforme a autora, “estamos interessados em como o *gender mainstreaming* é adotado e implementado pelas instituições internacionais ou se é cooptado pelas normas existentes e políticas burocráticas, ou se acarreta transformação política.”¹⁷⁷

1.4 GÊNERO ENQUANTO ATOR EMERGENTE

Um dos desdobramentos teóricos emergentes na disciplina das Relações Internacionais, consolidado também a partir do Terceiro Debate, é a teoria dos atores. Oliveira recorda que “ator configura o agente do ato, aquele que participa de relações da sociedade internacional, constituída por determinados cenários e seu elenco de atores [...]”¹⁷⁸, ou seja, para ser ator é necessário ter poder de influenciar nas questões condizentes à política mundial, embora nem todo grupo social seja um ator.

No que concerne à teoria dos atores das Relações Internacionais, o Estado, na premissa realista, é considerado único ator na sociedade internacional. Já na teoria pós-positivista, outros agentes são

¹⁷⁶ Idem, p. 191.

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ OLIVEIRA, op. cit., 2011, p. 29.

considerados atores, por influenciarem na dinâmica da arena internacional.

A literatura a respeito de quem seriam os atores¹⁷⁹ nas Relações Internacionais, os aborda desde suas classificações, critérios, funções etc. Conforme Oliveira:

[...] se a lógica da conceituação de ator fixa-se nas condições de habilidade, capacidade e autonomia, para outras concepções os atores alcançam essa qualificação quando adquirem protagonismo, desempenhando papel ativo e dinâmico, sendo considerada parte da própria sociedade internacional.¹⁸⁰

Dito isso, entende-se que, ao se demandarem politicamente as instituições governamentais internacionais, locais e os governos, as mudanças ou observâncias na pauta da agenda dos assuntos relevantes na ordem mundial que afetam as condicionalidades das mulheres globalmente, grupos e movimentos de ativistas de mulheres adquirem projeção transnacionalmente.

Nesse sentido, Halliday apresenta o fato de que as mulheres têm adquirido maior proeminência enquanto atores internacionais, principalmente mediante “a disseminação das organizações de mulheres e campanhas através de fronteiras desde o final dos anos 1960, [...] exemplo marcante de transnacionalismo.”¹⁸¹

É possível observar os esforços emanados por organizações não-governamentais de mulheres e feministas, que, por meio de seus trabalhos internos de coletas de informações e participação intensiva nas políticas governamentais locais, expandindo-se a outras fronteiras, a partir do momento em que suas preocupações se equiparam àquelas de outros locais, possibilitam, dessa forma, a criação de redes correlacionais de mútua ajuda.

Oliveira também fornece elementos essenciais na observância do gênero enquanto possível ator nas Relações Internacionais. Partindo-se dos critérios de conceituação e classificação, é possível confirmar tal possibilidade. Dessa forma, pode-se encontrar primeiramente a questão do critério quanto à natureza funcional,

¹⁷⁹ KAWAMURA, op. cit., 2011.

¹⁸⁰ OLIVEIRA, op. cit., 2011, p. 30.

¹⁸¹ HALLIDAY, op. cit., 1999, p. 171.

decorre da capacidade e eficácia com que os atores deverão apresentar-se no desempenho de determinadas tarefas e funções básicas junto à sociedade internacional, independentemente do âmbito espacial no qual serão realizadas. São atores funcionais por excelência os organismos internacionais, organizações não-governamentais e as empresas transnacionais.¹⁸²

Neste primeiro critério pode-se identificar que os movimentos de mulheres, feministas, empresas transnacionais e de ONGs, estão influenciando cada vez mais as políticas das organizações internacionais governamentais. Por exemplo, a atuação das Nações Unidas, que se voltou na década de 1970 para as questões de gênero.

A ONU mulheres¹⁸³, por sua vez, constitui exemplo de atores, e pode ser observada desde o denominado critério de atores integrados, o qual:

tem como característica fundamental um quadro de fortes vínculos de estabilidade entre seus componentes, somando-se a supremacia dos interesses coletivos sobre aqueles particulares de cada um de seus membros, alcançando notável nível de autonomia decisória e de execução no plano internacional.¹⁸⁴

Este organismo internacional, vinculado diretamente à ONU, é fomentador de políticas incentivadoras para a América Latina quanto à temática de gênero, servindo de veículo de correlação entre os demais órgãos nacionais, ONGs, grupos de mulheres, redistribuindo recursos externos e outras tarefas.

Além disso, gênero também poderá se enquadrar enquanto ator emergente, a partir deste critério de classificação. Oliveira fornece

¹⁸² OLIVEIRA, op. cit., 2011, p. 31.

¹⁸³ Ver: DA SILVA, Andreia Rosenir. **O estudo de gênero nas Relações Internacionais e a ONU Mulheres no Brasil**. In: 9º Congresso de Direito Internacional, 2011, Brasília. Estudos de Direito Internacional, Curitiba: Juruá, v. XXI, 2011, p. 95-102.

¹⁸⁴ OLIVEIRA; DA SILVA, op.cit., 2011, p. 34.

elementos de observância para tal possibilidade ao apresentar os três parâmetros de identificação: clássico, novos atores e atores emergentes.¹⁸⁵

No que diz respeito ao parâmetro clássico, a autora aponta os Estados como únicos atores, considerando as organizações internacionais, as organizações não-governamentais e as empresas transnacionais como novos atores e finalmente como atores emergentes, entre outros, a opinião pública, o indivíduo, a Igreja, partidos políticos, terrorismo, crime organizado, movimento sociais e gênero.¹⁸⁶

Nesse sentido, poderia afirmar-se que a emergência de gênero nas Relações Internacionais enquadra-se na categoria apontada pela citada autora. De fato, Halliday apresenta entendimento relevante quanto às formas pelas quais as questões das mulheres recebem destaque na arena internacional:

[...] através do encontro do feminismo com a teoria das Relações Internacionais; através do reconhecimento crescente das consequências específicas de gênero de vários processos transnacionais; através da emergência das mulheres como atores distintos na cena internacional e através de uma crescente conscientização do componente de gênero nas questões políticas da política externa.¹⁸⁷

Como observado ao longo deste primeiro capítulo, tem sido intenso o trabalho de tornar a neutralidade e a invisibilidade da questão de gênero nas Relações Internacionais visíveis. Pepper Da Costa chama esta questão de “negligenciando a dimensão de gênero”, isso porque a “área de Relações Internacionais implicitamente sustenta a tese de que processos internacionais são *gender neutral*, ou seja, não têm qualquer efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade e sobre o posicionamento relativo das mulheres e dos homens.”¹⁸⁸

Já Ana Beatriz Nogueira aponta para o fato de que o feminismo, como força social e política no contexto de um sistema internacional político, é amplamente visível, “[...] especialmente com a ajuda da visibilidade dada ao assunto pelas Nações Unidas, transformando os

¹⁸⁵ Idem, p. 38-45.

¹⁸⁶ Idem, p. 39.

¹⁸⁷ HALLIDAY, op. cit., 1999, p. 175.

¹⁸⁸ PEPPER DA COSTA, op. cit., p. 16.

Direitos Humanos das Mulheres em tema verdadeiramente global.”¹⁸⁹ Ou seja, destacando os esforços dos movimentos feministas e das organizações não-governamentais, preocupados com a temática de gênero, dos direitos humanos das mulheres, dos governos nacionais, da política adotada pela Década da ONU.

Ainda, segundo Ana Nogueira:

O Sistema Internacional não é somente um sistema inter-estatal, como entendia o paradigma realista. Mudou a realidade factual e mudaram as teorias; a maioria, se não a totalidade dos autores que escrevem sobre Relações Internacionais, atualmente reconhece a multiplicidade de atores internacionais no cenário global: Estados, empresas transnacionais, organizações internacionais, ONGs [...].¹⁹⁰

A participação das ONGs para a construção dessa visibilidade é fundamental e, nesse sentido, segundo Carlos Alberto Adi Vieira, “desenvolvem uma *diplomacia invisível*, procurando encontrar soluções para as mazelas do sistema, desenvolvem uma diplomacia miúda, complexas relações internacionais invisíveis, em busca de uma cidadania planetária.”¹⁹¹

A participação das mulheres na construção de políticas que viabilizem sua igualdade de gênero no cenário internacional e local atravessa fronteiras nacionais, conectando-se a partir de redes de apoio, “passando a atuar como grupos de pressão sobre os poderes estatais construídos”¹⁹² e também ajudam a ressaltar que a agenda internacional apresenta-se diferente neste século XX.¹⁹³ Dessa maneira, afirma Nogueira:

A separação entre *high politics* e *low politics* deixou de existir e novos itens passaram a ocupar lugar de destaque: meio ambiente,

¹⁸⁹ NOGUEIRA, Ana, op. cit., p. 38.

¹⁹⁰ Idem, p. 38.

¹⁹¹ VIEIRA, Carlos Alberto Adi; OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais e Globalização**: grandes desafios. 2. ed. Ijuí: Unijui, 1999.

¹⁹² NOGUEIRA, Ana, p. 44.

¹⁹³ Idem, p. 139.

narcotráfico, as novas bases de competitividade internacional, direitos humanos, conflitos étnicos religiosos, entre outros. Na verdade, as questões relativas à segurança estratégica não deixaram de ocupar posição de destaque, mas passaram a ser vistas de modo cada vez mais integrado a esses novos temas da agenda internacional.¹⁹⁴

Essas novas visibilidades estão diariamente refletidas nas demandas, manifestações e atuações em prol de melhores condições às mulheres e meninas ao redor do mundo. Sejam, por meio de conferências internacionais, pressões sobre políticas internas governamentais dos países e mudanças nas leis, além da elegibilidade de mulheres em cargos políticos carregados de androcentrismo no mundo, principalmente ao que se refere à América Latina no final dos anos noventa em diante: Violeta Chamorro (Nicaragua, 1990-1997); Michelle Bachelet (Chile, 2006-2010), Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010 -) Ertha P. Trouillot (Haiti, 1991 - interina), Lidia G. Tejada (Bolívia, 1997 - interina), Mireya Moscoso (Panamá, 1999-2004), Rosalia Ortega (Equador, 1997 - interina), Cristina Kirchner (Argentina, 2007-), Dilma Rousseff (Brasil, 2010-).¹⁹⁵

1.5 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SUBJACENTES AOS DIREITOS HUMANOS

Considera-se importante, antes de adentrar especificamente na temática de direitos humanos das mulheres, analisar a questão dos direitos humanos nas Relações Internacionais, de forma a se perceber que de fato as questões de gênero não podem ser deixadas de lado nesse escopo. Ao sair da variável puramente realista e permitir, por meio do critério de sociedade internacional, a qual “reflete relações existentes dentro da sociedade e não apenas aquelas relações estabelecidas entre os Estados ou entre outros atores dessas relações”¹⁹⁶, confirma-se o entendimento destes novos atores e sua influência além fronteiras.

¹⁹⁴ Idem, p. 139.

¹⁹⁵ Disponível em: <<http://oconsultores.wordpress.com/2011/03/09/mujeres-presidentas-en-latinoamerica/>> Acesso em: 6 Jun. 2012.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, op. cit., 2008, p. 60-67.

Conforme Flávia Piovesan, estes novos atores identificam, na maioria das vezes, sob a figura da ONU, a possibilidade de atuação no cenário internacional, enquanto ator não estatal:

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta das relações internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e a segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção da cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos.¹⁹⁷

Dessa maneira, o estudo dos direitos humanos das mulheres a partir da perspectiva de gênero nas Relações Internacionais, — além de sua ligação intrínseca com o Direito Internacional —, respalda-se nas variáveis que permeiam seu contexto, como o fato de que o global influencia o local. Nesse sentido, determinados momentos contribuíram para a desfragmentação de fronteiras nacionais, — quando se trata das lutas por esses direitos —, envolvendo organizações locais e internacionais empenhadas em pressionar governos a instituírem normas, regras, leis, e sistemas que protejam, garantam e fiscalizem os direitos humanos das mulheres. A ONU é um exemplo clássico dessa atuação, enquanto organização internacional criadora de mecanismos como a Comissão da Situação das Mulheres (CSW) e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW).¹⁹⁸

A influência perceptível nas últimas duas décadas, — de movimentos de mulheres, organizações de mulheres, grupos feministas —, perante os governos, em nível local e principalmente no âmbito

¹⁹⁷ PIOVESAN, Flávia, p.126.

¹⁹⁸ Estes mecanismos serão melhores abordados no capítulo 3.

internacional, demonstra a força desta luta comum pelo reconhecimento de seus direitos.¹⁹⁹

As demandas de tais grupos, em forma de relatórios levados às Convenções Internacionais, Conferências nacionais, locais, Cúpulas, e governos, vêm reforçando a imperativa necessidade de atuação e a reformulação dos chamados direitos humanos. Nesse sentido, aponta Steans²⁰⁰ para o fato de que o princípio da igualdade sexual foi amplamente escrito na Carta da ONU, graças aos esforços das ONGs de mulheres, principalmente as localizadas na América Latina.

Segundo a ONU²⁰¹, tais direitos são garantidos e reforçados por mecanismos internacionais de monitoramento e supervisão, de forma a assegurar a responsabilidade dos governos para sua efetivação e realização.

Tais mecanismos e instrumentos são resultados de Conferências Internacionais, especialmente nos casos de Beijing e a Conferência de Viena. Exemplos de estupros nos campos de refugiados, abusos de meninas ao redor de bases militares, tráfico de mulheres e crianças, violência doméstica, mutilação de genitais femininas e tantas outras questões vividas diariamente por milhares de mulheres em todo o mundo, são temas propulsores para os variados movimentos de pressão às políticas nacionais e internacionais.

Exemplo disso foi a consolidação da Convenção de Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, responsável em mostrar os deveres que os Estados têm perante a promoção de igualdade das mulheres, desde o início uma das ferramentas mais efetiva instituída durante a Década da ONU:

CEDAW foi bastante importante em trazer as mulheres para dentro da arena de ‘discussão dos direitos’. Fazer com que seu governo ratifique a CEDAW é um processo político que nos faz perceber as ramificações deste tipo extensivo e abrangente documento. Uma vez que seu governo haja assinado, ‘se torna um contrato social que eles estão fazendo com as mulheres no país... [nos] fornece esta

¹⁹⁹ Ver: BUNCH, op. cit., 1995; STEANS, op. cit., 2007; FRIEDMAN, op. cit., 1995.

²⁰⁰ STEANS, op. cit., 2007, p. 93.

²⁰¹ ONU, 2001, p. 169.

ferramenta, que aproveitam para dizer OK, este é o contexto normativo dentro do qual o status das mulheres tem que ser tratado — e, é um documento dos direitos humanos, então automaticamente você está no cesto dos direitos humanos.²⁰²

A importância dessas conferências significa ainda ganhar certo acesso a tomadas de decisão, junto aos governos e principais órgãos internacionais, por meio de instituição de escritórios especializados nos assuntos das mulheres.

O entrelaçamento de redes de grupos de mulheres e feministas de direitos humanos, — denominados por Ackerly Brooke²⁰³ de ativistas dos direitos das mulheres —, governos, e organizações não-governamentais e governamentais provêm da estrutura de fortalecimento na luta pelo reconhecimento destes direitos. Algumas relações destes ativistas estão estreitamente construídas, e respaldadas por organismos como a ONU, por exemplo. A importância destas redes é visível nos relatórios produzidos, profissionalização de especialistas em temas das mulheres, negociadores, fomentadores de pesquisas, etc.

Segundo Hadd²⁰⁴, a exemplo local, a participação das ONGs na política externa brasileira, seguiria a lógica da inclusão cidadã e do paradigma oficial da diplomacia pública, condicionantes governamentais da democracia instituída. A isso, une-se a internacionalização da agenda doméstica, com a transformação de questões até então tidas como internas aos Estados em assuntos globais, como: os direitos humanos e o meio ambiente.

O aumento da atuação das ONGs na definição das metas de política internacional do país pode ser perquirido pela atenção às conferências sociais realizadas sob os auspícios da ONU, na década de 1990 a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992); Conferência de Viena sobre Direitos Humanos (1993); Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento, (1994); Cúpula de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social (1995); Conferência de Beijing (1995); Conferência de Istambul – Habitat II

²⁰² FRIEDMAN, Elizabeth. Women's Human Rights: the emergence of a movement. In: PETERS, Julie; WOLPER, Andrea (orgs.). **Women's human rights: international feminist perspectives**. NY: Routledge, 1995, p. 23.

²⁰³ BROOKE, op. cit., 2010, p. 294.

²⁰⁴ HADD, 2007, p. 17.

(1996).²⁰⁵ Essas conferências inauguram novo formato para as reuniões internacionais servindo de revisão ao modelo vigente e consagrando o envolvimento da sociedade civil nas discussões internacionais.

Reforça Halliday, nesse sentido, ao afirmar que:

Os direitos humanos, por exemplo, tornaram-se uma questão muito mais relevante nas relações internacionais e, à medida que adquiriram uma dimensão de gênero, são diretamente relevantes para a análise do papel dos Estados e dos outros atores, em promover ou negar os direitos para mulheres. Isso ocorre na arena política mais ampla, assim como em áreas de maior disputa, como o casamento e a lei de família, a contracepção e o aborto, as políticas para o emprego feminino e as respostas para o estupro e as outras formas de violência contra a mulher.

²⁰⁶

Contribui igualmente Ana Beatriz Nogueira, diplomata brasileira, ao reafirmar que “a vigilância das ONGs, da ONU e da imprensa mundial faz que o respeito e proteção aos direitos das mulheres seja conduta recomendável a qualquer Estado”²⁰⁷, levado ao escopo internacional, se traduz em impacto sobre a imagem de um país no cenário mundial.

Como se pode perceber, as Relações Internacionais são subjacentes aos direitos humanos e especificamente o caso das mulheres é reforçado por todo seu mecanismo internacional de proteção, execução, fiscalização, comprometimento interestatal em nível nacional e internacional, quando sua não observância pode levar a retaliações e penalizações por parte da comunidade internacional:

Indo mais longe, poder-se-ia dizer que a adoção e entronização de idéias como a promoção dos Direitos Humanos da Mulher são de interesse de qualquer país no cenário internacional — e considere-se aqui o termo “interesse” empregado no sentido mais pragmático e *power*

²⁰⁵ Ver: ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.

²⁰⁶ HALLIDAY, op. cit., p. 167.

²⁰⁷ NOGUEIRA, op. cit. 2005, p. 96.

seeking que a ele se pode emprestar —, uma vez que o desenvolvimento nacional passa necessariamente, nos dias atuais, por uma inserção positiva no sistema internacional.²⁰⁸

Em suma, todas essas variáveis tornam o estudo dos direitos humanos nas Relações Internacionais relevante, conforme coloca Ana Beatriz Nogueira:

A defesa dos Direitos Humanos, dentre os quais se incluem os Direitos da Mulher e da menina, constitui mais que uma política interna, trata-se, como diz Celso Lafer, de um dos novos desafios dos novos modos de fazer diplomacia que o país tem pela frente para assegurar, no campo dos valores, a sua legitimidade internacional.²⁰⁹

Também sustenta Alves Lindgren, que “os direitos humanos têm caráter peculiar no direito internacional e nas relações internacionais [...]”²¹⁰, devido principalmente ao fato de que os sujeitos já não são mais os Estados, porém, “o homem e a mulher na qualidade de ‘cidadão do mundo’ [...]”²¹¹.

Essas generalidades, portanto, manifestam os elementos que sustentam a importância do estudo de direitos humanos nas Relações Internacionais, tornando-os ambos interconectados e de fundamental importância para a política externa.

Como pode ser observado, este capítulo permite lograr uma idéia geral a respeito da discussão de gênero na disciplina das Relações Internacionais, seu processo de assentamento enquanto nova abordagem de estudo, bem como firmar certos aspectos das Relações Internacionais subjacentes aos direitos humanos. E, com base nesses elementos, os direitos humanos das mulheres serão abordados enquanto exemplo concreto do uso da perspectiva de gênero nesse escopo. Na sequência, o

²⁰⁸ Idem, p. 102.

²⁰⁹ Idem, p. 107.

²¹⁰ ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos como tema global**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 113.

²¹¹ Idem, ibidem.

próximo capítulo dará ênfase aos direitos humanos e a construção dos direitos humanos das mulheres.

2 A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

“Como superar, como abolir essa terrível realidade de nossas diferenças, fazendo-se de conta que “perante a lei, somos todos iguais”? O que fazer com esses “todos” que, às vezes, não parecem ser tão humanos? Terão alma, por acaso?”

(Yolanda Ingianna Mainieri)²¹²

[...] “To be fully attentive to human rights we need to be attentive to human rights violations beyond our sights”

(Brooke Ackery)²¹³

Estes excertos enfatizam elementos considerados relevantes, para que o exercício pleno dos direitos humanos seja alcançado. Também possibilitam refletir sobre o que são os direitos humanos das mulheres. Seria uma nova abordagem? Ou apenas inseridos no âmbito dos Direitos Humanos Universais? Existem diferenças entre ambos? Provocariam a fragmentação dos direitos humanos? Essas são questões presentes e relevantes ao se tratar desta temática, sobre as quais se buscará discorrer ao longo deste capítulo.

É conveniente ressaltar, que a variável — sociedade internacional — das Relações Internacionais utilizada para tratar deste tópico é subjacente à sua relevância, dado o fato de que esses novos direitos humanos acontecem internacionalmente e em âmbito transnacional. Consequentemente, é possível perceber que os intensos trabalhos realizados por movimentos de mulheres ativistas na área dos direitos humanos, bem como por meio das conferências auspiciadas pela ONU,

²¹² MAINIERI, Yolanda Ingianna. Os direitos humanos das mulheres. In: Conferência Internacional de Direitos Humanos. **Anais da I Conferência Internacional de Direitos Humanos**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1997, p. 119.

²¹³ ACKERLY, Brooke A. **Universal human rights in a world of difference**. England: Cambridge University Press, 2008, p. 9.

dos tratados e acordos multilaterais envolvendo governos, entidades internacionais e organizações não-governamentais, contribuem de certa forma à consolidação do cumprimento desses mecanismos e instrumentos em âmbito nacional, local e internacional.

Ainda, reforçando este prisma, ressalta-se que a questão dos direitos humanos das mulheres será abordada de forma global e não particularizada, ou seja, não especificamente em certas situações e/ou casos, mas, no sentido geral de sua formação e/ou proposta. Contudo, são diversos os possíveis recortes de investigação. Ao se tratar desses direitos, normalmente usam-se recortes sobre a questão da violência doméstica, do tráfico de mulheres, da situação das mulheres em campos de refugiados, das doenças — como o impacto da Aids nas vidas das mulheres e meninas —, da situação de mulheres camponesas, das suas atividades econômicas, enfim, de variadas possibilidades.²¹⁴

O estudo dos direitos humanos compreende desde uma perspectiva do Direito e também do Direito Internacional, para outros âmbitos. A ênfase aqui escolhida permite novas visões, necessitando assim de elementos que conduzam ao entendimento, ao qual Alves Lindgren denomina de “arquitetura dos direitos humanos.”²¹⁵

²¹⁴ Ver: LACERDA, Carmem Miranda Gonçalves de; SANTOS, Sidney Francisco Reis dos (org.). **Debate interdisciplinar sobre os direitos humanos das mulheres**. Florianópolis: Insular, 2010. CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. **Direitos humanos das mulheres**. Curitiba: Juruá, 2008.

²¹⁵ Para o diplomata brasileiro, dedicado à temática dos direitos humanos, chamada por ele de arquitetura, está relacionada aos “elementos autorizados, convencionais e não-convencionais, do sistema das Relações Internacionais de nossa época, que compõem uma verdadeira arquitetura protetora para os direitos fundamentais de todos os seres humanos”. Segundo ele [...] os “principais elementos que dão sustentação a toda a arquitetura internacional de normas e mecanismos de proteção aos direitos humanos são a Declaração Universal de 1948, o Pacto Internacional Sobre Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.” In: ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997, p. 18, 19 e 24.

A abordagem feminina²¹⁶ utilizada ajudará na compreensão do surgimento dos direitos humanos das mulheres, bem como na identificação das críticas aos direitos humanos. Dessa forma, este capítulo adota a seguinte proposta: inicialmente apresentará breve revisão dos Direitos Humanos Universais, seu surgimento e gerações. Na sequência abordará os direitos humanos no século XX, seguido pela introdução dos direitos humanos das mulheres e finalizando com a proposta de Ackerly Brooke, abrangendo os direitos num mundo de diferença.

2.1 DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS

2.1.1 Precedência

Antes de se adentrar nessa questão, é interessante salientar que, para esta pesquisa, quando se trata dos Direitos Humanos Universais, sua contextualização é pensada e abordada a partir do surgimento das Relações Internacionais e sua consolidação, bem como a institucionalização da ONU, — enquanto organização internacional — propiciadora também da discussão dos direitos humanos das

²¹⁶ Para efeito deste estudo, quando se usa o termo “abordagem feminina”, entende-se o emprego de uma literatura escrita desde a visão feminina para tratar da temática exposta. Não se atendo especificamente a uma determinada escola de pensamento, por exemplo, as divisões apresentadas no capítulo anterior. Contudo, se comparte com a ideia trabalhada por Amélia Teles, ao empregar o conceito de gênero desde uma perspectiva antropológica, a qual se busca “mostrar como a hierarquia de gênero tem construído intelectual e sociologicamente as relações entre os sexos, de modo a tornar o sexo feminino como um fenômeno menos importante ou apresenta-lo com características negativas” Conforme a autora, “a sociedade criou, ao longo de sua existência, discriminação negativa contra as mulheres, ao determinar que elas não deviam ocupar os espaços públicos, deixando-os única e exclusivamente para uma elite masculina.” Dessa maneira, “quando se fala em gênero, costuma-se observar que gênero trata da socialização e está vinculado a fatores culturais [...]” In: TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 36,40 e 46.

mulheres.²¹⁷ Sendo assim, os Direitos Humanos Universais são observados no contexto do século XX. Essa ressalva é aqui trazida, embora se reconheça a importância dada por diversos autores, ao remontarem suas análises a períodos antigos na História, na maioria das vezes a partir do século XI.²¹⁸ Fabio Konder, em sua obra, apresenta inicialmente os elementos do processo de evolução dos direitos humanos, condizentes à dignidade humana, a partir do desenvolvimento da religião, filosofia e da ciência. Segundo ele, “foi o artigo I da Declaração de Virgínia, tornada pública em 16 de junho de 1776, o primeiro registro de nascimento dos direitos humanos na História.”²¹⁹

Igualmente Santos alude a tempos antigos para destacar o surgimento dos Direitos Humanos Universais. Para esse autor, [...] “três grandes movimentos revolucionários liberais, a partir do século XVII, vão dar as bases para a construção do conceito moderno de direitos humanos: A Revolução Inglesa, com seu auge 1688, a Norte-Americana de 1776 e a Francesa de 1789.”²²⁰

Além destes aspectos históricos contextualizantes, há outro enfoque importante no estudo dos direitos humanos, trata-se da discussão quanto às gerações desses direitos, variando tal classificação como demonstrado a seguir.

²¹⁷ Historicamente é sabido que já nas décadas anteriores houve mulheres que debatiam e promoviam uma luta para o reconhecimento dos direitos das mulheres, exemplo bastante conhecido é da inglesa Mary Wollstonecraft, e da francesa Simone de Beauvoir. Ainda segundo Santos, já em 1791, “a luta pela construção dos direitos humanos das mulheres tem um dos seus pontos marcantes com a pioneira francesa Olympe de Gouges, contemporânea da Revolução Francesa. Uma revolucionária contestadora da política patriarcal feudal, que buscou liderar as mulheres para ter uma voz ativa no direito de voto às mulheres, no direito de exercer um ofício e no reconhecimento das uniões concubinárias. Advogou pela abolição da escravidão dos negros, por melhores condições para a maternidade e contra a pena de morte” [...]. In: SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Os direitos humanos das mulheres visto através de um olhar pluralista e interdisciplinar**. Florianópolis: tese de doutorado. Pós-graduação em Direito, UFSC, 2003, p. 8-9.

²¹⁸ Ver: COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010; SANTOS, op. cit., 2003, 21; HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²¹⁹ In: COMPARATO, op. cit., 2010, p. 62.

²²⁰ In: SANTOS, op. cit., 2003, p. 21.

2.1.2 Gerações²²¹

É comum observar que muitos autores têm se ocupado com os direitos humanos. Magalhães e Lamounier apontam para o fato de que esta classificação de gerações²²² “nos permite enxergar a cronologia histórica de surgimento destes direitos, de outro lado pode fazer que as pessoas compreendam esses direitos como que estanques e atemporais.”²²³ Ou dito de outra forma, os contextos que influenciam significativamente na construção e compreensão desses direitos são diferentes. Nessa linha de pensamento expressam os autores:

²²¹ Dulce Piacentini utiliza o termo dimensões ao invés de gerações, apresentado pelo autor Paulo Bonavides, o qual “entende que seria melhor usar a palavra “*dimensão*”, já que a terminologia geração sugere a “ideia de sucessão cronológica, isto é, suposta caducidade dos direitos da geração anterior, o que não acontece.” Ver: PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **Direitos humanos e interculturalismo**: análise da prática cultural da mutilação genital feminina. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008, p. 34.

²²² O estudo das gerações, principalmente relativo às três primeiras, parece ter influência da estrutura apresentada por T.H. Marshall em sua obra *Cidadania, Classe Social e Status*. Este autor divide o conceito de cidadania em três partes, ou elementos: civil, política e social. “O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual — liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. [...] Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. [...] O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. [...] Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que é possível, sem destorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente — os direitos civis ao século XVIII, os políticos aos XIX e os sociais ao XX.” In: MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p. 63-67.

²²³ MAGALHÃES, José Luiz Quadros; LAMOUNIER, Gabriela Maciel. A internacionalização dos direitos humanos. **Revista Jus Vigilantibus**, fev., 2008, p. 4. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=572> Acesso em: 11 nov. 2012.

[...] se os direitos individuais surgiram em primeiro lugar, no momento em que surgiram a sua compreensão era completamente diferente da que se tem hoje. Naquela época estes direitos eram vistos como direitos negativos, que pediam um não fazer do Estado. As pessoas eram livres pelo simples fato do Estado nada fazer. Esta era uma compreensão liberal completamente superada. Hoje os direitos individuais são vistos como direitos que pedem um agir estatal ou pedem condições sócio-econômicas para que se efetivem. Portanto, os direitos de primeira geração, aqueles direitos individuais, não são os mesmos direitos de hoje. Seu conceito e sua compreensão dentro do sistema de direitos mudaram bastante.²²⁴

Além do mais, o exposto acima é indicativo, também de que tais gerações foram estabelecidas em momentos históricos diversos, de reivindicações distintas, recebendo assim e ao longo do tempo variada classificação. Daí que é possível deparar-se com uma variação de três a quatro gerações contemplativas dos direitos humanos.

Mainieri, a título de exemplo, destaca a existência de três gerações: a “primeira geração compreende os direitos de liberdade e se subdividem em Direitos Civis e Políticos.”²²⁵ Isto é, centra-se na “tutela da liberdade (individual, de imprensa, de movimento e de consciência), a segurança e a integridade física e moral da pessoa, o respeito à propriedade e o direito a participar da vida pública. [...]”²²⁶. Quanto à segunda geração, estaria “constituída pelos direitos de igualdade e se subdividem em Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.”²²⁷ Segundo a autora, esses direitos “impõem ao Estado um ‘dever-fazer’, uma vez que o Estado deve prover os meios materiais para a prestação de serviços públicos, como educação, saúde, habitação, seguridade social, etc. [...]”²²⁸. Ou seja, “não se trata de direitos individuais, mas sim de direitos coletivos.[...]”²²⁹ A última geração diz respeito aos Direitos dos

²²⁴ MAGALHÃES; LAMOUNIER, op. cit., 2008, p. 4.

²²⁵ MAINIERI, op. cit., 1997, p. 111.

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ Idem, p. 112.

²²⁸ Idem, ibidem.

²²⁹ Idem, ibidem.

Povos ou direitos de solidariedade, significando que “seu cumprimento requer a participação de toda a comunidade internacional, ou seja, mais que o próprio Estado como tal.”²³⁰ Nesse sentido, “estes são direitos coletivos da humanidade inteira, como o direito ao desenvolvimento, à paz, a um meio ambiente saudável, à comunicação, ao patrimônio comum da humanidade etc.”²³¹

Por sua vez, Santos ressalta a existência de quatro gerações, observando que:

Os direitos humanos consagrados nas declarações das revoluções liberais supramencionadas foram chamadas de *primeira geração* (direitos civis e políticos). Tratou-se de um conjunto de direitos individuais do liberalismo político que marcaram a emancipação da classe burguesa, a superação do Estado absolutista e religioso e a liberação do poder econômico diante dos entraves do modelo feudal. Cabe citar alguns destes direitos: a liberdade de associação, a liberdade de locomoção, o direito de defesa da propriedade, a igualdade jurídica, etc. Ao longo do século XIX, o liberalismo político iria entrar em choque com a tradição socialista [...] a entrada na cena política da classe operária. Desta contraposição, surge a *segunda geração* de direitos humanos (direitos sociais e econômicos), a saber: o direito, ao trabalho, à saúde, à educação etc. [...] A partir do termino, em 1945, da Segunda Guerra Mundial, emergem os direitos humanos da *terceira geração*. Estes direitos humanos foram entendidos como difusos, pois têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como a família, o povo, a nação, a coletividade regional ou étnica e a própria humanidade. Cabe citar alguns desses direitos, como: a autodeterminação dos povos, o direito à paz, o direito ao meio-ambiente sadio e equilibrado, o

²³⁰ Idem, *ibidem*.

²³¹ Idem, *ibidem*.

direito das futuras gerações, a preservação do patrimônio cultural da humanidade. [...] a partir dos anos oitenta, do século XX, apareceram os direitos humanos de quarta geração, motivos pelo aprofundamento tecnológico. Esses direitos podem ser denominados biotecnoinformacionais. [...] direitos de *quarta geração*, como: os direitos e as obrigações decorrentes da manipulação genética vegetal, animal e humana; o direito à fiscalização, ao controle e à segurança dos dados e programas de *software* das instituições públicas e privadas e das informações veiculadas nos *websites* na internet, etc.²³²

Os elementos explicativos e subjacentes à constituição de cada geração apresentados por Santos, sugerem, dessa forma, o quanto as influências transitórias são determinantes para o não engessamento de novas leis, de modo a promover seu alargamento no âmbito de seu escopo.

Não obstante, porém, tais gerações são plausíveis de críticas desde uma perspectiva feminista. Neste sentido, são interessantes as observações trazidas pela autora Hilary Charlesworth ao analisar especificamente as três primeiras gerações. Segundo ela, a primeira geração — direitos civis e políticos — sugere que existe em seu conteúdo a presença da tradicional dicotomia entre o público e o privado:

Estes são direitos que o indivíduo pode reivindicar contra o Estado: o mundo público do estado deve conceder ao indivíduo privado proteção e liberdade em certas áreas. A primazia tradicionalmente dada aos direitos civis e políticos pelos advogados ocidentais internacionais e filósofos está direcionado à proteção dos homens dentro da vida pública, seu relacionamento com o governo. Mas estes

²³² SANTOS, op. cit., 2003, p. 26-27.

não são os danos pelos quais as mulheres mais precisam proteção.²³³

Neste caso, a violência doméstica cometida no chamado setor privado acaba não recebendo atenção dos governos por considerarem não ser matéria do setor público. No que diz respeito à segunda geração — direitos econômicos, social e cultural—, Chalersworth chama a atenção à perpetuação da relação dicotômica entre o público e o privado, a partir do momento em que “a Convenção desses direitos cria uma esfera pública, assumindo que todo o efetivo poder depende do Estado.”²³⁴ Exemplo disso é a não consideração da quantidade de atividade econômica gerada pelas mulheres em todo o mundo e que são invisíveis e muitas das vezes realizadas dentro da esfera privada.²³⁵

E, por último, no que concerne à terceira geração — direitos coletivos ou grupais— a autora enfatiza o fato de que estes direitos:

Têm sido defendidos dentro das Nações Unidas, em particular, pelos países em desenvolvimento, e eles têm somente sido cautelosamente aceitos pela comunidade do *mainstream* dos direitos humanos universais por contestarem o modelo liberal, ocidental dos direitos individuais invocáveis contra o soberano. [...] desde um ponto de vista, se poderia ver que tais direitos seriam de particular promessa para as mulheres, cujas vidas tipicamente têm a qualidade de conexão com outros, centrando mais ao redor da família, do grupo, e da comunidade do que do indivíduo. O desenvolvimento teórico e prático da terceira geração de direitos tem, no entanto, disponibilizado muito pouco às mulheres [...].²³⁶

²³³ CHALERSWORTH, Hilary. What are “women's international human rights”? In: COOK, R. (org.). **Human rights of women: national and international perspectives**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994, p. 71.

²³⁴ Idem, p. 74.

²³⁵ Idem, ibidem.

²³⁶ Idem, p. 75.

Embora se perceba certa flexibilização na implementação de novos direitos, como abordado acima, de maneira a tornar a dignidade humana mais apropriada às suas reais necessidades, ainda assim, ao se analisar tais gerações por meio de uma ótica feminina, é possível mapear a ausência de direitos relativos às necessidades das mulheres. Resultante dessa investigação, o ponto 2.4 apresentará algumas das críticas emergentes sob a perspectiva de gênero acerca dos direitos humanos. Diante disso, o item a seguir enfatizará a constituição dos direitos humanos a partir do século XX.

2.2 DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX

Muitas das obras a respeito dos direitos humanos afirmam que, no século XX, esses direitos têm como cenário os resultados das duas grandes guerras mundiais. Nas palavras de Santos, “no século XX, os direitos humanos emergiram depois da Segunda Guerra Mundial, como uma sociedade humana fundamental, no âmbito das relações internacionais entre os países”²³⁷. Nesse sentido acrescenta Piovesan que os direitos humanos tornam-se legítima preocupação internacional, e passam a ocupar um espaço central na agenda das instituições internacionais, devido à criação das Nações Unidas, bem como, a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembléia Geral da ONU, em 1948.²³⁸

Todavia, ressalta Tamara, que as primeiras manifestações quanto aos direitos humanos têm base na Liga das Nações, [...] “a Convenção que a instituiu (em 1920) já continha revisões genéricas relativas aos direitos humanos”²³⁹ [...]. Entretanto, a autora observa que foram as atrocidades cometidas pelo nazismo, sob o “aval de legalidade” durante a Segunda Guerra Mundial, que promoveram “total ruptura com um paradigma de respeito aos direitos humanos.”²⁴⁰ Dessa forma, inevitável a emergência de um documento que contivesse medidas de garantia aos

²³⁷ SANTOS, op. cit., p. 8.

²³⁸ In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 111.

²³⁹ GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos: uma análise de casos admitidos entre 1920 e 2008**. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011, p. 27.

²⁴⁰ Idem, p. 29.

direitos humanos de âmbito universal, com respaldo da sociedade internacional. Assim, nas palavras de Comparato:

Ao emergir da Segunda Guerra Mundial, após três lustros de massacres e atrocidades de toda sorte, iniciados com o fortalecimento do totalitarismo estatal nos anos 30, a humanidade compreendeu, mais do que em qualquer outra época da História, o valor supremo da dignidade humana. O sofrimento como matriz da compreensão do mundo e dos homens, segundo a lição luminosa da sabedoria grega, veio aprofundar a afirmação histórica dos direitos humanos.²⁴¹

Portanto, conforme este autor, “é com a Declaração Universal, [...] e a Convenção Internacional sobre a prevenção e punição do crime de genocídio, aprovada um dia antes também no quadro da ONU”²⁴² [...], que são constituídos os marcos fomentadores da “nova fase histórica, que se encontra em pleno desenvolvimento.”²⁴³

2.2.1 A Carta das Nações Unidas e o surgimento da ONU

Foi com base neste cenário de reconstrução da política internacional, que a assinatura da Carta das Nações Unidas, em São Francisco, em 26 de junho de 1945, deu início a um novo sistema internacional, com a qual os Estados definitivamente deixavam de ser atores absolutos no sistema político internacional. Nos dizeres de Comparato, “as Nações Unidas nasceram com a vocação de se tornarem a organização da sociedade política mundial, à qual deveriam pertencer, portanto, necessariamente, todas as nações do globo empenhadas na defesa da dignidade humana.”²⁴⁴

Nesse sentido, contribui Velasco, ao ponderar de que a “Organização das Nações Unidas [...], é a tentativa mais ampla na história da humanidade de criar uma OI, que pretende manter a paz e a

²⁴¹ COMPARATO, op. cit., p. 68-69.

²⁴² Idem, p. 69.

²⁴³ Idem, ibidem.

²⁴⁴ Idem, p. 226.

segurança internacional como primeiro e principal de seus propósitos.²⁴⁵ Segundo o autor:

uma instituição criada pelos Estados por meio de seu Tratado constitutivo, conhecido por Carta das Nações Unidas, ou Carta de São Francisco, formando uma estrutura política internacional capaz de transformar-se e que inclusive poderia juridicamente desaparecer. [...] ²⁴⁶

O citado autor assevera que a Organização das Nações Unidas “não surgiu de forma improvisada, senão mediante processo laborioso o qual foi preparando a base social, sobre a qual haveria de se assentar o instrumento jurídico em que se concretizou.”²⁴⁷

Reafirmando a alusão anteriormente feita por Tamara, tanto Velasco²⁴⁸ como Seitenfus²⁴⁹ apontam para o fato de que os antecedentes das Nações Unidas se encontram na experiência da Liga das Nações, embora esta instituição não tenha sido mencionada pelos redatores da Carta. Além dos vencedores optarem por criar uma nova organização internacional de forma a estruturar o mundo pós-bélico da Segunda Guerra Mundial, pretenderam estes Estados fazer desaparecer a Liga das Nações.

Além da Liga, o autor espanhol constata outras menções quanto a sua criação, em:

Declarações formuladas pelas Potências aliadas ao longo da Segunda Guerra Mundial, a saber: a Declaração dos Aliados, firmada em Londres, em 12 de junho de 1941, por 14 países aliados; a Carta do Atlântico, firmada em 14 de agosto de 1941 << em um lugar do Atlântico>> pelo Presidente Roosevelt e o Primeiro Ministro

²⁴⁵ VELASCO, Manuel Diez. **Las organizaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 2007, p. 149.

²⁴⁶ Idem, ibidem.

²⁴⁷ Idem, ibidem.

²⁴⁸ Idem, ibidem.

²⁴⁹ Ver também: SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 107-108.

britânico Churchill; a Declaração de Washington ou das Nações Unidas, firmada em 1 de janeiro de 1942 por vinte e seis nações, na qual defendiam as bases sobre as que deveriam se sustentar a política exterior e a nova ordem urgida da guerra; e muito especialmente a Declaração de Moscou, firmada em 30 de outubro de 1943 pelos representantes das quatro grandes potências aliadas (Estados Unidos, Grã-Bretanha, URSS e China), na qual já se proclamava a necessidade de manter a comunidade das nações depois do fim da guerra e se previa a criação de uma Organização Internacional [...]. Além destas declarações, o trabalho realizado nas Conferências de Dumbarton Oaks (21 de agosto a 7 de outubro de 1944) e Yalta (5 a 12 de fevereiro de 1945), finalmente se celebrou a Conferência de São Francisco, que correu em 25 de abril e 16 de junho de 1945 e na qual participaram cinquenta Estados.²⁵⁰

²⁵⁰ VELASCO, op. cit., p. 150.

Segundo Seitenfus, “a Carta²⁵¹ representa o compromisso de países unidos no presente, em razão da existência de um inimigo comum, com vista a organizar o futuro das relações internacionais.”²⁵²

Percebe-se da menção no Preâmbulo da Carta²⁵³, a necessidade de [...] “reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos direitos dos homens e das mulheres”²⁵⁴ [...], continua afirmando em seus propósitos no artigo 1º parágrafo 3º, a necessidade de conseguir a cooperação internacional, para também “promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça,

²⁵¹ Portanto, assim está expresso no preâmbulo da Carta das Nações Unidas: *Nós, os povos das Nações Unidas, resolvemos* a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. *E para tais fins*, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos. *Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos*. Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordam com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de Nações Unidas. In: Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Rio de Janeiro: UNIC, 2001, p. 3-4. Versão pdf disponível em: <unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf> Acesso em: 19 de nov. 2012.

²⁵² SEITENFUS, op. cit., p. 110.

²⁵³ Devido ao recorte escolhido nesta pesquisa, não serão aqui tratados os propósitos de paz e segurança. Para seu entendimento ver: PIOVESAN, op. cit., 2007; COMPARATO, op. cit., 2010; VELASCO, op. cit., 2006.

²⁵⁴ Ver Carta das Nações Unidas, op. cit., p. 3.

sexo, língua ou religião [...].”²⁵⁵ No seu artigo 13º, parágrafo I, item b, faz *jus* a “favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos [...]”.²⁵⁶

Dessa forma, “ao aderir à Carta, — tratado multilateral —, os Estados-Parte reconhecem que os “direitos humanos”, a qual faz menção, são objetivos de legítima preocupação internacional e, nesta medida, não mais de sua exclusiva jurisdição doméstica.”²⁵⁷ Por essa razão, com intuito de tornar os direitos humanos efetivos, as Nações Unidas de forma à dar eficiência à temática estabelece a criação de um órgão competente que tratasse diretamente desta questão, a seguir focalizado.²⁵⁸

2.2.2 Conselho de Direitos Humanos

Em março de 2006, o Conselho de Direitos Humanos da ONU passou a substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos, criada em 1946, vinculada ao Conselho Econômico e Social, o qual possui competência nas questões econômicas, sociais e culturais. De maneira a fomentar e fiscalizar estes novos propósitos — observação dos direitos humanos — foi que em sessão realizada em 3 de abril de 2006, a Assembléia Geral adotou a resolução (Resolução 60/251) criando o Conselho de Direitos Humanos e defendendo a visão de que a “paz e a segurança bem como o desenvolvimento dos direitos humanos são os pilares do sistema da ONU, reconhecendo, ainda, que o desenvolvimento, a paz, a segurança e os direitos humanos são inter-relacionais e interdependes.”²⁵⁹

É de sua responsabilidade realizar recomendações relacionadas à promoção, respeito e observância dos direitos humanos.²⁶⁰ Conforme

²⁵⁵ Idem, p. 5.

²⁵⁶ Idem, p. 13

²⁵⁷ PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 133.

²⁵⁸ A professora Mônica Herz apresenta variada bibliografia concernente à temática das organizações internacionais, concernente as Nações Unidas, fornece destaque aos principais órgãos da ONU, bem como seu sistema geral, permitindo-se visualizar sua estrutura, e compreender sua formação. Suas análises são construídas a partir do enfoque da questão de segurança coletiva. In: HERZ, Mônica. **Organizações Internacionais**: histórias e práticas. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

²⁵⁹ Idem, p. 134.

²⁶⁰ Idem, p. 129.

coloca Piovesan, a fundação do “Conselho estaria a refletir a primazia dos direitos humanos na Carta da ONU. O novo Conselho objetiva conferir maior credibilidade à temática dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, com base no princípio do escrutínio universal e da não-seletividade política.”²⁶¹

De acordo com a autora:

Ao lado da preocupação de evitar a guerra e manter a paz e a segurança internacional, a agenda internacional passa a conjugar novas e emergentes preocupações, relacionadas à promoção dos direitos humanos. A coexistência pacífica entre os Estados, combinada com a busca de inéditas formas de cooperação econômica e social e de promoção universal dos direitos humanos, caracterizam a nova configuração da agenda da comunidade internacional.²⁶²

O Conselho de Direitos Humanos é constituído por 47 Estados-membros eleitos diretamente, por voto secreto da maioria da Assembléia Geral, observada a distribuição geográfica equitativa dentre os grupos regionais, sendo 13 membros dos Estados africanos; 13 membros dos Estados asiáticos; 6 membros dos Estados do Leste europeu; 8 membros dos Estados da América Latina e Caribe; e 7 membros dos Estados da Europa ocidental e demais Estados.²⁶³

Este Conselho de Direitos Humanos possui competências como promover a educação e o ensino em direitos humanos, além de fornecer assistência técnica e programas de capacitação, serve também como fórum de diálogo sobre temas de direitos humanos. Deve submeter recomendações à Assembléia Geral para o desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos e promover a plena implementação das obrigações de direitos humanos assumidas pelos Estados, da mesma maneira realizar *follow-up* dos objetivos e compromissos referentes à promoção e proteção dos direitos humanos decorrentes das conferências da ONU. Outra competência diz respeito à elaboração periodicamente de relatório universal, baseado em informações objetivas e confiáveis, visando avaliar o cumprimento pelos Estados das obrigações em direitos

²⁶¹ Idem, *ibidem*.

²⁶² Idem, p. 131.

²⁶³ Idem, p. 134.

humanos, de forma a complementar e não duplicar o trabalho realizado pelos *treaty bodies*. Contribuir através de diálogo e cooperação, na prevenção de violações a direitos humanos e responder rapidamente a situações de emergência. Ainda deve assumir as responsabilidades e as funções da Comissão de Direitos Humanos no que se refere ao trabalho do Alto Comissariado da ONU para Direitos humanos, bem como trabalhar em estreita cooperação no campo dos direitos humanos com Estados, organizações regionais, instituições nacionais de direitos humanos e sociedade civil. Faz parte também destas competências sugerir recomendações acerca da promoção e proteção dos direitos humanos e submeter um relatório anual à Assembléia Geral.²⁶⁴ Estas competências são resultantes dos propósitos discursivos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, assunto visto a seguir.

2.2.3 Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948

Em 10 de dezembro de 1948, com aprovação geral de 48 Estados, apresentadas apenas oito abstenções²⁶⁵, adotou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sua elaboração era uma incumbência da antiga Comissão de Direitos Humanos, segundo disposto no artigo 55 da Carta das Nações Unidas.

Assim sendo, conforme coloca Comparato, “em 1948 foi concluída a primeira etapa, com a apresentação de um projeto de Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas.”²⁶⁶

Nas palavras da professora Flávia Piovesan, [...] “a Declaração consolida a afirmação de uma ética universal ao consagrar um consenso sobre os valores de cunho universal a serem seguidos pelos Estados.”²⁶⁷ Segundo René Cassim:

[...] Esta Declaração se caracteriza, primeiramente, por sua amplitude. Compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as

²⁶⁴ Idem, p. 135.

²⁶⁵ Abstiveram-se: União Soviética, Ucrânia e Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia e Iugoslávia, à época países comunistas. Além da Arábia Saudita e África do Sul. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/dezembro/dia-da-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem.php>> Acesso em: 14 mar. 2013.

²⁶⁶ COMPARATO, op. cit., p. 237.

²⁶⁷ PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 136.

quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual. Sua característica é a universalidade: é aplicável a todas as pessoas de todos os países, raças, religiões e sexos, seja qual for o regime político dos territórios nos quais incide.²⁶⁸

Há de se mencionar que a Declaração Universal constitui-se como delineador para uma nova ordem mundial, reanalizando a problemática das colonizações, dos direitos individuais, das limitações dos Estados, consequência também do novo modelo liberal econômico emergente. Daí, portanto, a necessidade de consolidação de nova ética universal, por conseguinte, “consagrar um consenso sobre valores de cunho universal, a serem seguidos pelos Estados.”²⁶⁹ Dessa forma, os direitos humanos estão amparados no Direito Internacional dos Direitos Humanos, este direito “consiste em um sistema de normas internacionais²⁷⁰, procedimentos e instituições desenvolvidas para implementar esta concepção e promover o respeito aos direitos humanos em todos os países, no âmbito mundial.”²⁷¹

Segundo Louis Sohn e Thomas Buergenthal:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos se distingue das tradicionais Cartas de direitos humanos que constam de diversas normas fundamentais e constitucionais dos séculos XVIII e XIX e começo do século XX, na medida em que ela consagra não apenas direitos

²⁶⁸ Apud, PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 136-137.

²⁶⁹ PIOVESAN, Flávia. A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. In: BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. As mulheres e os direitos humanos. Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero. **CEPIA**, Rio de Janeiro: CEPIA, n.2, 2001, p. 11.

²⁷⁰ Esta dissertação adota referências bibliográficas que tratam das normas internacionais enquanto sistema e não a forma proposta pelo autor Krasner: regimes internacionais. Sobre regimes internacionais veja: KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regime as intervening variables. **International Organization**, USA: The Mit Press, vol. 36, n. 2, Spring, 1982, p.185-205. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706520>. Acesso em: 14 mar. 2013.

²⁷¹ PIOVESAN, op. cit., 2007, p.10.

civis e políticos, mas também direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito ao trabalho e à educação.²⁷²

Nesse sentido, “uma das principais qualidades da Declaração é constituir-se em parâmetro e código de atuação para os Estados integrantes da comunidade internacional.”²⁷³

Piovesan evidencia ainda que um país, ao se comprometer na execução do cumprimento quanto à Declaração, no exemplo do Brasil, se afirma no contexto internacional, “como país respeitador e garantidor dos direitos humanos.”²⁷⁴ Esse é um elemento característico das Relações Internacionais, onde um país busca manter suas boas relações perante a comunidade internacional.²⁷⁵ Cabe ressaltar, contudo,

Que a Declaração Universal não é um tratado. Foi adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas sob a forma de resolução, que por sua vez, não apresenta força de lei. O propósito da Declaração, como proclama seu preambulo, é promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais a que faz menção a Carta da ONU, particularmente nos arts. 1(3) e 55.

Por isso, como já aludido, a Declaração Universal tem sido concebida como a interpretação autorizada na expressão “direitos humanos”, constante da Carta das Nações Unidas, apresentando, por esse motivo, força jurídica vinculante. Os Estados membros das Nações Unidas têm, assim, a obrigação de promover o respeito e a observância universal dos direitos proclamados pela Declaração. [...]²⁷⁶

²⁷² Apud, PIOVESAN, Idem, p. 12.

²⁷³ Idem, p. 13.

²⁷⁴ Idem, p. 16.

²⁷⁵ Esta autora trabalha a questão dos direitos humanos observando a legislação interna, isto é, a Constituição de 1988, assim averiguando como tais leis internacionais são aplicadas no âmbito interno.

²⁷⁶ PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 143-144.

Isso quer dizer que, de certa forma, a Declaração impôs aos Estados-membros a condicionante da subjunção a uma internacionalização e reconhecimento de que as Nações Unidas deram início a um novo sistema internacional, desconstruindo a noção realista de que apenas os Estados seriam atores absolutos no âmbito da política internacional. Flavia Piovesan assim expõe:

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta nas relações internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção da cooperação internacional de saúde, a proteção ao meio ambiente, à criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos.²⁷⁷

Em suma, as Nações Unidas “nasceram com a vocação de se tornarem a organização da sociedade política mundial, à qual deveriam pertencer, portanto, necessariamente, todas as nações do globo empenhadas na defesa da dignidade humana.”²⁷⁸ Não obstante, ao expor em sua Carta a importância de salvaguardar, propagar e acatar os direitos humanos, bem como suas liberdades fundamentais, “não especificou o conteúdo e o alcance destas expressões”²⁷⁹. Dessa maneira, “a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, veio a definir, com precisão, o elenco dos direitos humanos e as liberdades fundamentais.”²⁸⁰

A partir dessa visão sucinta do processo de constituição dos Direitos Humanos Universais, cabe agora adentrar no que seriam os direitos humanos das mulheres. Contudo, no que se refere ao papel da ONU enquanto difusor desses direitos e seus mecanismos de proteção, tal assunto será abordado no capítulo terceiro.

²⁷⁷ Idem, p. 126.

²⁷⁸ COMPARATO, op. cit., 2010, p. 226.

²⁷⁹ GONÇALVES, op. cit., p. 30.

²⁸⁰ Idem, p. 30.

2.3 CONCEBENDO OS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Historicamente, a luta pelos direitos das mulheres remonta há séculos passados. As mulheres, a partir de ações conjuntas e organizadas, bem como individualmente, vêm lutando pelo reconhecimento de seus direitos e, dessa forma, influenciando nas tomadas de decisões, tanto em nível nacional quanto internacionalmente. Exemplo histórico dessa luta foi o desempenho de Marie Olympe de Gouges, ocorrido no século XVIII, quando se questionava sobre a não igualdade para as mulheres, pois os ideais da Revolução Francesa eram apenas “conquistas de poucos: homens, brancos, instruídos e com recursos econômicos.”²⁸¹ Sua luta, naquele tempo, resultou na proposta de uma declaração: a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.”²⁸²

Ressalta Santos que Gouges, ao “questionar o universalismo de direitos humanos da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, está disposta a incluir os direitos femininos, sem excluir os direitos dos homens.”²⁸³ Esclarece ainda que Marie Olympe contemplava a “co-presença política e social de homens e mulheres e uma igual dignidade para ambos os gêneros.”²⁸⁴

A atuação, mesmo que distante na linha do tempo, de mulheres como Marie Olympe de Gouge, teve expressiva influência para o surgimento subsequente de movimentos feministas, organizados em prol de novos reconhecimentos e direitos negados pelo padrão patriarcal de suas épocas. Desse modo, rememora Sidney Santos a clássica data protagonizada pelo movimento feminista norte americano em 1857:

Aonde as operárias de uma indústria têxtil de New York revoltaram-se contra as péssimas condições de labor e passaram a reivindicar por melhores condições salariais, melhores condições de trabalho e redução da jornada de quatorze para dez horas. Os patrões patriarcais, no entanto, fecharam as portas da indústria e

²⁸¹ CLADEM; PIMENTEL, Silvia; DORA, Denise Dourado (coord.). **As mulheres e a construção dos direitos humanos: 200 anos de morte de Olympe de Gouges**. Porto Alegre: Gráfica e Edit. Comunicação Impressa, 1993, p. 9.

²⁸² Ver: CLADEM, op. cit., p. 11-15.

²⁸³ SANTOS, op. cit., p. 113

²⁸⁴ Idem, ibidem.

atearam fogo no prédio, resultando na morte de 129 mulheres. Em 1975, a ONU incluiu o 8 de março em seu calendário oficial, como o dia internacional da Mulher.²⁸⁵

Quantos casos, — sejam isolados ou em grupos—, sofreram punições, retaliações, fizeram-se necessários para que governos e instituições prestassem atenção à forma qualitativa de vida das mulheres? Muitos. Saltando na linha do tempo, a professora Ackerly Brooke²⁸⁶, chama atenção para a forma como se deve olhar às violações dos direitos humanos, relatando, já nas primeiras páginas de sua obra, o caso particular de Marie, ao tentar levar suas crianças para fora de Ruanda,

Ela possui dois filhos com Jean-Paul, seu marido, mais três, adotados em Burundi, os quais Jean-Paul e ela adotaram em 1992, e uma criança de seis anos cujos pais foram recentemente assassinados. Seu país não foi desmilitarizado após a Frente de Liberalização de Ruanda e paramilitares terminaram o genocídio de 1994. Quando sua família retornou do campo de refúgio em Uganda, embora ele não tenha participado do genocídio, seu marido foi assassinado por paramilitares numa violência de pós-genocídio. [...] Os esforços governamentais para lidar com esta crescente violência não foram evidentes. [...]²⁸⁷

Este relato não se limita apenas ao excerto acima, são relevantes ainda as indagações levantadas pela autora, tais como: “É a situação de Marie especial? Em qual sentido? [...] Tristemente em Ruanda, elas não são exclusivas a sua família, a um grupo étnico particular, ou pessoas de certas regiões.”²⁸⁸ Julie Peters e Wolper também fazem uso de casos considerados privados:

²⁸⁵ SANTOS, op. cit., p. 117.

²⁸⁶ BROOKE, Ackerly. **Universal human rights in a world of difference.** England: Cambridge University Press, 2008.

²⁸⁷ Idem, p. 1-2.

²⁸⁸ Idem, ibidem.

Na Índia, uma garota de dez anos embarca num voo para Arábia Saudita, seu companheiro é um homem de negócios de sessenta anos, que casou com ela após negociação com seus pais. Em um subúrbio dos EUA, uma mulher mantida sob “prisão domiciliar”, é agredida caso tente contatar amigos ou parentes; seu “carcereiro” é seu marido. Numa vila sudanesa, um grupo de meninas é levado a um lugar desconhecido onde uma mulher mutila sua genitália usando um pedaço de vidro não esterilizado. No Peru, uma mulher é presa após questionar sobre seu marido, o qual não tem sido visto desde sua interrogação por soldados alguns dias antes. Na Birmânia, uma mulher de vinte e dois anos e sua sobrinha de onze são levadas sob custódia, após correrem para casa prontamente após o toque de recolher; a jovem mulher é estuprada por seis soldados, e a menina por sete — incluindo o comandante da unidade.²⁸⁹

Quando estas autoras optam por expor casos individuais²⁹⁰, procurando tornar público a falta de comprometimento, na maioria das vezes dos governos, por meio de uma metodologia feminista, estão chamando a atenção de toda uma comunidade internacional para o fato de que essa violação de direitos não é considerada caso de direitos humanos.

O modelo da teoria dos direitos humanos universais, emergente do discurso ativista feminista sobre direitos humanos, apresenta-se consistente com certos aspectos das Relações Internacionais e argumentos teóricos políticos elaborados por pensadores preocupados com os Direitos Humanos Universais.²⁹¹

²⁸⁹ PETERS, Julie; WOLPER, Andrea. **Women's rights, human rights: International feminist perspectives**. Londres: Routledge, 1995, p. 1.

²⁹⁰ No âmbito das Relações Internacionais o autor Kenneth Waltz introduz um sistema de análise individual na qual chama de imagens, de forma a se perceber o que não se consegue ver diretamente na política internacional. Ver: WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a guerra: uma análise teórica**. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

²⁹¹ BROOKE, A. Ackerly, op., cit., 2001, p. 323.

Segundo Bunch²⁹², tal perspectiva feminista é essencial para o desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres, bem como crucial para abordar mudanças globais aos direitos humanos no século XXI. Nesse sentido, então, observa-se a seguir as críticas construídas a partir do uso desta categoria de análise, relativo aos direitos humanos universais.

2.4 CRÍTICAS AOS DIREITOS HUMANOS SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

No limiar do século XXI são raras as organizações não-governamentais, sob a bandeira da defesa das mulheres, que não tragam em suas propostas a questão dos direitos humanos das mulheres.²⁹³ No âmbito acadêmico estudantil, ao se abordar tal temática, surgem indagações: o que são os direitos humanos para as mulheres? Não estão incluídos nos Direitos Humanos Universais? Resposta a essa pergunta poderá variar entre sim e não, e observando-se as críticas com relação aos Direitos Humanos Universais, é possível visualizar melhores respostas a tais perguntas.

Marcela Nicodemus, sob a ótica de gênero, afirma que:

A Declaração Universal, ademais de ser o pilar sobre o qual está construído todo o sistema internacional de direitos humanos, é um documento progressista, sobretudo se considerado em relação à época em que foi escrito. Por vários anos, a Declaração permaneceu como o único instrumento internacional a consagrar o princípio da não-discriminação em razão do sexo e a proclamar a

²⁹²BUNCH, Charlotte. Transforming human rights from a feminist perspective. In: PETERS, Julie; WOLPER, Andrea (org.). **Women's rights human rights: international feminist perspectives**. NY: Routledge, 1995, p. 11.

²⁹³Acesso a algumas destas ONGs: <www.amnesty.org> Acesso em: 15 dez 2012; <www.hrwf.net> Acesso em: 15 dez 2012; <<http://www.womensnet.org.za/>> Acesso em: 15 dez 2012; <<http://www.cladem.org/>> Acesso em: 15 dez 2012; <<http://www.wlsa.org.mz/>> Acesso em: 15 dez 2012; <<http://www.cfemea.org.br/>> Acesso em: 15 dez 2012; <<http://www.dawnnet.org/>> Acesso em: 15 dez 2012.

igualdade em várias áreas da atividade humana.”²⁹⁴

Nesse sentido, adverte Maria Amélia Teles: “ainda hoje, se estabelece o homem como paradigma dos direitos humanos, como se os direitos dele incluíssem os das mulheres, ou como se estes fossem secundários.”²⁹⁵ Conforme esta autora, “os direitos humanos significam a afirmação da dignidade da pessoa humana diante do Estado.”²⁹⁶

Teles consegue perceber o elemento característico às Relações Internacionais, no momento em que existem países que “elegem a supremacia da soberania nacional para impedir a atuação de órgãos internacionais executores das prescrições estabelecidas em defesa da integridade e dignidade da pessoa humana.”²⁹⁷

Mainieri compartilha do pensamento das autoras citadas, alegando que, de uma forma geral, a “fundamentação dos Direitos Humanos está sustentada no Direito androcêntrico e ‘sexista’.”²⁹⁸ Pela mesma razão, Bunch afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 “define direitos humanos de modo geral e simboliza uma visão de mundo de respeito à humanidade de todas as pessoas, enquanto pouco foi dito sobre as mulheres.”²⁹⁹ Nesse sentido, sustenta Erica Serra que:

Quando a Declaração garantiu uma igualdade formal, ou seja, dentro do seu mundo abstrato, assumiu como paradigma principal um sujeito universal assexuado. No entanto, um sujeito universal assexuado somente pode ser considerado de maneira abstrata, e não no mundo concreto, e, por conta disso, a Carta Universal, quando aplicada ao mundo real, perdeu seu caráter neutro e passou a manifestar-se de forma sexuada, ou seja, a manifestar-se

²⁹⁴ NICODEMUS, op. cit., p. 12.

²⁹⁵ TELES, op. cit., 2006, p. 13.

²⁹⁶ Idem, p. 26.

²⁹⁷ Idem, p. 31.

²⁹⁸ MAINIERI, op. cit., p. 121.

²⁹⁹ BUNCH, op. cit., p. 13.

através do sistema dominante, que seria, portanto, o sistema patriarcal.³⁰⁰

Contrariamente às contestações quanto a estas críticas, afirmam que a Declaração tem tratamento assexuado, “desprendido de qualquer parcialidade.”³⁰¹ Além de se somar a esta argumentação o fato de que os Direitos Humanos, ao serem instituídos, condiziam apenas com as violações realizadas pelos Estados ao ser humano, individualmente ou grupalmente. Contudo, a perspectiva de gênero elucida a violação dos direitos humanos como sendo:

[...] aquelas praticadas por agentes particulares ou privados que poderiam ter sido evitadas por medidas de segurança pública e outras ações de políticas públicas estatais, pois o Estado tem a obrigação de coibir violações, não só no âmbito público, como no privado.³⁰²

Ainda reforçando o rol de críticas, na concepção do CLADEM, “o texto de Declaração Universal de 1948 embasa-se em um conceito de direitos humanos historicamente construídos a partir do paradigma do homem branco e ocidental, reificado como universal”³⁰³ e, assim sendo, “como toda construção histórica, é passível de críticas e novas interpretações a partir das vivências práticas de diferentes setores e grupos sociais.”³⁰⁴

Da mesma forma, Serra aponta para o fato de que constituímos sujeitos históricos, querendo dizer com isso que “faz parte da nossa construção como sujeito social toda uma história cultural.” Exemplo disso, se percebe no:

Discurso de uma sociedade patriarcal, o sistema dominante, que desconsidera o respeito às capacidades da mulher, repassado, inclusive,

³⁰⁰ SERRA, Erica Roberts C. Igualdade e diferença nos direitos humanos. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **Direitos humanos no século XXI**: cenários de tensão. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009, p. 19.

³⁰¹ Idem, ibidem.

³⁰² TELES, op. cit., p. 31.

³⁰³ CLADEM, p. 19.

³⁰⁴ Idem, ibidem.

pelas mãos aos filhos pequenos. Esse é um exemplo de um dos denominados discursos verdadeiros tão arraigados na sociedade e repetidos inconscientemente, pois já fazem parte da essência daquele sujeito social.³⁰⁵

Ou seja, “a sociedade criou, ao longo de sua existência, discriminação negativa³⁰⁶ contra as mulheres, ao determinar que elas não deviam ocupar os espaços públicos, deixando-os única e exclusivamente para uma elite masculina.”³⁰⁷

Também se encontra no guia prático dos direitos humanos das mulheres³⁰⁸ a afirmativa de que:

A maioria dos sistemas, nacional, regional e internacional e do mecanismo para aplicação dos direitos humanos tem sido desenvolvido e implementado principalmente com um modelo masculino em mente e, até hoje, o sistema dos direitos humanos não tem adequadamente

³⁰⁵ SERRA, op. cit., p. 22.

³⁰⁶ Tamara, citando Avtar Brah, assinala para o fato de que “nosso gênero é construído e representado de maneira diferente, segundo nossa localização dentro das relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como ‘mulheres de classe trabalhadora’, ‘mulheres camponesas’ ou ‘mulheres imigrantes’. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que ‘mulher’ não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes ‘feminilidades’ onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais.” In: GONÇALVES, op. cit., p. 45.

³⁰⁷ TELES, op. cit., p. 40.

³⁰⁸ Women, Law & Development International et al. **Women’s human rights step by step**: a practical guide to using international human rights law and mechanisms to defend women’s human rights. Washington, DC: Women, Law & Development International; Human Rights Watch, 1997.

levado em conta às experiências e circunstâncias das mulheres.³⁰⁹

Tais fragmentos permitem frisar o porquê da necessidade de se estudar os direitos humanos das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Este instrumento de análise é fundamental para permitir e promover a defesa e a promoção de medidas, de maneira a se erradicar qualquer tipo de discriminação que as mulheres no mundo vêm sofrendo, já que seus direitos à liberdade, justiça, bem estar-social e econômico, tomadas de decisões, participação nas esferas públicas e privadas são constantemente violados. Com essa perspectiva, o item a seguir abordará os direitos humanos das mulheres na condição de categoria dos direitos humanos.

2.5 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES ENQUANTO DIREITOS HUMANOS

A priori, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 seria suficiente para promover os direitos das mulheres consagrados em seus parágrafos, contudo, como visto anteriormente, as críticas, desde a perspectiva de gênero, demonstram que de fato tal declaração não é suficiente para garantir esses direitos. Isso ocorre, acima de tudo, em função de uma construção social fundamentada em valores patriarcais, na qual foram excluídas as mulheres durante séculos de participar da esfera pública, submetendo-as exclusivamente ao domínio do espaço privado, onde seus direitos tampouco não são contemplados. A história das mulheres demonstra sua árdua luta, não obstante, somente no século XX é que seus frutos começaram a ser colhidos. Santos destaca que “um dos principais resultados é a positivação dos direitos humanos naturais das mulheres junto à estrutura legislativa da ONU através de suas inúmeras Declarações e Convenções.” [...] ³¹⁰ Essa conquista se estruturou com as demandas elaboradas na base dos grupos feministas, de ONGs, dos movimentos ativistas transnacionais, defensores dos direitos humanos das mulheres, todos preocupados com as formas pelas quais as propostas dos direitos das mulheres são tratados, desde seu modo escrito, como sua fundamentação, desencadeando assim uma

³⁰⁹ Idem, p. 8.

³¹⁰ SANTOS, op. cit., p. 119

configuração de contrapressão aos governos e organizações internacionais, como a ONU, por exemplo.

Segundo Bunch, [...] “as mulheres estão transformando o conceito de direitos humanos para tratar as degradações e violações de que são uma ameaça fundamental à nossa dignidade humana e o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”³¹¹

Nesse sentido, afirma Mainieri que:

A função fundamental do feminismo é enfrentar para mudar o pensamento patriarcal ainda presente em nossos dias. É questionar os paradigmas que determinam a supremacia masculina em detrimento da autonomia e da emancipação das mulheres. É propor mudanças e transformações sociais em busca de justiça e dignidade.³¹²

Assim, os estudos dos direitos humanos, sob a perspectiva de gênero, segundo Teles, “devem ser propostos para erradicar a discriminação, a violência, a opressão e a exploração de todas as mulheres. Quer dizer que lutar pelos direitos humanos das mulheres é propor mudanças estruturais e sociais no âmbito individual e pessoal.”³¹³

Por sua vez, os movimentos “consolidaram uma agenda internacional de eventos que, por serem justos e necessários, tiveram de ser admitidos oficialmente pelas Nações Unidas e por diversos Estados nacionais, como forma de alertar a sociedade sobre as questões mais candentes.”³¹⁴ Isso quer dizer que elucidar a realidade das violações dos direitos das mulheres utilizando a perspectiva de gênero, permite cooperar na redefinição do conceito de direitos humanos.³¹⁵ Além disso, Mainieri afirma que:

Este paradigma de gênero está sendo construído, evidenciado e propalado pelas mulheres; não porque sejamos uma nova classe ou as profetas de novas ordens e sociedades do

³¹¹ BUNCH, op. cit., p. 13.

³¹² MAINIERI, op. cit., p. 48.

³¹³ TELES, op. cit., p. 52.

³¹⁴ Idem, p. 98.

³¹⁵ Ver: MAINEIRI, op. cit., p. 121-122.

futuro. Também não é possível construir o humano de hoje e de amanhã, a partir de agrupamentos em seitas e confrarias. Simplesmente, temos aguardado, com a sabedoria milenar de quem não quer perecer antes de viver, em todos estes séculos de opressão e cativeiro; em todas estas estações de ostracismo, de negação do “eu” e de desprezo, os valores próprios de nossa condição de pessoas.³¹⁶

Após a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, foram realizadas várias convenções sob o auspício da ONU concernentes à temática de gênero. Alusivo aos direitos das mulheres, segundo Santos, as conferências de maior relevância foram:

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (ONU 1979), Conferência Mundial de Copenhague (1980), Conferência Internacional da Mulher de Nairobi (1985), Conferência Mundial dos Direitos Humanos em Viena (1993), Convenção Interamericana para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher (OEA, 1994), Conferência sobre a População (Cairo 1994), Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995).³¹⁷

Além dessas, cabe destacar a I Conferência Mundial sobre as Mulheres (1975) realizada no México, bem como a Conferência de Beijing+5 (2000) e Beijing+10 (2005), estas duas últimas aconteceram em Nova Iorque. Embora não fossem centradas especificamente nos direitos humanos das mulheres, e sim nas questões de igualdade, desenvolvimento e paz, os direitos das mulheres estavam subentendidos dentro de suas temáticas. Foi apenas com a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993, que se

³¹⁶ Idem, p. 121-122.

³¹⁷ SANTOS, op. cit., p. 119-120.

reconheceram os direitos das mulheres como matéria dos direitos humanos.³¹⁸

A consolidação, portanto, destas conferências, além de tornar uma pauta de reivindicação visível, elevou o tópico ‘mulher’ à condição de matéria relevante nas Relações Internacionais.³¹⁹ Embora Costa afirme que “durante esta década, as discussões sobre as mulheres são quase que exclusivamente dominadas por representantes estatais não feministas e que negociavam como o movimento feminista”³²⁰, o que traduz mais uma vez em tomadas de decisões providas desde uma perspectiva masculina e não feminina. Por outro lado, as Nações Unidas são apontadas enquanto principal difusora pela luta do emponderamento das mulheres.

Conforme Tathiana Haddad, a ONU vem “desde sua fundação, em 1945, até os dias atuais, [...] contribuindo para a evolução das questões de gênero, promovendo os direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais [...]”³²¹. Boutros-Ghali, Haddad sintetiza as três fases da ONU, em seu empenho para assegurar discussões sobre os direitos das mulheres:

No primeiro período, de 1945 a 1962, os esforços das Nações Unidas estiveram voltados para a questão da equidade das mulheres em relação aos homens [...]. Esse primeiro estágio foi inaugurado pela assinatura da Carta das Nações Unidas [...]. A Carta da ONU marca o envolvimento desse organismo internacional com as questões de gênero, abrindo caminho para mudanças históricas no âmbito das preocupações internacionais [...]. Inicia-se, com isso, um processo internacional de codificação dos direitos das mulheres. [...] O segundo período [...] coincide com mudanças profundas no âmbito das Nações Unidas ocasionadas pelo aumento do número de

³¹⁸ Ver: SANTOS; LACERDA, op. cit., 2010; TELES, op. cit., 2006.

³¹⁹ Ver: COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Solidariedade e soberania nos discursos sobre ‘mulher’ nas Conferências de Cairo e de Beijing**. Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, Dissertação de Mestrado, 2003, p. 72.

³²⁰ Idem, ibidem.

³²¹ HADDAD, p. 67.

Estados-membros oriundo do processo de descolonização [...]. Às mulheres foi reconhecido papel central no desenvolvimento social e econômico das sociedades, [...]. Como resultado dessas novas preocupações, a ONU procurou redimensionar seus programas de assistência técnica para as mulheres dos países em desenvolvimento, sem deixar de lado, os esforços para a consolidação da igualdade legal das mulheres [...]. A década das mulheres coincide com a terceira fase. [...]³²²

Nesse caso, a década das mulheres está associada às conferências realizadas em Nairobi e Copenhague, além da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979.³²³

Cada uma dessas fases marcou a importância do desenvolvimento e de abertura na agenda da ONU para a temática de gênero, colaborando para uma descentralização do pensamento patriarcal. Contudo, por outro lado, acentuou a verticalização dessa agenda. Isso quer dizer que, apesar da participação de atores não-governamentais na elaboração de políticas, medidas e de mecanismos internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres, são os Estados-membros e a ONU os seus finais

³²² Apud, HADDAD, p. 67-74.

³²³ Idem, p. 74.

aprovadores.³²⁴ Além, é claro, de elevar ao nível internacional a luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos.

Percebidos estes importantes aspectos que permeiam os direitos humanos das mulheres, a seguir apresenta-se o uso de uma possível abordagem metodológica desenvolvida pela autora Ackerly Brooke, em sua obra *Universal human rights in a world of difference*³²⁵, esperando que possa servir de instrumento em pesquisas envolvendo o cenário internacional, direitos humanos e direitos humanos das mulheres. Partindo do fato de que violações de direitos humanos possuem uma base estrutural sociológica, a autora entende da necessidade de se desenvolver ferramentas adequadas para revelar tais violações.

Dessa maneira, é utilizado nessa abordagem o elemento da invisibilidade, significando que “essas violações, ao não serem percebidas, se tornam invisíveis à comunidade internacional.”³²⁶

2.6 DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NUM MUNDO DE DIFERENÇAS

A citada autora a partir de estudo minucioso junto a grupos de mulheres e ativistas dos direitos humanos das mulheres, constrói sua metodologia de investigação centrada nas diferentes formas em que esses direitos são observados.

324 A autora Sally Merry, em sua obra *Human Rights & Gender Violence*, no segundo capítulo, exemplifica exatamente este tipo de situação, em que a sociedade civil, movimentos de mulheres, grupos ativistas defensores dos direitos humanos das mulheres, além de organizações não-governamentais, apesar de exporem casos e documentos que demonstrassem a necessidade de mudança nas medidas preventivas, bem como, nas formas escritas destes documentos, foram os Estados-membros, juntamente com a ONU, os que deram o aval final, durante a Beijing+5, em Nova Iorque, 2000. Adotando algumas demandas, apenas em certas ocasiões, de forma a evitar constrangimentos, ver: MERRY, Sally Engle. *Human rights & gender violence: translating International law into local justice*. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 36-71. Exemplo recente foi à falta de comprometimento durante a Rio+20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, 2012, por parte dos Estados no que diz respeito ao documento elaborado pelo Women Major Group, disponível em: <<http://www.wedo.org/> e <http://www.wecf.eu/english/publications/index.php>> Acesso em: 05 set. 2012.

325 ACKERLY, Brooke A. *Universal human rights in a world of difference*. England: Cambridge University Press, 2008.

326 ACKERLY, op. cit., p. 9.

Nesse sentido, afirma Ackerly que,

[...] Existem muitas formas nas quais as violações dos direitos humanos podem ser invisíveis. Ativistas e pesquisadores dos direitos humanos das mulheres têm tentado expor muitas dessas formas: tráfico para trabalho sexual, escravidão enquanto serviço doméstico, *bonded sweatshop work*³²⁷, morte devido ao aborto ilegal fracassado, e violência doméstica, isso para citar apenas alguns exemplos.³²⁸

A autora chama atenção para o fato de que estas são condições estruturais das violações dos direitos humanos. Contudo, outras violações de direitos são invisíveis, “já que seu contexto cultural trata as práticas que as sustentam como socialmente apropriadas e culturalmente importante ou ainda como manifestações sociais de natureza dos homens e das mulheres.”³²⁹

O trabalho realizado por ativistas defensores dos direitos humanos e direitos humanos das mulheres é considerado extremamente importante, pelo fato de que conseguem demonstrar que o “significado de humano e o que constituem direitos são categorias socialmente construídas, de tal maneira que promover direitos humanos universais requer mudança institucional e social.”³³⁰ Dessa forma, modificar o contexto político, social e econômico, requer não somente mudar leis e instituições, de modo que a polícia possa ser uma fonte confiável de segurança ao invés de fontes de insegurança, mas também transformar as práticas sociais, no sentido de que os membros comunitários exibam e pratiquem hábitos de construção comunitária.³³¹

Ackerly observa que estes ativistas, por meio de seu trabalho — voltado aos direitos humanos das mulheres —, fornecem um esboço para uma teoria universal dos direitos humanos a partir dos seguintes

³²⁷ Termo utilizado a partir da Primeira Guerra Mundial para designar os espaços privados nas quais trabalhadores (as) permaneciam longas horas sob condições precárias, às vezes até mesmo encarcerados, recebendo salários infimamente baixos. Especificação muito utilizada na língua inglesa.

³²⁸ Idem, p. 9-10.

³²⁹ Idem, p. 11.

³³⁰ Idem, p. 23.

³³¹ Idem, ibidem.

elementos: “os direitos humanos de todos os seres estão relacionados com os direitos dos outros, todos os direitos humanos são indivisíveis e os são uma função de contextos normativo e institucional.”³³²

Não obstante, a autora afirma que, por mais que estas considerações sejam importantes, mantê-las seguras nas instituições internacionais é insuficiente para seu reconhecimento e realização global.³³³ Por isso, “tal metodologia requer reflexão autossustentável, a qual deverá ser facilitada por uma epistemologia desestabilizadora.”³³⁴ Uma das ferramentas possíveis para aplicar-se nesse âmbito é o uso de conhecimento imanente, aquele que vem do interior, neste caso dentro das violações dos direitos humanos e de experiências a partir do trabalho realizado contra essas violações.³³⁵

Para melhor compreensão desta abordagem, a autora considera a teoria dos direitos humanos pelo ponto de vista de uma teoria *não-ideal* de justiça. Em sua visão, a teoria dos direitos humanos poderá ser entendida como “uma teoria *não-ideal*, ou seja, uma teoria política sobre um conceito que necessita de entendimento sobre a existência de poder no passado: opressão e resistência.”³³⁶ Dessa forma, afirma que uma teoria dos direitos humanos não pode ser uma teoria ideal no sentido aplicado por John Rawls — justiça enquanto equidade — isto é, uma teoria sem história. “A teoria dos direitos humanos inerentemente tem um passado — o passado das lutas dos indivíduos, das comunidades, e das pessoas contra suas opressões.”³³⁷

No seu entendimento, uma teoria ideal dos direitos humanos universais não é capaz —por si só — de fornecer elementos necessários a um criticismo transcultural e intracultural. Dessa forma, tal teoria deve ser a *não-ideal*, já que a teoria ideal “constitui o projeto de determinar a natureza e metas do ‘perfeitamente justo’, da sociedade ‘bem-ordenada (metódica)’, na qual se presume que todo mundo atua com justiça e contribua na manutenção apenas de instituições.”³³⁸

A autora questiona, ainda, se as expectativas de uma teoria ideal são apropriadas para teorias de justiça global e direitos humanos. Sua resposta é negativa, pelo fato de que essas injustiças são função do

³³² Idem, *ibidem*.

³³³ Idem, p. 24.

³³⁴ Idem, p.27.

³³⁵ Idem, p. 22.

³³⁶ Idem, p. 45.

³³⁷ Idem, *ibidem*.

³³⁸ Idem, p. 43.

legado histórico que causa, bem como caracteriza os problemas de injustiça global, incluindo violações dos direitos humanos e porque este legado histórico também delimita soluções que podem estar num futuro próximo. Assim, a teoria *não-ideal* é a ferramenta mais bem indicada para teorizar sobre direitos humanos, oferece mecanismos que considerem como se passar de disposições injustas às mais justas, não apenas para teorizar sobre o que podem ser disposições.³³⁹

Ackerly argumenta: “cada perspectiva crítica objetiva chamar nossa atenção à particularidade do excluído, marginalizado, e senão oprimido e, dessa forma, nos conscientiza dos padrões da exclusão, marginalização e opressão sustentados por perspectivas críticas insuficientes.”³⁴⁰

Perceba-se que a autora conduz uma argumentação de defesa para o uso de uma teoria *não-ideal*, com metodologia diferenciada, baseada na diferenciação das questões levantadas por grupos de mulheres e ativistas de direitos humanos e direitos humanos das mulheres. De forma a tornar possível o uso dessa alegação, produz uma metodologia a qual chama de *feminist curb cutting*. O termo *curb cutting* no idioma inglês faz referência a uma metáfora com sentido de restrição, a seguir abordada.

2.6.1 *Feminist Curb Cutting*

Trata-se de uma metodologia para expor os silêncios e revelar as diferenças para o imanente estudo dos direitos humanos universais. Esse método de investigação está baseado no uso da experiência, de forma a se ampliar o entendimento da teorização normativa sobre relevantes questões contemporâneas.³⁴¹

Nesse sentido, busca observar como os teóricos deveriam desenhar suas reflexões normativas sobre aqueles criticamente afetados pelos problemas políticos, fato sobre o qual refletimos. Essa metodologia considera que as análises normativas, científicas e sociais baseadas nas experiências são todas cruciais para a tarefa política teórica que está relacionada com as lutas e vontades da época.³⁴²

Conforme esclarece a autora,

³³⁹ Idem, *ibidem*.

³⁴⁰ Idem, p. 57.

³⁴¹ Idem, p. 120.

³⁴² Idem, p. 127-128.

No linguajar da teoria política, *feminist curb cutting* é um dispositivo epistemológico desestabilizador, estabelecido para promulgar, não apenas anunciar, e contestar. Em outras palavras, faz lembrar nossa falibilidade e encoraja nossa humildade. Entretanto, não permite promulgar contestabilidade por meio apenas de autorreflexão. Requer que promulguemos nossa teoria no mundo real, provando (em ambos os sentidos de mundo) seu emancipatório potencial.³⁴³

O *feminist curb cutting*, como a epistemologia por trás da metodologia, constitui uma heurística pedagógica. No sentido de que igualmente serve para ser usado em salas de aulas, bem como sustentar o argumento utilizado, levando a se pensar de certa maneira, de forma a ajudar a assumir uma perspectiva crítica. Ou seja, funcionaria como um método de avaliação crítica, sobre a capacidade própria de cada um interrogar a respeito de suposições epistemológicas e a razão como se imagina.³⁴⁴

Essa metodologia trabalha dentro do criticismo geral e familiar feminista sobre o poder da normalização. Assim, denuncia a falta de imanente crítica nas análises normativas. Comumente, essa análise inicia-se assim:

A análise de gênero sobre as condições e processos políticos, sociais e econômicos, revela as formas, nas quais contextos político, social e econômico impedem, excluem, ignoram ou marginalizam algumas mulheres, não todas e não apenas mulheres.³⁴⁵

Conforme expõe Ackerly, na teoria feminista: “as dimensões sociológica e prática de uma questão teórica normativa estão inter-relacionadas. A prática, nesse caso partindo da experiência, daqueles que sofrem sob a forma de opressão, é o estudo realizado.”³⁴⁶ O elemento poder é uma variável presente na análise. Dessa forma:

³⁴³ Idem, p. 132.

³⁴⁴ Idem, p. 132.

³⁴⁵ Idem, p. 135.

³⁴⁶ Idem, ibidem.

Os estudos do impacto das variadas maneiras de opressão podem conduzir às reflexões sobre a maneira na qual a opressão é institucionalizada. O âmbito do poder institucionalizado pode declinar a balança para o significado normativo da questão em apreço. Mas, porque muitas hierarquias de gênero ficam institucionalizadas, de maneira que as tornam invisíveis, esta análise necessita ser informada por uma variedade de experiências de marginalização. Para isso, é necessário saber como delimitar e questionar, ou seja, ter um dispositivo, instrumento que o permita realizá-lo.

Se compararmos a proposta desta autora, com os pontos elencados nos itens 1.2.2 e 2.4 — o primeiro sobre metodologias feministas e o segundo onde são apresentadas críticas desde a perspectiva feminista dos direitos humanos —, se perceberá que grande parte daqueles elementos são trazidos para contemplar a metodologia *feminist curb cutting*. Todos analisam e expõem contextos invisíveis que necessitam ser escrutinizados nos ambientes públicos e privados, normatizados ou não. E, geralmente, este tipo de trabalho é realizado por movimentos, grupos, indivíduos, organizações, feministas, ativistas e de mulheres.

Nesse sentido, Ackerly afirma que, para se identificar a invisibilidade através da institucionalização social, é necessário fazer uso da análise *feminist curb cutting*. A autora exemplifica essa idéia, a partir do modelo ativista americano dos portadores de deficiência motora, a qual salienta ser uma das mais excelentes soluções projetadas. Esse grupo esboçou todo um sistema de infraestrutura visto pelo ângulo daqueles realmente necessitados em relação à infraestrutura existente e medidas futuras de correção e adaptação, e contrapondo a atual projeção realizada pelos órgãos responsáveis daquele setor.³⁴⁷

A questão aqui trazida diz respeito à forma pela qual tal grupo conseguiu demonstrar em seus projetos as suas reais necessidades, devido às mais variadas limitações motoras. Consequentemente, incitaram a que se houvesse uma troca do prévio modelo por outro mais

³⁴⁷ Idem, p. 134.

apropriado, contendo portas automáticas, calçadas adequadas, rampas e múltiplos pontos de acesso e seus indicadores, etc. E, ao sair deste âmbito fechado, no sentido de uma categoria, percebe-se que o modelo novo também permite que outras pessoas se beneficiem, como no caso de pessoas acidentadas, trabalhando com cargas e volumes nas bibliotecas, pessoas idosas, entre outros, promovendo uma liberdade de locomoção.³⁴⁸

Ackerly afirma:

Ao se tornar ciente do privilegio de mobilidade, podemos nos tornar cientes da concepção que permite a liberdade de movimento para todos. Indo mais além, mobilidade, por exemplo, em escolas e museus, podem construir uma igualdade e não uma descapacitação ao acesso à educação.³⁴⁹

A autora quer apontar com isso que, ao se ampliar o acesso às famílias cujos integrantes sejam portadores de deficiência, e que tenham a possibilidade de fazer uso de um sistema adequado que os garanta ter participação plena nas atividades sociais, culturais, e educação, estes indivíduos estarão tendo também seus direitos garantidos.

Do mesmo modo ocorrem com as análises feministas, quando permitem gerar reflexões empíricas e teóricas, de forma a entender as lutas e vontades daqueles desventurados pelas hierarquias, que afetam os processos político, social e econômico, possibilitando assim um melhor entendimento por parte da sociedade.³⁵⁰

O uso da análise *feminist curb cutting* deve começar com mulheres no mesmo tempo e lugar, com cunho pedagógico, pois fornece assim a cada investigador ferramenta desestabilizadora da própria confiança epistemológica empregada, a partir da certeza de que a análise aplicada é ‘verdadeira’, e a convicção de que se está analisando sem normatizar.³⁵¹ Nesse sentido, Ackerly Brooke observa que:

Ao projetar apropriada ação política para assegurar os direitos humanos, a perspectiva epistemológica *feminist curb cutting* encoraja-

³⁴⁸ Idem, *ibidem*.

³⁴⁹ Idem, *ibidem*.

³⁵⁰ Idem, p. 136.

³⁵¹ Idem, p. 138.

nos a centrar não apenas na incidência de indivíduos e Estados responsáveis pelas violações dos direitos humanos, mas também na transformação subjacente às instituições e práticas sociais, culturais, políticas e econômicas, de tal modo que as condições para a realização dos direitos humanos sejam fomentadas pelas formas nas quais vivemos.³⁵²

Como demonstrado nos itens anteriores, novamente as experiências vividas pelas mulheres, muitas vezes invisíveis, são fontes de elementos para a investigação. A autora obtém tais informações pelo contato direto com grupos de mulheres, feministas, ativistas, *policy-makers*, doador-financiadores e pesquisadores, além de utilizar o método de entrevista, para a sua coleta de dados. As entrevistas acontecem em reuniões promovidas por organizações internacionais, organizações não-governamentais, fóruns sociais mundiais, espaços políticos e *workshops* organizados por ela e sua equipe.³⁵³

Com base nestes aspectos, a autora cria o que denomina guia metodológico, objetivando fornecer imanente e universal teoria dos direitos humanos, uma teoria *não-ideal*, constituindo-se, em parte, de mapa, desenho e informação empírica das experiências vividas (transmitidas por meio de estatística ou de narrativas). Podendo ser considerada imperfeita, ainda assim esta teoria serve de guia para o criticismo, ajudando a retratar de maneira diferente as violações de direitos invisíveis, tornando o conhecimento de violações de direitos estruturais e individuais acessíveis.³⁵⁴

Nas palavras de Ackerly, “a exposição desta teoria exhibe também um comprometimento, concebendo como um oxímoro, ou seja, uma teoria que defende a universalidade normativa dos direitos humanos, sem se basear em outros universos normativos.”³⁵⁵

Portanto, questiona a autora: como deve ser uma teoria dos direitos humanos? Conforme opinião de ativistas dos direitos humanos das mulheres, precisa ter a autoridade para justificar o criticismo às estruturas políticas, econômicas e culturais. No entanto, como algumas das violações dos direitos humanos têm sido invisíveis, mesmo até para

³⁵² Idem, p. 141.

³⁵³ Idem, p. 147-148.

³⁵⁴ Idem, p. 198.

³⁵⁵ Idem, *ibidem*.

“aqueles apoiando os direitos humanos, a teoria necessita uma maneira de revelar, e examinar seu próprio exercício de poder e as formas na qual isso pode também inadvertidamente contribuir com o encoberto poder explorável.”³⁵⁶

Nesse sentido, informa ainda Ackerly:

O criticismo dos direitos humanos pode exercer diferentes poderes — o poder da informação (quando uma crítica torna a violação visível), o poder do simbolismo (quando uma crítica nomeia uma prática visível: violação dos direitos humanos), o poder do *accountability*³⁵⁷ (quando uma crítica utiliza direitos humanos para chamar específicos atores a serem transparentes sobre direitos humanos), e o poder do *leverage*³⁵⁸ (quando uma crítica usa a autoridade normativa dos direitos humanos contra a autoridade política empregada por aqueles em uma posição de fazer alguma coisa sobre as violações dos direitos humanos).

Dessa forma, uma teoria *não-ideal* dos direitos humanos deve ser “explícita sobre onde e como o poder é exercido dentro da teoria. Ela necessita ser uma forma de encorajar crítica de autoanálise.”³⁵⁹

Pelo fato de que feministas e ativistas dos direitos humanos trabalham no sentido de identificar os caminhos aparentemente impossíveis de abordagem para tratar dos direitos humanos, conseguem, contudo, transformar seu trabalho em guia crítico, fornecedor de criticismo às estruturas política, econômica e cultural. Assim sendo, esta teoria necessariamente tem que se ocupar com violações de direitos individuais e padrões de violações de direitos, atentando para as violações relacionadas com a insegurança e capacidades. Além disso, a teoria deve reconhecer os direitos não enquanto retificação, mas como direitos sem limites geopolítico, geográfico, econômico ou moral e sem limites sobre responsabilidade. Isso quer dizer que, em momento algum, deve haver separação, pois o direito de uma pessoa é direito de todos.³⁶⁰

³⁵⁶ Idem, p. 198.

³⁵⁷ No sentido de responsabilidade, transparência para com os demais, ou órgão.

³⁵⁸ Indicando influência, poder político ou de barganha.

³⁵⁹ Idem, p. 199.

³⁶⁰ Idem, ibidem.

Observa assim a autora, que, para a questão de que um “terreno de contínua disputa é o espaço teórico e prático na qual se reconhece as maneiras pela qual o poder da epistemologia, diversidade, e divergência pode se tornar parte do uso dos direitos humanos.”³⁶¹ Uma vez que tais terrenos sejam reconhecidos enquanto “continuada disputa como parte da teoria, se fornece importância teórica para a prática do ativista o qual faz uso dos direitos humanos como uma ferramenta crítica.”³⁶²

Com isso, a autora quer dizer que é necessário dentro de uma teoria *não-ideal*, “reconhecer onde o poder está atuando, não podendo-o deixar de lado, ou seja, esta teoria necessita ser explícita com influência, a onde, e quando o poder deverá ser exercitado e mitigado.”³⁶³

Normalmente, o trabalho daqueles preocupados com a temática de direitos humanos, mais especificamente os ativistas, objetiva como demonstrado anteriormente, fornecer um guia crítico social, político e econômico, e repensar o que são os direitos humanos. Conforme coloca Ackerly, a teoria imanente proposta para os direitos humanos tem dois objetivos:

O primeiro, — guiar o criticismo social, político e econômico e convocar à ação. Segundo, — direcionar o criticismo a identificar e decidir epistemologicamente as diferenças éticas fundamentadas em torno de como e de quem os direitos deveriam ser reconhecidos, e quais estruturas social, política e econômica devem ser interrogadas pelo seu potencial de violar direitos humanos.³⁶⁴

Os direitos humanos, conforme coloca Ackerly, precisam, a partir desta teoria imanente, guiar o pensamento crítico a respeito dos variados micro processos que criam violações de direitos humanos no coletivo.³⁶⁵ Nesse sentido, os direitos humanos podem ser usados como “critérios orientadores de encorajamento na participação em diálogos onde existem profundos desacordos, a expor diferenças onde possam estar encobertos, e a criar novas oportunidades para se trabalhar através das

³⁶¹ Idem, p. 207.

³⁶² Idem, ibidem.

³⁶³ Idem, p. 207.

³⁶⁴ Idem, p. 208.

³⁶⁵ Idem, ibidem.

diferenças e desacordos ”³⁶⁶ bem como possam “orientar a atenção crítica a possíveis violações individuais e estruturais dos direitos humanos.”³⁶⁷

Em outras palavras, segundo a autora, um dos elementos essenciais para esta teoria é “ouvir”. E, encerrando assim essa abordagem de proposta metodológica, um delineamento apropriado ao escopo dos direitos humanos aplicados, a partir desta metodologia teórica proposta seria:

Primeiro, os direitos de todos os humanos estão inter-relacionados, nenhum direito humano pode ser assegurado se todos os direitos humanos não o estiverem. Nenhuma especificação desse conteúdo de direitos humanos pode excluir certas pessoas de perceberem esses direitos, que não estão em terreno de dificuldade. Segundo, direitos estão integrados, ou seja, direitos são indivisíveis, cada direito é assegurado apenas se os outros também o são, uma lista dos direitos humanos é um gesto na discrição do que poderia significar estar apto a exercer o direito da pessoa, mas os delineamentos entre direitos são heurísticos não conceituais. Terceiro, os direitos humanos são assegurados por meio de uma fábrica da vida social, política e econômica, nenhum conjunto restrito de mudanças institucionais irá mudar esta fábrica.³⁶⁸

Considera-se a contribuição desta autora bastante pertinente, enquanto possível ferramenta de investigação para a área das Relações Internacionais e o estudo dos direitos humanos. Uma vez que, como visto nesta pesquisa, ambas as áreas de estudo estão interligadas.

Desse modo, os direitos humanos das mulheres merecem destaques enquanto nova abordagem de estudo, até que se torne universalmente incluída no âmbito dos direitos humanos e sem permanecer marginalizada pelas realidades invisíveis, continuará a ser temática de investigação tanto nas Relações Internacionais quanto nas ciências humanas.

Como parte de comprovação da hipótese assinalada neste trabalho, o último capítulo irá tratar dos mecanismos e instrumentos

³⁶⁶ Idem, *ibidem*.

³⁶⁷ Idem, *ibidem*.

³⁶⁸ Idem, p. 211.

existentes e possibilitar a consolidação dos direitos humanos das mulheres, bem como de medidas projetadas nessa direção, a serem materializadas em tempos futuros.

3 CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS EFICAZES E SUA CONSOLIDAÇÃO

“Só a perspectiva histórica revelará a importância da entrada das mulheres no debate sobre direitos humanos [...] Aceitar que a humanidade é feita de homens e mulheres conduz a um questionamento inédito e profundo da organização social e política das nações que, gerada in absentia das mulheres começa, apenas agora, a se perguntar como atender a demandas antes imperceptíveis.”

(Rosita Darcy de liveira)³⁶⁹

O objetivo deste capítulo é abordar os mecanismos e instrumentos que dão sustentabilidade e buscam reforçar o cumprimento das leis que garantem os direitos humanos das mulheres, bem como apontar outras formas que possam ajudar na efetivação de tais mecanismos.

Como visto anteriormente, foi somente com a instituição das Nações Unidas e a Declaração dos Direitos Humanos Universais de 1948, que finalmente se criaram espaços de discussão quanto à situação das mulheres ao redor do mundo desde um olhar internacional. Dessa forma, relembra Alves Lindgren, que: [...], “em 1945, a Carta das Nações Unidas dispôs-se, inclusive, a dar o exemplo dentro da própria casa, garantindo o direito de igualdade entre os gêneros na composição de todos os órgãos por ela contemplados.”³⁷⁰

Com a finalidade de ocasionar estas aberturas, a partir de 1975 a ONU inaugurou a Década das Mulheres. Contudo, somente nos anos noventa foi dado maior destaque às temáticas das mulheres, motivado pela chamada Década das Conferências ou Temas Sociais, que “com

³⁶⁹ OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Direitos das mulheres, direitos humanos. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Direitos Humanos no século XXI**. Brasília: IPRI, 1998, p. 987-988.

³⁷⁰ In: ALVES, op. cit., 1997, p. 109.

características inéditas, essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional dos “temas globais”, antes reputados matérias de alçada exclusiva das jurisdições nacionais.”³⁷¹ Tais impactantes conferências, pretenderam aludir variados fatores dos respectivos temas em suas interconexões, dessa forma, buscando entropor o local no nacional e este no internacional.³⁷² Outro fator relevante foi o fato de que os Estados-membros, ao se comprometerem assinando os tratados resultantes destas conferências, anuíram com a responsabilidade de apresentar relatórios condizentes às matérias daquelas conferências. Conforme assevera Alves:

[...] — quando não pelo reconhecimento de outros mecanismos mais intrusivos — de maneira consensual, o dever de prestar contas à comunidade internacional sobre sua atuação doméstica nesses temas que antes consideravam de sua competência soberana irrestrita. Legitimaram, portanto, não somente o tratamento internacional dos temas globais, mas também seu monitoramento pela ONU.³⁷³

Este período foi significativo pela ênfase atribuída às questões e temáticas das mulheres. Como efeito de tais conferências, surgiram vários mecanismos de proteção oferecendo suporte legal aos direitos das mulheres. Este capítulo, portanto, objetiva focalizar tais mecanismos, enquanto instrumentos de consolidação desses direitos, além de sugerir novas formas e alternativas para abordar esta temática. Nesse sentido, dividiu-se o assunto em duas partes, ambas denominadas medidas. No primeiro momento, abordam-se as medidas existentes e, consecutivamente, no segundo, as medidas projetadas, significando novas possibilidades de transformação.

3.1 MEDIDAS EXISTENTES

3.1.1 Aspectos Conceituais

Observa-se que o uso do termo “medidas existentes” traduz a compreensão e a abrangência das convenções, tratados e pactos

³⁷¹ ALVES, op. cit., 2001 p. 31.

³⁷² Idem, p. 34.

³⁷³ Idem, p. 39.

firmados e ratificados durante e após as conferências auspiciadas pela ONU. É interessante a este estudo esclarecer, que tais instrumentos são inerentes à área do Direito Internacional Público. Assim sendo, apresentam-se brevemente noções e elementos desse âmbito de conhecimento.

Conforme Mazzuoli, um “tratado diz respeito a um acordo internacional, sendo os tratados a principal fonte do Direito Internacional Público [...]”.³⁷⁴ Nesse sentido, é necessário ter convergência de vontade dos contratantes, caso contrário, não há validade no acordo internacional. Não obstante, ainda é necessário criar vínculo jurídico de maneira a tornar lícito esse tratado.

Destaca o citado autor, para “ser um acordo no sentido *jurídico* significa estar presente o *animus contrahendi* (ou seja, a vontade de contratar)”.³⁷⁵ Terminologicamente existem diferenciados aspectos e acepções de tratados.³⁷⁶ Não obstante, os de maior interesse nessa pesquisa são os que permeiam a literatura dos direitos humanos.

Assim sendo, nesse caso, o tratado manifesta “expressão genérica por natureza, eleita pela Convenção de Viena de 1969, para designar todo acordo internacional, bilateral ou multilateral”.³⁷⁷ Convenção é também outro termo bastante utilizado, principalmente com o aumento de conferências internacionais, bem como de congressos temáticos de relevância à sociedade internacional, resultando, dessa forma, nos “atos internacionais criadores de normas gerais de Direito Internacional Público, demonstrativos da vontade uniforme das partes em assuntos de interesse geral”.³⁷⁸

Assim, o termo convenção está mais associado com os tratados solenes e multilaterais. Já os pactos são usados para restringir o objeto político de um tratado. Exemplo disso foi o caso dos direitos humanos, quando a ONU escolheu o “termo *pacto* para designar os dois mais importantes tratados internacionais de direitos humanos já concluídos

³⁷⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos tratados**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 41.

³⁷⁵ Idem, p. 42.

³⁷⁶ Para leitura sobre a perspectiva histórica do direito internacional, classificação de tratados, vigor, ratificação, e todo o seu desdobramento ver: REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011; REZEK, Francisco. **Direitos dos Tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 1984; PELLET, Alain. **Direito internacional público**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

³⁷⁷ MAZZUOLI, p. 50.

³⁷⁸ Idem, p.51.

sob os seus auspícios: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.”³⁷⁹

Declaração também é outra forma de instrumento muito usada “para aqueles atos que estabelecem certas regras ou princípios jurídicos, ou ainda para as normas de Direito Internacional indicativas de uma posição política comum de interesse coletivo.”³⁸⁰ Isso quer dizer que uma declaração apresenta caráter não vinculante, bastante explicativo da matéria em questão. Piovesan, nesse sentido, observa que, no caso da Declaração Universal, “não apresenta força jurídica obrigatória e vinculante. Nessa visão, assumindo a forma de declaração (e não de tratado), vem a atestar o reconhecimento universal de direitos humanos fundamentais, consagrando um código comum a ser seguido por todos os Estados.”³⁸¹

Exemplificando, a Declaração Universal de 1948 não apresentava força jurídica vinculante, resultou em debate a necessidade de adquirir os meios para assegurar seu reconhecimento e observância universal dos direitos nela previstos.³⁸²

Os dois tratados internacionais: o “Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais — que passaram a incorporar os direitos constantes da Declaração Universal”³⁸³, foram o resultado desta discussão, significando, portanto, que “ao transformar os dispositivos da Declaração em previsões juridicamente vinculantes e obrigatórias, os dois pactos internacionais constituem referência necessária para o exame do regime normativo de proteção internacional dos direitos humanos.”³⁸⁴

3.1.2 Mecanismos Internacionais

Compõem assim o quadro de instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos a Carta das Nações Unidas (1945), a

³⁷⁹ Idem, p. 52. Sobre a integralidade dos Pactos ver: <<http://portal.mj.gov.br> > Acesso em: 15 dez. 2012.

³⁸⁰ Idem, p. 57.

³⁸¹ PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 157.

³⁸² PIOVESAN, p. 157.

³⁸³ Idem, p. 158.

³⁸⁴ Idem, ibidem.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), os Pactos Internacionais — dos Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) —, a Convenção sobre a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1999), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), todos esses documentos formam um sistema global. Com relação ao sistema Regional Interamericano, evidenciam-se os seguintes instrumentos: a Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), o Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1988), a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (1985), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994).

Interessante notar que, embora haja um sistema global³⁸⁵ formado de instrumentos internacionais, foi necessário dar suporte legal à emergência de novos direitos, e assim: “reconhecer direitos endereçados às crianças, aos idosos, às mulheres, às vítimas de tortura e de discriminação racial, entre outros.”³⁸⁶

Devido a sua linguagem abstrata e generalizada, encontrada nos documentos globais de proteção, por exemplo, não é permitida discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, e assim sem especificidades, o sistema especial de proteção busca resguardar, reforçar o sujeito de direito, “o sujeito de direito ‘concreto’, na sua peculiaridade e particularidade de suas relações sociais, afirmando-se o reconhecimento de sua identidade própria.”³⁸⁷

Visto sucintamente como está organizado o sistema internacional de proteção dos direitos humanos vinculados à ONU, o enfoque seguinte serão os mecanismos de proteção aos direitos humanos

³⁸⁵ Importante salientar, que o ‘Sistema da ONU’, estruturado logo após a assinatura da Carta de São Francisco, em 1945, diferencia-se dos “sistemas regionais na composição, na forma de operação, no embasamento jurídico, e no tipo de resultados perseguidos.” ALVES, op. cit., 2003, p. 73. Ver também: PIOVESAN, op. cit., 2008.

³⁸⁶ PIOVESAN, op. cit., p. 184-185.

³⁸⁷ Idem, p. 185.

das mulheres. Para isso, se utilizará os próprios instrumentos, dando ênfase a dispositivos pertinentes aos assuntos específicos deste estudo, sendo alguns reproduzidos de forma literal apenas em momentos necessários.

a) Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)

Convém antes de se adentrar no tema da CEDAW, abordar um pouco da história da Comissão sobre a Situação da Mulher, aqui identificada pela sigla em idioma inglês CSW, pelo fato de que esta Comissão foi a responsável para elaborar o texto desta Convenção.

Esta Comissão surgiu em 1946, por meio de um comprometimento a que se propôs a ONU: tratar das questões das mulheres. Conforme seu site, no momento em que foi assinada a Carta das Nações Unidas, somente quatro mulheres estiveram presentes, num total de 160 signatários. Alguns dias, após a assinatura, criou-se a Subcomissão para a Situação da Mulher, vinculada à Comissão dos Direitos Humanos. Ainda assim, necessário que houvesse não uma subcomissão, mas sim uma ampla Comissão.³⁸⁸ Conforme Alves, tal Subcomissão era integrada por sete peritas, que reunidas apenas duas vezes, decidiram autodissolver-se.³⁸⁹

Dessa forma, em junho de 1946, a citada subcomissão passou formalmente a ser a Comissão sobre a Situação das Mulheres, “dedicada a garantir igualdade às mulheres e promover os direitos das mulheres.”³⁹⁰ Esta Comissão constitui-se uma instância da ONU, criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)³⁹¹. Enfatiza Lindgren, que a “CSW é o principal órgão internacional de escopo universal com competência na matéria. Dela têm emergido os

³⁸⁸ Ver: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2012.

³⁸⁹ ALVES, op. cit., 1997, p. 110.

³⁹⁰ Idem, p. 2.

³⁹¹ Ver: <<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CSW%20-%20atualizado.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2012.

principais instrumentos³⁹² normativos de promoção e proteção aos direitos específicos das mulheres.”³⁹³

Tão relevante função designada a esta Comissão diz respeito à solicitação em 1963, da elaboração, de uma minuta para uma declaração sobre a eliminação da discriminação contra as mulheres. Tal solicitação foi resultado da observância, de que embora houvesse progresso no alcance de igualdade de direitos, ainda assim vários setores permaneciam discriminando as mulheres. Nesta fase, foi bastante atuante a presença de ativistas trabalhando, tanto dentro do sistema da ONU quanto fora dele.³⁹⁴

Sua função principal é preparar recomendações e relatórios³⁹⁵ ao ECOSOC, relacionados à promoção dos direitos das mulheres nos setores político, econômico, social e educacional. Além de elaborar também recomendações de caráter urgente, requerendo atenção imediata aos direitos das mulheres.³⁹⁶

Nos anos noventa, esta Comissão adquiriu outra incumbência, proveniente da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, a

³⁹² Esta comissão teve papel fundamental na realização dos primeiros instrumentos internacionais tratando de temáticas das mulheres, tais como: a Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher, 1952; Convenção Sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, 1957; Convenção Sobre o Consentimento Para o Casamento, a Idade Mínima Para o Casamento e o Registro de Casamentos, 1962. In: Alves, op. cit., 1997, p. 111. Além do mais, esta comissão apresenta na sua história uma divisão de cinco períodos: o primeiro, 1947-1962, diz respeito a assegurar os fundamentos jurídicos da igualdade de gênero; o segundo, 1963-75, responsável por promover a participação de mulheres no desenvolvimento, neste período aconteceu à primeira conferência sobre as mulheres, na cidade do México, 1975. O terceiro momento, 1976-1985, aconselha a criação da Década da ONU para as mulheres; o quarto, 1986-1995, se preocupa em colocar as mulheres na agenda global e por último, 1996-2006, vai tratar de consolidar o avanço das mulheres. Sobre a história desta comissão acesse:

<<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>>

Acesso em: 14 mar. 2013.

³⁹³ Idem, p. 110.

³⁹⁴ <<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>>

Acesso em: 17 dez. 2012, p. 8.

³⁹⁵ Para acessar os relatórios produzidos por essa comissão ver: <<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CSW%20-%20atualizado.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2012.

³⁹⁶ Ibidem.

Conferência de Beijing, em que se sugeria que a CSW acompanhasse a implementação do Plano de Ação de Beijing.

Sua composição é de 45 membros, todos eleitos pelo ECOSOC, com mandato de duração de quatro anos.³⁹⁷ Conforme o site da Secretaria de Políticas para as Mulheres, hoje em dia, o trabalho desta Comissão é direcionado a partir de um plano de trabalho para o período de 2010 a 2014.³⁹⁸

Desse modo, em 1967, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Além disso, ao se entrar na denominada Década das Mulheres, a CSW também recebeu a tarefa de elaborar a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Deliberação resultante da I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no México, em 1975, a partir de seu Plano de Ação.³⁹⁹

Esta Convenção foi adotada, finalmente, pela Assembleia Geral da ONU, em 18 de dezembro de 1979, por meio da Resolução 34/180, por 130 votos dos Estados-membros, com 10 abstenções. Como recorda Barsted, “esta Convenção foi o primeiro instrumento internacional de direitos humanos, especificamente voltado à proteção das mulheres.”⁴⁰⁰

Nesse sentido, denota em seu texto relevância absoluta e específica aos direitos necessários às mulheres, para que, de fato, tenham sua dignidade humana garantida em todos os níveis, tanto

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ Este plano de trabalho resume o seguinte: 2010 - Revisão da implementação da Declaração de Beijing e Plataforma de Ação, os resultados da vigésima terceira sessão especial da Assembléia Geral e sua contribuição a uma formulação de uma perspectiva de gênero para uma plena realização das Metas de Desenvolvimento do Milênio; 2011 - O acesso e a participação das mulheres e meninas à educação, ao treinamento, e à ciência e tecnologia, inclusive para a promoção de acesso igual das mulheres ao emprego pleno e trabalho decente; 2012 - O emponderamento de mulheres rurais e seu papel na erradicação de pobreza e fome, desenvolvimento e desafios atuais; 2013- Eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e meninas; e 2014 - Desafios e realizações na implementação das metas de desenvolvimento do milênio para mulheres e meninas. Ibidem.

³⁹⁹ <<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf> >
Acesso em: 17 dez. 2012, p. 10.

⁴⁰⁰ BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade X desigualdade. In: CEPIA. Traduzindo a legislação com a perspectiva de gênero: as mulheres e os direitos humanos. **Caderno 2**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2001, p. 32-33.

econômico como social, cultural e político. Desse modo, esta Convenção é composta de preâmbulo, e trinta artigos, divididos em seis partes.⁴⁰¹

Sua primeira parte é constituída de disposições gerais e trata-se do primeiro instrumento a conceituar o que seria discriminação contra a mulher:

toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.⁴⁰²

Além disso, a Convenção reforça, em seu artigo segundo, a obrigação dos Estados-Parte condenarem qualquer forma de discriminação contra a mulher, implicando com isso mudança em suas constituições nacionais ou outra legislação apropriada. De maneira, que se adote um sistema legal interno protetivo, abstendo-se de se envolver em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher, bem como zelar pela não discriminação em suas instituições públicas e autoridades.

Incluindo ainda eliminação de discriminação contra a mulher em setores privados, como empresas, organizações, até mesmo pelo indivíduo, garantindo a flexibilização de seus aparatos judiciais para mudar ou “derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher”⁴⁰³, e, por último, “derrogar as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra as mulheres.”⁴⁰⁴

Para que, de fato, haja igualdade entre homens e mulheres nas esferas política, social, econômica e cultural, o artigo terceiro reforça a necessidade dos Estados-Parte tomarem todas as medidas cabíveis, a fim de assegurar o completo desenvolvimento e progresso da mulher.

⁴⁰¹ Ver: CAMPOS; CORRÊA, op. cit., 2008, p. 778. Ou Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>> Acesso em: 18 dez. 2012.

⁴⁰² Idem, p. 779.

⁴⁰³ Idem, ibidem.

⁴⁰⁴ Idem, ibidem.

Contudo, o artigo quarto ressalta que tais medidas especiais, de caráter temporário, objetivando apenas acelerar a vigência de uma igualdade concreta entre homens e mulheres, não serão consideradas discriminatórias, todavia deverão ser colocadas de lado quando seus objetivos forem plenamente alcançados.

O artigo quinto, objetivamente, expressa a necessidade de romper com as formas enviesadas, criadas socioculturalmente, determinantes de condutas de homens e mulheres, contribuindo para a eliminação dos “preconceitos e práticas consuetudinárias, e de qualquer outra índole, que estejam baseados na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres”⁴⁰⁵; abrangendo também a temática da maternidade, enquanto função social e responsabilidade comum de homens e mulheres com respeito à criança.

O artigo sexto finaliza a primeira parte desta Convenção, atribuindo aos Estados-Parte à responsabilidade de tomarem “todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração da prostituição das mulheres.”⁴⁰⁶

A segunda parte, constituída apenas de três artigos, trata de direitos políticos. Assim, o artigo sétimo diz respeito à participação e incorporação, efetivamente, de mulheres na vida política e pública do país. Seja votando, participando na formulação de políticas governamentais, bem como na sua execução, ocupando cargos públicos e o exercício de todas as funções públicas em todos os setores governamentais, além de garantir a participação em “organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país.”⁴⁰⁷

O artigo oitavo condiz com a esfera internacional, demandando que os Estado-Partes garantam acesso às mulheres nos trabalhos de representação governamental, além da participação no trabalho das organizações internacionais. Finalmente, o artigo nono refere-se à questão da nacionalidade, no caso de contrair matrimônio com um estrangeiro.

A terceira parte aborda direitos econômicos e sociais, sendo composta de cinco artigos. Assim, o artigo décimo trata dos direitos à educação, objetivando assegurar condições de igualdade entre homens e

⁴⁰⁵ Idem, p. 780.

⁴⁰⁶ Idem, p. 780.

⁴⁰⁷ Ibidem.

mulheres. Já o décimo primeiro diz respeito às garantias na esfera do emprego. A questão da igualdade na saúde é tratada no artigo décimo segundo. No artigo décimo terceiro, os Estados-Parte têm a função de adotar “todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher em outras esferas da vida econômica e social a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos”⁴⁰⁸, tais como: benefícios familiares, acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito e participação em atividades de recreação, esportes e demais aspectos da vida cultural.

O último artigo desta terceira parte, bastante extenso, o décimo quarto, trata dos direitos da mulher rural, enumerando as diversas demandas deste grupo. A quarta parte enfatiza os direitos civis, dando ênfase à família em seus dois artigos. O décimo quinto e décimo sexto, respectivamente, tratam da garantia dos direitos quanto à igualdade perante a lei, nesse caso em matéria civil, e nulidade em caso de restrição de capacidade jurídica em todo contrato ou outro instrumento privado de efeito jurídico. Além de também garantir liberdade de movimento e escolha de residência e domicílio. O décimo sexto abrange direitos de igualdade entre homens e mulheres, relativos à questão do casamento e relações familiares. A penúltima parte ou a quinta, diz respeito à implementação da Convenção, composta no todo de seis artigos.

O artigo décimo oitavo versa sobre o comprometimento dos Estados-Parte de submeterem ao Secretário-geral das Nações Unidas, para o exame do Comitê, relatórios abordando suas medidas legislativas, judiciais, administrativas, ou outras que sejam adotadas para tornar efetivadas as disposições desta Convenção e sobre os progressos alcançados a esse respeito. O subsequente artigo, o décimo nono, afirma que o Comitê adotará seu próprio regulamento. O vigésimo artigo delimita o período e o local da reunião do Comitê.

Percebe-se, no artigo vigésimo primeiro, que este Comitê está vinculado ao ECOSOC, devendo anualmente informar suas atividades à Assembléia Geral da ONU, podendo apresentar sugestões e recomendações. Por fim, o artigo vigésimo segundo desta penúltima parte enfatiza a participação das Agências Especializadas do Sistema das Nações Unidas.

Por último, a parte sexta ou de encerramento, apresenta suas disposições regulamentares condizentes à Convenção, sendo composta

⁴⁰⁸ Idem, p. 782.

de oito artigos no seu total, o que reforça o fato de que nada do disposto nesta Convenção prejudicará qualquer disposição, que seja mais propícia à obtenção da igualdade entre homens e mulheres — artigo vigésimo terceiro. O artigo vigésimo quarto consta do comprometimento de todos os Estados-Parte a adotar medidas necessárias dentro de seu território, a modo de alcançar plena realização dos direitos aceitos na Convenção.

Também é estabelecido no seu artigo vigésimo quinto, que tal Convenção ficará aberta à assinatura de todos os Estados, incluindo sua ratificação e depósito junto ao Secretário-geral das Nações Unidas. No que diz respeito a pedidos de revisão, o artigo vigésimo sexto estabelece que os mesmos sejam feitos por meio de notificações ao Secretário-Geral das Nações Unidas. Já o artigo vigésimo sétimo trata da vigência da Convenção.

O artigo vigésimo oitavo trata das possíveis reservas que possam ocorrer por parte dos Estados no momento da ratificação ou adesão. Enquanto que o artigo vigésimo nono volta-se às suas possíveis controvérsias e, encerrando o rol dos artigos, o trigésimo reitera a veracidade do texto escrito em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo.

Apesar da extensão da citada Convenção, pormenorizando de forma detalhada os variados pontos relativos à real necessidade das mulheres, no entendimento de Barsted, se evidencia no seu texto certa “lacuna ao não explicitar referência quanto à violência doméstica e sexual contra as mulheres.”⁴⁰⁹

Nesse mesmo sentido, Piovesan afirma que, embora tenha tido ampla adesão dos países, esta Convenção “enfrenta o paradoxo de ser o instrumento que recebeu o maior número de reservas formuladas pelos Estados, dentre os tratados internacionais de direitos humanos.”⁴¹⁰ Em outras razões, devido à Convenção sugerir que se façam severas mudanças, de forma a erradicar todas as formas de discriminação contra as mulheres globalmente, o que gerou reservas por parte de culturas predominantemente androcêntricas, com variadas práticas agressivas às mulheres, tais como a mutilação genital, incesto, infanticídio de meninas, entre outros. Contudo, ainda conforme esta autora, uma vez assinada e ratificada tal Convenção, os Estados possuem a responsabilidade internacional de seu cumprimento.⁴¹¹

⁴⁰⁹ CEPIA, op. cit., 2001, p. 7.

⁴¹⁰ PIOVESAN, op. cit., 2007, p. 193.

⁴¹¹ Idem, *ibidem*.

Já nas palavras de Alves Lindgren, esta Convenção “endossa, portanto, pela ótica da situação e das necessidades específicas da mulher, e com a cogência inerente a instrumento normativo formal, a noção de interdependência e indivisibilidade de todos os direitos.”⁴¹²

Concluindo, acima de tudo, esta Convenção representa grande avanço para os direitos das mulheres, principalmente pelo prisma dos direitos humanos. Já que “pela primeira vez, os Estados se obrigam a tomar medidas para a eliminação dessa discriminação não somente no espaço público, mas também na esfera da vida privada.”⁴¹³ Embora seja um ordenamento sem sanções, possui forte influência sobre leis nacionais⁴¹⁴, chegando a ser reconhecida como uma carta de direitos das mulheres (*bill of rights for women*).⁴¹⁵ Além de colocar este assunto na agenda internacional, caracterizando-se assim como comprometimento internacional, desempenha importante papel para a promoção das meninas e mulheres, de terem acesso à educação e trabalho, bem como melhor controle reprodutivo. Segundo Bett Simmons, a filosofia e obrigação gerada a partir da CEDAW foi o *link* necessário, em muitos países, para prover o acesso a essas e demais demandas.⁴¹⁶ Em outras palavras, a CEDAW tornou-se o pilar para alcançar os direitos humanos das mulheres, que apesar de apresentar lacunas, continua sendo à base de orientação, do mesmo modo como a Declaração Universal dos Direitos Humanos em relação aos Estados. A fim de dar maior legitimidade aos artigos e observância às lacunas nelas contidas, foi elaborado o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. De acordo com Teles, este Protocolo permitiu introduzir em seu texto “aspectos que não foram contemplados em seu conteúdos”⁴¹⁷, assunto a ser tratado a seguir.

⁴¹² ALVES, op. cit., 1997, p. 113.

⁴¹³ Idem, p. 114.

⁴¹⁴ Ver: MERRY, Sally Engle. **Human rights & gender violence**: translating international law into local justice. Chicago: The University of Chicago Press, 2006, p. 74.

⁴¹⁵ Idem, ibidem.

⁴¹⁶ SIMMONS, Beth A. **Mobilizing for human rights**: international law in domestic politics. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 244.

⁴¹⁷ TELES, op. cit., 2006, p. 107.

b) Protocolo Facultativo à Convenção Sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Este Protocolo foi firmado durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em 6 de outubro de 1999, por meio da Resolução A/54/4.⁴¹⁸ É também reconhecido como documento opcional ou facultativo, no sentido de que pode ou não ser ratificado pelos Estados que adotaram a Convenção.⁴¹⁹ A importante característica deste Protocolo é o fato de que “indivíduos podem enviar suas petições, desde que tenham seus direitos violados, para o Comitê de Direitos Humanos, que supervisiona o cumprimento das obrigações derivadas da Convenção ou Pacto.”⁴²⁰

O Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁴²¹ compõe-se de vinte e um artigos, além de exposição de motivos introduzindo as razões para que fosse ratificado. Assim — essa exposição de motivos, de 6 de outubro de 1999, firmada durante a 28ª Reunião Plenária — reitera os termos da Convenção e Programa de Ação de Viena e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, recordando o apoio de ambas no processo de elaboração da minuta do protocolo, de forma a entrar em vigor tão logo seja possível. Em termos nacionais, foi assinado pelo governo brasileiro e está esperando sua ratificação pelo Congresso Nacional.

Enfatiza também o fato de que a Plataforma de Ação de Pequim impelia todos os “Estados, que não haviam ainda ratificado ou aderido à Convenção que o fizessem tão logo possível, de modo que a ratificação universal da Convenção pudesse ser alcançada até o ano 2000”⁴²², seguindo sete pontuações necessárias para a implementação do Protocolo, ou seja:

- 1) Adota e abre a assinatura, ratificação e adesão o Protocolo Facultativo à Convenção,

⁴¹⁸ Idem, ibidem.

⁴¹⁹ Idem, ibidem.

⁴²⁰ Idem, ibidem.

⁴²¹ O Brasil aprovou seu texto por meio do Decreto Legislativo nº 107, em 6 de junho de 2002, entrando em vigor, em 28 de setembro de 2002, nos termos de seu art. 16, parágrafo 2. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=222494>>

Acesso em: 22 dez. 2012.

⁴²² <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=222494>

> Acesso em: 22 dez. 2012.

cujo texto encontra-se anexo à presente resolução; 2) Exorta todos os Estados que assinaram, ratificaram ou aderiram à Convenção a assinar e ratificar ou aderir ao Protocolo tão logo possível; 3) Enfatiza que os Estados-Parte do Protocolo devem comprometer-se a respeitar os direitos e procedimentos dispostos no Protocolo e cooperar com o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher em todos os estágios de suas ações no âmbito do Protocolo; 4) Enfatiza também que, em cumprimento de seu mandato, bem como de suas funções no âmbito do Protocolo, o Comitê deve continuar a ser pautado pelos princípios de não-seletividade, imparcialidade e objetividade; 5) Solicita ao Comitê que realize reuniões para exercer suas funções no âmbito do Protocolo após sua entrada em vigor, além das reuniões realizadas segundo o Artigo segundo⁰ da Convenção; a duração dessas reuniões será determinada e, se necessário, reexaminada, por reunião dos Estados-Parte do Protocolo, sujeita à aprovação da Assembléia Geral; 6) Solicita ao Secretário-Geral que forneça o pessoal e as instalações necessárias para o desempenho efetivo das funções do Comitê segundo o Protocolo após sua entrada em vigor; 7) Solicita, ainda, ao Secretário-Geral que inclua informações sobre a situação do Protocolo em seus relatórios regulares apresentados à Assembléia Geral sobre a situação da Convenção.⁴²³

Dessa forma, anexo a sua exposição de motivos estava o texto integral para aprovação da Assembleia Geral da ONU e ratificação dos Estados-membros. Igualmente, fazia referência ao fato de que a Carta das Nações Unidas “reafirma a fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos

⁴²³ Ibidem.

entre homens e mulheres.”⁴²⁴ Observando-se também, para o fato de que a Declaração Universal dos Direitos Humanos “proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que cada pessoa tem todos os direitos e liberdades nela proclamados, sem qualquer tipo de distinção, incluindo distinção baseada em sexo.”⁴²⁵ Além de lembrar que as “Convenções Internacionais de Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais de direitos humanos proíbem a discriminação baseada em sexo.”⁴²⁶ Nesse sentido, ainda alude que:

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (doravante denominada “a Convenção”), na qual os Estados-Parte condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas e concordam em buscar, de todas as maneiras apropriadas e sem demora, uma política de eliminação da discriminação contra a mulher. Reafirmando sua determinação de assegurar o pleno e equitativo gozo pelas mulheres de todos os direitos e liberdades fundamentais e de agir de forma efetiva para evitar violações desses direitos e liberdades.⁴²⁷

Totalizando vinte e um artigos, sendo que o primeiro reforça a importância de os Estados-Parte reconhecerem a competência atribuída ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, responsável pelo recebimento e consideração de comunicações apresentadas de acordo com o artigo segundo deste Protocolo.

O artigo segundo ressalta que essas comunicações podem ser apresentadas por “indivíduos ou grupos de indivíduos, que se encontrem sob a jurisdição do Estado-Parte e aleguem serem vítimas de violação de quaisquer dos direitos estabelecidos na Convenção por aquele Estado-Parte, ou em nome desses indivíduos ou grupos de indivíduos.”⁴²⁸

O artigo terceiro determina que tais comunicações deverão ser feitas por escrito e que não poderão ser anônimas, não sendo recebidas

⁴²⁴ Ibidem.

⁴²⁵ Ibidem.

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ Ibidem.

pelo Comitê “nenhuma comunicação relacionada a um Estado-Parte da Convenção, que não parte do presente Protocolo.”⁴²⁹ Além do mais, salienta o artigo quarto que o Comitê não considerará a comunicação, exceto que tenha, primeiro, diagnosticado que “todos os recursos da jurisdição interna foram esgotados ou que a utilização desses recursos estaria sendo protelada além do razoável ou deixaria dúvida quanto a produzir o efetivo amparo”⁴³⁰, segundo, que declarará inadmissível toda comunicação que “se referir a assunto que já tiver sido examinado pelo Comitê ou tiver sido ou estiver sendo examinado sob outro procedimento internacional de investigação ou solução de controvérsias”⁴³¹, quando “for incompatível com as disposições da Convenção”⁴³², no caso de “estiver manifestamente mal fundamentada ou não suficientemente consubstanciada”⁴³³, ao “constituir abuso do direito de submeter comunicação”⁴³⁴, e, por último, se “tiver como objeto fatos que tenham ocorrido antes da entrada em vigor do presente Protocolo para o Estado Parte em questão, a não ser no caso de tais fatos terem tido continuidade após aquela data.”⁴³⁵

O artigo quinto orienta para a não unilateralidade do Comitê, dispondo da possibilidade de transmissão do fato ao Estado-Parte em questão, para que possa tomar medidas antecipatórias, de forma a evitar prováveis danos à vítima ou vítimas. Evitando ainda receber sanções do Comitê. No artigo seguinte, o sexto, está implícito que: a “menos que o Comitê considere que a comunicação seja inadmissível sem referência ou Estado-Parte em questão, e desde que o indivíduo ou indivíduos consentam na divulgação de sua identidade ao Estado-Parte”⁴³⁶, caberá ao Comitê levar “confidencialmente à atenção do Estado-Parte em questão a comunicação por ele recebida no âmbito do presente Protocolo.”⁴³⁷ Nesse sentido, terá o Estado-Parte, prazo dentro de seis meses, ao receber a comunicação de apresentar “ao Comitê explicações ou declarações por escrito esclarecendo o assunto e o remédio, se houver, que possa ter sido aplicado pelo Estado Parte.”⁴³⁸

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ Ibidem.

⁴³¹ Ibidem.

⁴³² Ibidem.

⁴³³ Ibidem.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ Ibidem.

⁴³⁶ Ibidem.

⁴³⁷ Ibidem.

⁴³⁸ Ibidem.

Já o artigo sétimo apresenta abertura às comunicações providas de indivíduos, ou grupo de indivíduos, ou em nome destes, ou do Estado-Parte em questão. Também enfatiza o fato de que suas reuniões serão fechadas no momento do exame das comunicações, sendo que, após “examinar a comunicação, o Comitê transmitirá suas opiniões a respeito, juntamente com sua recomendação, se houver, às partes em questão.”⁴³⁹ Os Estados-Parte, ainda conforme este artigo, se submetem a dar devida consideração aos relatórios do Comitê, além de suas recomendações, quando houver e apresentar dentro do limite de seis meses, respostas por escrito, mencionando quais ações foram realizadas. Finalmente, este artigo destaca que o Comitê poderá solicitar que se apresentem informações adicionais sobre quaisquer medidas que o Estado-Parte tenha tomado.

O artigo oitavo dá destaque para a questão da informação fidedigna, caso indique graves ou sistemáticas violações por um Estado-Parte, o Comitê convidará a este Estado que colabore com a investigação, exame da informação, apoio ao (s) membro (s), caso necessário, enviados a conduzir investigação minuciosa no território em questão. Após levantamento dessas informações, o Comitê enviará relatório com recomendações e comentários, além de conceder o prazo de seis meses, de resposta ao Comitê. Tudo isso em respeito à confidencialidade da investigação, bem como com o apoio do Estado-Parte nesses procedimentos.

Novamente é reforçado no artigo nono o fato de que o Comitê possa “convidar o Estado-Parte em questão a incluir em seu relatório, segundo o artigo 18 da Convenção, pormenores de qualquer medida tomada em resposta à investigação conduzida segundo o artigo 18 deste Protocolo.”⁴⁴⁰ Além de que se apresente informação sobre as medidas tomadas em resposta à mencionada investigação, após o término do período de seis meses citado no artigo 8.4 deste Protocolo.

De acordo com o artigo décimo, é permitido que “cada Estado-Parte no momento da assinatura ou ratificação do presente Protocolo ou, no momento em que a este aderir, declarar que não reconhece a competência do Comitê disposta nos artigos 8 e 9 deste Protocolo.”⁴⁴¹ Além de admitir que se retire essa declaração, mediante notificação ao Secretário-Geral.

⁴³⁹ Ibidem.

⁴⁴⁰ Ibidem.

⁴⁴¹ Ibidem.

Bastante relevante é o conteúdo apresentado no artigo décimo primeiro, o qual trata da necessidade de os Estados-Parte garantirem que não haja maus tratos ou intimidação aos indivíduos de seus territórios, enquanto forma de retaliação resultante da comunicação com o Comitê.

O consequente artigo, décimo-segundo, afirma que o Comitê “incluirá em seu relatório anual, segundo o artigo segundo da Convenção, um resumo de suas atividades nos termos do presente Protocolo.”⁴⁴² O artigo décimo terceiro destaca o comprometimento de tornar pública e conhecida de forma ampla, tanto a Convenção como o Protocolo, disponibilizando acesso fácil à informação acerca das opiniões e recomendações do Comitê, acima de tudo relacionado as questões que digam respeito ao próprio Estado-Parte.

Além disso, o Comitê elaborará suas próprias regras de procedimento a serem seguidas, conforme estabelece o artigo décimo quarto. Relevante a sua assinatura será ela permitida a qualquer Estado que tenha ratificado ou aderido à Convenção. Determinando o artigo décimo quinto que os instrumentos deverão ser depositados junto ao Secretário-Geral da ONU.

De acordo com o artigo décimo sexto, o Protocolo entrará em vigor três meses após a data do depósito junto ao Secretário-Geral da ONU, tratando ainda do fato de que todo “Estado que ratifique o presente Protocolo ou a ele venha a aderir após sua entrada em vigor, o presente Protocolo será vigente três meses após a data do depósito de seu próprio instrumento de ratificação ou adesão.”⁴⁴³ Já o artigo décimo sétimo não permite reservas.

Não obstante, conforme o artigo décimo oitavo, qualquer Estado-Parte poderá “propor emendas ao presente Protocolo e dar entrada a proposta de emendas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas.”⁴⁴⁴ Nessa ocasião, o Secretário-Geral deverá, “comunicar as emendas propostas aos Estados-Parte juntamente com solicitação de que o notifiquem caso sejam favoráveis a uma conferência de Estados-Parte com o propósito de avaliar e votar a proposta.”⁴⁴⁵ Se ao menos um terço dos Estados-Parte for favorável à conferência, o Secretário-Geral deverá convocá-la sob os auspícios das Nações Unidas. “Qualquer emenda adotada pela maioria dos Estados-Parte presentes e votantes na conferência será submetida à Assembleia-Geral das Nações Unidas para

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem.

aprovação.”⁴⁴⁶ As emendas entrarão em “vigor tão logo tenham sido aprovadas pela Assembléia-Geral das Nações Unidas e aceitas por maioria de dois terços dos Estados-Parte do presente Protocolo, de acordo com seus respectivos processos constitucionais.”⁴⁴⁷ E, sempre que as “emendas entrarem em vigor, obrigarão os Estados-Parte que as tenham aceitado, ficando os outros Estados-Parte obrigados pelas disposições do presente Protocolo e quaisquer emendas anteriores que tiverem aceitado.”⁴⁴⁸

Os últimos artigos, no entanto, tratam das designações do Secretário-Geral das Nações Unidas. Pelo décimo nono é permitido “denunciar o presente Protocolo a qualquer momento, por meio de notificação por escrito, endereçada ao Secretário-Geral da ONU. Tal denúncia terá efeito seis meses após a data do recebimento da notificação pelo Secretário-Geral.”⁴⁴⁹ Sendo que esta denúncia não poderá prejudicar a “continuidade da aplicação das disposições do presente Protocolo em relação a qualquer comunicação apresentada segundo o artigo segundo deste Protocolo e a qualquer investigação iniciada segundo o artigo 8 deste Protocolo antes da data de vigência da denúncia.”⁴⁵⁰

Caberá ainda ao Secretário-Geral, em acordo com o artigo vigésimo, informar a todos os Estados a respeito de assinaturas, ratificações e adesões, data de entrada em vigor, bem como qualquer emenda feita nos termos do artigo 18 deste Protocolo e sobre qualquer denúncia feita segundo o seu artigo 19. Por último, o artigo vigésimo primeiro determina que o Protocolo é igual em todos os idiomas utilizados pela ONU e que o Secretário-Geral das Nações Unidas “transmitirá cópias autenticadas do presente Protocolo a todos os Estados mencionados no artigo 25 da Convenção.”⁴⁵¹

Antecedente ao Protocolo Facultativo tem-se ainda a Convenção de Belém do Pará, de escopo regional — continente americano —, completando o rol dos mecanismos legais internacionais de proteção aos direitos humanos das mulheres, a ser abordado a seguir.

⁴⁴⁶ Ibidem.

⁴⁴⁷ Ibidem.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ Ibidem.

⁴⁵¹ Ibidem.

c) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” 1994

Esta Convenção foi adotada na cidade de Belém do Pará, em 9 de junho de 1994,⁴⁵² aborda amplamente a questão da violência contra a mulher, a partir da visão de que este ato “constitui violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, e limita total ou parcialmente a observância, gozo e exercício de tais direitos e liberdades”⁴⁵³

Faz menção também, ao fato de que a violência contra a mulher, além de constituir ofensa contra a dignidade humana, caracteriza “manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”⁴⁵⁴ asseverando, além disso, que a violência contra a mulher está inserida em todos os “setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, nível educacional, idade ou religião, afetando negativamente suas próprias bases.”⁴⁵⁵

Ao exaltar a importância de se adotar tal Convenção, tais motivos são apresentados:

CONVENCIDOS de que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida; e CONVENCIDOS de que a adoção de uma convenção para prevenir, punir e erradicar todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, constitui positiva contribuição no sentido de proteger os direitos da mulher e eliminar as situações de violência contra ela.⁴⁵⁶

⁴⁵² Ratificada pelo Brasil em 27.11.199, com força de lei interna. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=6ade867f-ae13-4b58-9f9c-580ecd41efbe&groupId=10136> Acesso em: 22 dez. 2012.

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ Ibidem.

⁴⁵⁶ Ibidem.

O texto desta Convenção foi organizado em cinco capítulos. O capítulo I — com dois artigos —, trata da definição e âmbito de aplicação. Com total de quatro artigos, o capítulo II diz respeito aos direitos protegidos. Já o capítulo III, composto de três artigos, designam os deveres do Estado. No caso do capítulo IV, três artigos ressaltam os mecanismos interamericanos de proteção. E, por último, o capítulo V encerra esta Convenção com seus treze artigos e as disposições gerais.⁴⁵⁷

Nesse sentido, a violência contra a mulher é definida no artigo primeiro como sendo “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.”⁴⁵⁸

O artigo, segundo detalha os prováveis locais que venham a ocorrer tal violência, seja no cerne da família, doméstico, ou qualquer outro que envolva relação interpessoal, indiferentemente se o “agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual”⁴⁵⁹ podendo também ocorrer na comunidade e ser investida por qualquer pessoa, além de abranger outras formas, como “o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local”⁴⁶⁰ e, “perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.”⁴⁶¹

O capítulo II, ao tratar dos direitos protegidos, em seu artigo terceiro afirma o direito de toda mulher, seja na esfera pública como na privada, de viver livre de violência. Dessa forma, o artigo quarto determina de que toda mulher tem direito a que se respeite sua vida, integridade física, mental e moral, à liberdade e segurança pessoais, de não ser submetida à tortura, proteção perante a lei e da lei, a recurso simples e rápido perante qualquer tribunal, de livre associação, igualdade de acesso à esfera pública em todos os seus âmbitos e funções. Além de poder escolher religião e crenças.⁴⁶²

Nesse sentido, o artigo quinto reforça ainda mais, esses direitos asseverando que:

⁴⁵⁷ Ibidem.

⁴⁵⁸ Ibidem.

⁴⁵⁹ Ibidem.

⁴⁶⁰ Ibidem.

⁴⁶¹ Ibidem.

⁴⁶² Ibidem.

Toda mulher poderá exercer livre e plenamente seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e contará com a total proteção desses direitos consagrados nos instrumentos regionais e internacionais sobre direitos humanos. Os Estados-Parte reconhecem que a violência contra a mulher impede e anula o exercício desses direitos.⁴⁶³

Encerrando as disposições deste capítulo, o artigo sexto vai expressar que ser livre de violência diz respeito a ser livre de todas as formas de discriminação, bem como “o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.”⁴⁶⁴

Quanto aos deveres dos Estados, o capítulo III apresenta rol extenso de responsabilidades, tais como a condenação de qualquer forma de violência contra a mulher, devendo, portanto, criar mecanismos que possam prevenir, punir e erradicar tal violência — artigo sétimo. O artigo oitavo se refere à adoção gradual de medidas específicas, inclusive programas destinados a novas formas de educação desconstruindo padrões sociais e culturais enviesados nas esferas públicas, privadas e sociais.⁴⁶⁵ Para que tudo isso, contido neste capítulo seja alcançado, os Estados-Parte deverão conforme artigo nono, levar especialmente em conta: a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, condição étnica, de migrante, refugiada ou desterrada, sendo também considerada a mulher submetida à violência: a gestante, caso seja excepcional, menor, anciã ou em situação sócio-econômica desfavorável, afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade.⁴⁶⁶

Por se tratar de Convenção Interamericana, o capítulo IV vincula ainda mais os Estados-Parte aos seus mecanismos de proteção. O artigo décimo ressalta a responsabilidade desses Estados de incluir informações nos seus relatórios nacionais à Comissão Interamericana de Mulheres, sobre as “medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher, para prestar assistência à mulher afetada pela violência,

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ Ibidem.

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ Ibidem.

bem como sobre as dificuldades que observarem na aplicação das mesmas e os fatores que contribuam para a violência contra a mulher.”⁴⁶⁷ A possibilidade de solicitar à Corte Interamericana de Direitos Humanos parecer sobre a interpretação desta Convenção é garantida aos Estados-Parte e a Comissão Interamericana de Mulheres, conforme o artigo décimo primeiro.

De suma relevância é o disposto no artigo décimo segundo deste capítulo, o qual afirma que:

Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou qualquer entidade não-governamental juridicamente reconhecida em um ou mais Estados membros da Organização, poderá apresentar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos petições referentes a denúncias ou queixas de violação do artigo 7 desta Convenção por um Estado Parte, devendo a Comissão considerar tais petições de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Estatuto e Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para a apresentação e consideração de petições.⁴⁶⁸

Finalmente, o capítulo V engloba as disposições gerais que, apesar de parecida com outras Convenções, deverá ser depositada junto à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e não junto à ONU.

Assim, o artigo décimo terceiro dispõe que nenhuma das disposições elencadas na Convenção “poderá ser interpretada no sentido de restringir ou limitar a legislação interna dos Estados-Parte, que ofereça proteções e garantias iguais ou maiores para os direitos da mulher, bem como salvaguardas para prevenir e erradicar a violência

⁴⁶⁷ Ibidem.

⁴⁶⁸ Como exemplo de petições levadas à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, temos o caso Maria da Penha. O qual foi levado perante esta Comissão, pela própria Maria da Penha em conjunto com o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL) e pelo Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Ver: CAMPOS; CORRÊA, op. cit., p. 22.

contra a mulher.”⁴⁶⁹ Muito menos, como atesta o artigo décimo quarto, “ser interpretada no sentido de restringir ou limitar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de qualquer outra convenção internacional que ofereça proteção igual ou maior nesta matéria.”⁴⁷⁰

Conforme o artigo décimo quinto, todos os Estados-membro da Organização dos Estados Americanos poderão assinar esta Convenção. Sua ratificação, segundo o artigo décimo sexto fica sujeita aos Estados. E, o artigo décimo sétimo contempla sua adesão.

O artigo décimo oitavo enfatiza a possibilidade de formulação destes Estados-Parte apresentarem reservas no ato de sua aprovação, assinatura, ratificação ou adesão, “desde que tais reservas não sejam incompatíveis com o objetivo e propósito da Convenção, e não sejam de caráter geral e se refiram especificamente a uma ou mais de suas disposições.”⁴⁷¹

É permitido ainda a qualquer Estado-Parte, apresentar “à Assembléia Geral, por intermédio da Comissão Interamericana de Mulheres, propostas de emendas a esta Convenção”⁴⁷², além de especificar o momento em que entrarão em vigor, estabelecido no artigo décimo nono.

Não obstante, segundo o artigo vigésimo, os Estados-Parte, com duas ou mais unidade territoriais, “poderão declarar, no momento de assiná-la, de ratificá-la ou de a ela aderir, que a Convenção se aplicará a todas as suas unidades territoriais ou somente a uma ou mais delas.”⁴⁷³ Podendo ainda, tal declaração, ser “modificada em qualquer momento, mediante declarações ulteriores que indicarão expressamente a unidade ou as unidades territoriais a que se aplicará esta Convenção.”⁴⁷⁴

Já os artigos vigésimo primeiro e segundo informam, respectivamente, sobre o momento de sua validade e informação por parte do Secretário-Geral, esclarecendo no artigo vigésimo terceiro a competência do Secretário-Geral, em que deverá este apresentar relatório anual notificando sobre a “situação da Convenção, assinaturas e depósitos de instrumentos de ratificação, adesão e declaração, bem

⁴⁶⁹ Ibidem.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Ibidem.

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem.

como sobre as reservas que os Estados-Parte tiverem apresentado e, conforme o caso, um relatório sobre as mesmas.”⁴⁷⁵

Encerrando assim o estudo dos dispositivos desta Convenção, seus artigos vigésimo quarto e quinto, consecutivamente, fixam prazo indefinido de vigência, sendo plausível de denúncia pelos Estados-Parte e de sua veracidade em todos os idiomas adotados, bem como do envio de cópia autenticada de seu texto ao Secretariado das Nações Unidas. Esta Convenção, portanto, segundo o CEPIA, “representa o esforço do movimento feminista internacional para dar visibilidade à existência da violência contra a mulher e exigir seu repúdio pelos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos.”⁴⁷⁶

Acima de tudo, os esforços provindos dos movimentos ligados às questões das mulheres ganharam expressiva visibilidade de influência nas tomadas de decisões das Conferências Mundiais, de Viena e de Beijing, as quais embora não sejam mecanismos legais de proteção, tiveram força suficiente para influenciar nas mudanças e inserção de novos elementos que pudessem completar as lacunas previamente elencadas. Devido a essa expressividade, serão pontuados, ainda que brevemente, aspectos contextualizantes destas duas Conferências.

d) A Conferência de Viena, de 1993

A Conferência de Viena, ou II Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorreu em Viena, em 14 a 25 de junho de 1993 e foi presidida pelo Brasil. Auspiciada pela ONU, fez parte das chamadas conferências sociais da década de noventa, com relevância principalmente às minorias. Pertinente a seu contexto tem-se o pós-Guerra Fria e o cenário multilateral das relações internacionais.

Essa conferência objetivava fornecer “oportunidade única de efetuar uma análise global do sistema internacional de Direitos Humanos e dos mecanismos de proteção destes direitos, [...]”.⁴⁷⁷ É, além disso, “considerada como de grande magnitude [...], primeiro pela expressão numérica”⁴⁷⁸ já que estiveram presentes 171 delegações de

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ CEPIA, op., cit., p. 97.

⁴⁷⁷ Ver: Declaração e Programa de Ação de Viena. Disponível em: <www.cedin.com.br> Acesso em: 28 dez. 2012.

⁴⁷⁸ HERNANDEZ, Matheus Carvalho. Conferência de Viena (1993): direitos humanos como temática global. In: **Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Danta”**. Disponível em: < <http://www.unesp.br/santiagodantassp> > p. 1-2. Acesso em: 27 dez. 2012.

Estados, 2000 ONGs, das quais 813 eram observadoras, somando em sua totalidade dez mil participantes.⁴⁷⁹ Destacando o fato, de que a maioria dos Estados no mundo era independente, “ao contrário da I Conferência Mundial (Teerã, 1968) ou da Declaração Universal de 1948.”⁴⁸⁰

No que diz respeito a sua interpretação, pode-se deparar com variados tipos de leituras, por um lado, se observam as características da “universalidade dos direitos humanos, cuja liderança foi exercida pelos países ocidentais (EUA e Europa)”⁴⁸¹ e, por outro, a “tese relativista, defendida pelos países islâmicos, China e aliados”⁴⁸², ou seja, a delicada discussão do relativismo cultural ou multiculturalismo.

Além destas, há o ponto de vista entre globalista e estatalista⁴⁸³, bem como um balanço de seus resultados desde a visão mais concernente ao Direito Internacional, interpretada por Antônio Augusto Cançado Trindade.⁴⁸⁴ Não obstante, a leitura mais condizente à proposta desta pesquisa vem da perspectiva de gênero. Mesmo porque foi nela que finalmente as mulheres tiveram sua humanidade visível, sendo ali reconhecida, apesar de muitos choques entre civilizações, a afirmação de que os direitos das mulheres constituem-se direitos humanos.⁴⁸⁵

De acordo com Mateus, “as mulheres levantaram a bandeira, ‘os direitos das mulheres também são direitos humanos’.” De maneira que “tal propositura foi decisiva para a inclusão pela primeira vez, na Declaração e no Programa, dos direitos das mulheres e crianças do sexo feminino como direitos humanos.”⁴⁸⁶

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem.

⁴⁸¹ SELLA, Luís Felipe Costa. **A conferência mundial de Viena sobre os direitos humanos/1993**: a sua importância neste ramo do direito. Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Estrangeiro/Luis-Felipe-Sella.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2012, p. 1.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ HERNANDEZ, op. cit., p. 3.

⁴⁸⁴ TRINDADE, A. A. Cançado. Balanço dos resultados da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. In: **O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos**: Viena, 1993.

⁴⁸⁵ Ver: OLIVEIRA, Rosiska Darcy, op. cit., p. 987.

⁴⁸⁶ MATEUS, Elizabeth do Nascimento. **A efetividade da internacionalização dos direitos humanos da mulher no Brasil**: A lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/28618/a-efetividade-da-internacionalizacao-dos-direitos-humanos-da-mulher-no-brasil-a-lei-maria-da-penha>> Acesso em: 26 dez. 2012, p. 10.

Desse modo, a Declaração e Programa de Ação de Viena constitui-se de três partes, o Preâmbulo “o qual se caracterizou pela afirmação dos princípios mais gerais do documento e da Conferência.”⁴⁸⁷ A segunda parte, ou seja, a “declaração em si, é parte reservada para a redação das intenções e afirmação dos princípios básicos dos direitos humanos. E, por último, se refere ao “Programa de Ação, isto é, às formulações que visavam orientar a prática dos direitos humanos em busca da sua efetividade, fornecendo um guia de ação para implementação dos princípios consagrados pela Declaração.”⁴⁸⁸ No total, constitui-se de 139 artigos.⁴⁸⁹

Desses 139 artigos, a segunda parte apresenta o artigo décimo oitavo⁴⁹⁰, que afirma serem os direitos humanos das mulheres e crianças do sexo feminino uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos Universais, na parte final reforça tais direitos no seu terceiro item sobre igualdade de estatuto e os direitos humanos das mulheres mediante nove artigos: trigésimo sexto, sétimo, oitavo, nono, quadragésimo, primeiro, segundo, terceiro e, por último, quadragésimo quarto. Esses artigos contemplam a necessidade urgente da plena participação das mulheres no processo de desenvolvimento.

⁴⁸⁷ MATEUS, op. cit., p. 8.

⁴⁸⁸ Ibidem.

⁴⁸⁹ Para ter completo acesso à Declaração e ao Programa de Ação de Viena, acesse: www.cedin.com.br

⁴⁹⁰ [...] “A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objetivos prioritários da comunidade internacional. A violência baseada no sexo da pessoa e de todas as formas de assédio e exploração sexual, nomeadamente as que resultam de preconceitos culturais e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Isso pode ser alcançado através de medidas de caráter legislativo e da ação nacional e cooperação internacional em áreas tais como o desenvolvimento socioeconômico, a educação, a maternidade segura e os cuidados de saúde, e assistência social. Os Direitos Humanos das mulheres deverão constituir parte integrante das atividades das Nações Unidas no domínio dos Direitos Humanos, incluindo a promoção de todos os instrumentos de Direitos Humanos relativos às mulheres. A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos insta os Governos, as instituições e as organizações intergovernamentais e não-governamentais a intensificarem os seus esforços com vista à proteção e à promoção dos Direitos Humanos das mulheres e das meninas.” Disponível em: < www.cedin.com.br > Acesso em: 28 dez. 2012.

Dessa forma, o artigo trigésimo sexto instiga “gozo pleno e em condições de igualdade de todos os Direitos Humanos pelas mulheres, e a que tal constitua uma prioridade para os Governos e para as Nações Unidas [...]”.⁴⁹¹ Deve-se ainda tornar integrante as principais atividades em todo o sistema da ONU, a igualdade de estatuto e os direitos humanos das mulheres, isso quer dizer, promover melhor articulação entre os órgãos e mecanismo das Nações Unidas na forma do artigo trigésimo sétimo.

O artigo trigésimo oitavo apresenta-se de suma importância, ao determinar que se elimine a violência contra as mulheres, tanto na esfera pública como na privada. Já o artigo trigésimo nono “apela à erradicação de todas as formas de discriminação, flagrantes ou ocultas, de que as mulheres são vítimas.”⁴⁹² Instigando assim que a ONU encoraje a “ratificação universal, por todos os Estados até ao ano de 2000, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres [...]”.⁴⁹³

Os subsequentes artigos tratam ainda da questão de acesso à informação aos meios de proteção desses direitos — quadragésimo; usufruir desde o mais elevado padrão de saúde física e mental — quadragésimo primeiro. Destaca também para a necessidade de inclusão do estatuto da mulher e seus direitos humanos pelos órgãos de controle da aplicação de tratados, salientando de que os Estados deverão ser encorajados a enviar relatórios — quadragésimo segundo.

Outro fator diz respeito ao emponderamento da mulher, promovendo seu acesso às competências decisórias e processos de tomada de decisão, disposto no artigo quadragésimo terceiro. E, finalmente, o artigo quadragésimo quarto já antecipava, mencionando por vir, a já programada Conferência de Beijing, prevista para ocorrer em Pequim, em 1995. “Insta que os Direitos Humanos das mulheres desempenhem um papel importante nas suas deliberações, em conformidade com os temas prioritários relativos à igualdade, ao desenvolvimento e à paz [...]”.⁴⁹⁴

Note-se que a redação tanto dos mecanismos vistos anteriormente, como da Conferência de Viena e a próxima Conferência de Beijing trazem elementos acumulativos, passando de uma à outra, no sentido de complementar e melhorar prováveis lacunas e interpretações.

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ Ibidem.

⁴⁹⁴ Ibidem.

Em outras palavras, demonstra a necessidade de flexibilização das normas, leis, estatutos; enfim de um corpo protetivo aos direitos humanos, de forma geral.

e) A Conferência de Beijing, de 1995⁴⁹⁵

A Conferência de Beijing, ou a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz, foi celebrada no período de 4 a 15 de setembro de 1995, na cidade de Beijing, China. Caracterizou-se como uma conferência de imenso impacto, com aproximadamente cinquenta mil participantes, dos quais mais de dois terços eram mulheres. Expressivas foram também as diversas dificuldades de negociações e resistências, principalmente advindas dos organismos religiosos quanto à temática das mulheres, apodando-a de “uma Conferência entre Colchetes”, devido a inúmeras reservas entre colchetes no documento final. De acordo com Alves Lindgren havia “370 colchetes num conjunto total de 362 parágrafos”⁴⁹⁶, ou seja, falta de consenso por parte, principalmente dos países fundamentalistas e com forte influência do Vaticano⁴⁹⁷.

Esperava-se da Conferência de Beijing soluções a variadas questões pertinentes às mulheres. Contudo, enquanto última

⁴⁹⁵ Existe interessante literatura, com variadas perspectivas tratando da Conferência de Beijing. Ver: COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Solidariedade e soberania nos discursos sobre ‘mulher’ nas Conferências de Cairo e de Beijing**. Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, Dissertação de Mestrado, 2003; DA COSTA, Patrícia Pepper Gay. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais: contribuição brasileira à Conferência de Beijing 95**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, 1997; HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2007; NATIONS, United. **Human rights of women. In: Beijing to Beijing +5: review and appraisal of the implementation of the Beijing Platform for Action**. New York: United Nations, 2001; NOGUEIRA, Ana Beatriz. **Conferência de Beijing: os direitos das mulheres no cenário internacional**. Brasília: MRE. Instituto Rio Branco, 2005;

⁴⁹⁶ ALVES, op. cit., 2001, p. 219.

⁴⁹⁷ Costa apresenta uma série de análises dos discursos a respeito das mulheres, proferidos durante esta Conferência, bem como anteriormente a de Cairo, tais como os discursos do Vaticano, dos Estados mulçumanos e dos Estados católicos da América Latina. Ver: COSTA, op. cit., 2003, p. 78-120.

Conferência⁴⁹⁸, da ONU e carregada de dupla continuidade nos seus elementos já acatados em outros momentos, estes colchetes significaram retrocesso nas conquistas até então alcançadas. Sônia Correia fornece exemplo deste tipo de colchete na frase: “os direitos das mulheres são direitos humanos”. Isto é, após uma semana de negociação, os colchetes permaneciam⁴⁹⁹, apesar desta frase ter sido usada previamente na Conferência de Viena, em 1993. O uso desnecessário desses colchetes ficou bastante explícito com a indagação radical apresentada pelo ministro brasileiro Lindgren Alves durante a Conferência: “não compreendo o que se passa. Há entre nós algum louco que possa considerar que os direitos das mulheres não são direitos humanos.”⁵⁰⁰

Não obstante as contrapressões refletidas nos colchetes, bem como as dificuldades impostas pelo governo chinês, — mudança do local da Conferência e deslocamento da reunião das organizações não-governamentais para a cidade de Huairou, buscando com isso, atrapalhar o acesso das mulheres à Conferência, e intervir no contato com mulheres chinesas —, Beijing teve seus pontos positivos.

Com o objetivo de reafirmar o “compromisso com os direitos humanos das mulheres, dando continuidade à agenda global para o progresso e fortalecimento da condição feminina no mundo”⁵⁰¹, esta Conferência conseguiu elaborar sua Declaração e Plataforma de Ação. Para Alves, a Plataforma de Ação oriunda da Conferência de Beijing é significativa, pelo fato que seu “escopo cobre virtualmente todos os campos de interesse para a situação da mulher no mundo e nas respectivas sociedades.”⁵⁰² Além do mais, caracteriza o “mais completo diagnóstico internacional sobre a matéria e o mais pormenorizado guia para as ações a serem tomadas por Estados, organizações

⁴⁹⁸ A das conferências mundiais sobre as mulheres, inaugurada, [...] em 1975, no México, e a das Conferências mundiais sobre temas globais realizadas pelas Nações Unidas na década de 1990 – Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992; Conferencia Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; Conferencia Internacional sobre Desenvolvimento e População, no Cairo, em 1994; Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995. [...]. Ver: HADDAD, op. cit., p. 79.

⁴⁹⁹ CORREIA, Sônia. Beijing histórias e geografias: um primeiro balanço. Brasília: CFEMEA, ano III, n. 32, set., 1995, p. 4-8.

⁵⁰⁰ Idem, ibidem.

⁵⁰¹ HADDAD, op. cit., p. 84.

⁵⁰² ALVES, op. cit., 2001, p. 220.

governamentais e não-governamentais, meios de comunicação, famílias e indivíduos”⁵⁰³, de maneira a superar discriminações de gênero.

A Plataforma é constituída dessa forma, por 361 parágrafos, sendo dividida em seis capítulos. Devido a sua extensão serão apontadas apenas características de cada capítulo, a partir de observações feitas por Alves, portanto sem adentrar minuciosamente na totalidade de seus 361 parágrafos.⁵⁰⁴

O capítulo I recebeu o nome de ‘Declaração de Objetivos’, conforme o autor citado, marca a natureza de um documento, em forma de agenda para o “*empowerment* das mulheres”⁵⁰⁵, de modo a acelerar a execução das Estratégias de Nairobi, originárias da III Conferência Mundial, de 1985, e a “remover os obstáculos à participação da mulher na vida pública e privada, mediante a observância do princípios da repartição de poder e responsabilidade com o homem.”⁵⁰⁶

Já o capítulo II é intitulado de ‘Contexto Mundial’, e “adianta que a Plataforma de Ação visa a estabelecer um grupo básico de ações prioritárias a serem desenvolvidas nos cinco anos seguintes.”⁵⁰⁷ Inclui também “aspectos da realidade internacional contemporânea, as comunicações globais e sua responsabilidade pela disseminação de imagens estereotipadas e inferiorizantes da mulher.”⁵⁰⁸ O capítulo III aborda as áreas críticas de preocupação, tais como:

A carga persistente e crescente da pobreza sobre a mulher; as desigualdades e inadequações no acesso à educação e ao treinamento; as desigualdades e inadequações no acesso aos serviços de saúde e conexos; a violência contra a mulher; os efeitos de conflitos armados e de outros tipos sobre as mulheres, inclusive aquelas que vivem em territórios sob ocupação estrangeira; a desigualdade nas estruturas e políticas econômicas, em todas as formas de atividades produtivas e no acesso a recursos; a

⁵⁰³ ALVES, p. 220.

⁵⁰⁴ Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2012.

⁵⁰⁵ ALVES, p. 221.

⁵⁰⁶ Idem, ibidem.

⁵⁰⁷ Idem, ibidem.

⁵⁰⁸ Idem, ibidem.

desigualdade entre homens e mulheres no exercício do poder e na tomada de decisões em todos os níveis; a insuficiência de mecanismos em todos os níveis para promover o avanço da mulher; a falta de respeito e de promoção e proteção adequada aos direitos humanos das mulheres; os estereótipos sobre a mulher e a desigualdade no acesso e na participação da mulher em todos os sistemas de comunicação, especialmente nos *media*; as desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção ambiental; a persistência da discriminação contra a menina e a violação de seus direitos.⁵⁰⁹

Essas áreas críticas são consideradas também doze áreas de preocupação prioritária, conforme coloca Maria Luiza Viotti na apresentação do documento oficial.⁵¹⁰ Quanto ao capítulo IV, afirma Alves que é o mais longo, num total de 100 páginas, “densas e minuciosas, às vezes repetitivas e confusas [...] ressaltando, do início ao fim, a perspectiva de gênero – conceito de conteúdo sociológico – sobre a diferenciação por sexo – de conotação meramente biológica [...]”⁵¹¹ em respostas às demandas mundiais dos movimentos de mulheres.

Contemplando as “Disposições Institucionais”, o capítulo V “faz grande número de recomendações aos Governos, à ONU, seus órgãos, suas comissões regionais e suas agências especializadas”⁵¹² de forma a que se implemente, promova e divulgue a Plataforma de Ação. E, por último, o capítulo VI aborda as “disposições financeiras necessárias aos objetivos da Plataforma de Ação.”⁵¹³

É importante reafirmar que apenas os tratados e convenções são instrumentos de Direito Internacional, onde depois de ratificados devem ser cumpridos, caso contrário, serão administradas as respectivas sanções internacionais. As declarações são apenas cartas de intensão, representando o compromisso político daqueles Estados-membros. E, no caso dos planos de ação, são somente definições de ações que urgem ser

⁵⁰⁹ Idem, p. 223-224.

⁵¹⁰ Disponível em: < <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2012.

⁵¹¹ ALVES, p. 224.

⁵¹² Idem, p. 230.

⁵¹³ Idem, p. 231.

implementadas nos âmbitos nacional e internacional. Ou seja, por mais que haja declarações e planos de ações, não possuem força jurídica internacional de forma a obrigar seu cumprimento. Portanto, cada vez mais é necessário criar mecanismos efetivos com poder legal, de modo a serem transformados em leis nacionais e internacionais.

Antes de se concluir este item e dar sequência à segunda parte deste terceiro capítulo, de forma ilustrativa apresenta-se um quadro⁵¹⁴ que permite visualizar o comprometimento do Brasil com relação a esses instrumentos e mecanismos internacionais. Extraído do artigo apresentado por Leila Linhares Barsted, “Lei e Realidade Social: igualdade x desigualdade”, na qual a autora enfatiza que do “conjunto dos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos acima assinalados, apenas os tratados e convenções têm força de lei no Brasil [...]”.⁵¹⁵

⁵¹⁴ In: BARSTED, op. cit., p. 32.

⁵¹⁵ Ibidem.

Quadro 1: Principais Tratados, Declarações, Pactos, Planos de Ação e Convenções Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos Ratificados pelo Brasil

Data de aprovação pela ONU	Data de Ratificação pelo Brasil	Instrumentos Internacionais
1945	1945	Carta das Nações Unidas
1948	1948	Convenção contra o Genocídio
1948	1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1965	1968	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
1966	1992	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos
1966	1992	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
1979	1984*/1994	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
1984	1989	Convenção Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
1989	1990	Convenção sobre os Direitos da Criança
1993	1993	Programa de Ação da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Viena)
1993	1993	Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher
1994	1994	Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo)
1994	1995	1 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)
1995	1995	1 IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing)
1999	2001**	Protocolo Facultativo CEDAW

Fonte: BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: CEPIA; BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. **As mulheres e os direitos humanos**: traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: CEPIA, n. 2, 2001, p. 31.

*Convenção assinada com reservas, em 1984, na parte relativa ao direito de família. Em 1994, o Brasil retirou as reservas e ratificou plenamente esta Convenção.

**Este protocolo foi assinado pelo governo brasileiro e está esperando sua ratificação pelo Congresso Nacional.

Este quadro, além de permitir visualizar a participação do Brasil através da ratificação de tais normas, fornece outros elementos de análise para estudos futuros. Por exemplo, a averiguação se está realmente sendo acatadas tais normas em acordo com seus dispositivos, ou no que diz respeito às políticas internas para as mulheres, se estão sendo levadas em consideração, bem como apreciação dos relatórios enviados a CSW.

3.2 MEDIDAS PROJETADAS: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

A proposta deste último assunto é apontar novas formas de mecanismos que possam ajudar na efetivação dos direitos humanos das mulheres. Como visto, houve mudança significativa no processo de reconhecimento desses direitos e foi bastante interessante à maneira pela qual se desenrolaram (cap. 2).

Historicamente, esses direitos foram sendo conquistados por meio de lutas individuais ou em grupos de mulheres, em momentos de extrema exclusão de suas participações nas esferas públicas e privadas. Contudo, enquanto ciclos são encerrados, outros são abertos, e com eles surgem novas possibilidades.

O ciclo das novas tecnologias certamente impulsionou essas lutas, globalizando-as. Com isso, gradualmente tais lutas foram crescendo e ganhando forma. Ou seja, se caracterizando como um grande veículo motor, para que os direitos humanos das mulheres fossem finalmente reconhecidos e consolidados.

Como afirma Touraine, “a sabedoria consiste em reconhecer as diferenças profundas que distinguem a cultura contemporânea da cultura relativa a um passado já distante.”⁵¹⁶ Consequentemente, os paradigmas existentes se revelam anacrônicos. A criatividade precisa surgir para que novos paradigmas de perspectivas mais humanas e integradas à natureza sejam construídos. Conforme Vananda Shiva⁵¹⁷, as mulheres num todo constituem a maior fonte de criatividade, elemento essencial para essa mudança.

Segundo esta autora, a criatividade é o fio condutor para a mudança que estamos esperando. Enfatiza também que são as mulheres que trazem elementos intrínsecos necessários para o novo paradigma. Possuem a capacidade de buscar produção com menos destruição, e mais criatividade comunitária, sabem compartilhar, usam força pacífica e não destrutiva e respeitam a conexão com a natureza.⁵¹⁸

Portanto, a ideia de medidas projetadas estará baseada na continuidade da atuação destes elementos e em resgatar a conexão da

⁵¹⁶ TOURAINE, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Titton. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 213.

⁵¹⁷ Disponível no Youtube: O tempo e o modo; > m.youtube.com/#/user/ECOERECTUS > Acesso 28 dez. 2012.

⁵¹⁸ Ibidem.

mulher como parte intrínseca à natureza de Pachamama⁵¹⁹. Nesse sentido, serão diferentes elementos, desde os subsídios da abordagem do ecofeminismo, como também aspectos do ativismo transnacional à perspectiva latina americana.

3.2.1 Ativismo Transnacional e os Direitos Humanos das Mulheres

A manifestação da luta das mulheres representada por meio de ONGs, com certeza constitui um avanço advindo do processo de internacionalização, isto é, desde o início dos anos noventa essa internacionalização vem fomentando um ativismo transnacional. Conforme Reilly, é a partir deste período que redes de feminismo transnacional e ONGs começaram a se engajar de forma sistemática entre as diferentes entidades da ONU, envolvidas na definição de uma agenda global relacionada aos direitos humanos, conflito, segurança, meio ambiente, desenvolvimento e políticas econômicas.⁵²⁰ De modo que estas pautas destacam a presença das mulheres mediante suas reivindicações.

A fonte inspiradora e perceptiva para estudar o ativismo transnacional, enquanto mecanismo de ajuda na efetivação dos direitos humanos das mulheres, surgiu em consequência da participação desta pesquisadora na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012, desenvolvendo trabalho de colaboração para algumas organizações internacionais não-governamentais, dentro do *Women Major Group*. Entre elas: a *Women's Environment and Development*

⁵¹⁹ Pachamama significa Mãe Terra. A palavra é de origem quéchua, uma língua antiga dos povos andinos anterior aos Inkas. Pacha quer dizer solo, terra ou mundo. Mama é a mãe ou senhora. O antropólogo Angel Yujra explica que a palavra Pachamama vem de dois vocábulos aymara e quéchua. Pacha com seu significado de tempo, espaço e representação do todo, e Mama é a representação da categoria superior entre as mulheres, o mais alto cargo espiritual, político e de autoridade dentro de uma cultura ou confederação de nações. Disponível em: < http://hernehunter.blogspot.com.br/2009/08/pachamama_16.html > Acesso em: 1 fev. 2013.

⁵²⁰ REILLY, Niamh. **Women's human rights: seeking gender justice in a globalizing age**. Grã-Bretanha: Polity Press, 2009, p.1.

*Organization (WEDO)*⁵²¹ e a *Women in Europe for a Common Future (WECF)*.⁵²²

Neste trabalho adota-se o conceito de ativismo transnacional de Moghadam. Trata-se de “uma ação coletiva de cunho transfronteiriço, envolvendo pessoas de dois ou mais países, com objetivos em torno de específicas campanhas ou movimentos de longo prazo. Também assume diferentes formas, desde o *lobbying* e a defesa/apoio ativo (*advocacy*), como os protestos e as ações diretas. Além disso, pode ser conduzido por grupos pequenos, *networks* (rede de comunicação), organizações ou movimentos de massa.”⁵²³

Esse ativismo transnacional, dessa forma, baseia-se na interação feita entre ONGs de âmbito nacional e internacional, OIs e Estados. O uso da Internet constitui um de seus principais meios de comunicação. Seu avanço possibilitou crescente troca de informações e mobilizações entre esses atores, resultando assim numa intensa e bem estruturada rede de comunicação. Violações dos direitos humanos são rapidamente e de forma ampla informadas em diferentes canais existentes na Internet, acima de tudo nas redes sociais.

Além do mais, organizações como as citadas anteriormente, criam também grupos/listas de discussões por meio do uso de *e-mails*, a fim de manter informados o máximo possível de entidades, organizações, pesquisadores, estudantes e indivíduos independentes, a respeito de discussões que ocorrem em reuniões com a ONU e outras OIs nas quais suas medidas e resoluções são tomadas, repercutindo e impactando diretamente a sociedade no nível mundial, veiculando também informações a partir de suas *websites*.

Na maior parte das vezes, o acesso à lista de *e-mails* ocorre nas reuniões e eventos nacionais e internacionais, onde se coleta o nome do usuário, *e-mail*, país de procedência e organização à qual está vinculada. Dessa maneira, cria-se um sistema de banco de dados com usuários alocados ao redor do mundo, que divulgam assim informações, bem como fazem chamadas públicas para manifestações, participação em reuniões, e coletas de assinaturas como meio de petição concernente à determinada questão.

⁵²¹ Ver: <<http://www.wedo.org/>> Acesso em: 05 set. 2012.

⁵²² Ver: <<http://www.wecf.eu/english/publications/index.php>> Acesso em: 05 set. 2012.

⁵²³ MOGHADAM, Valentine M. **Transnational activism**. In: SHEPHERD, Laura J. (org.). *Gender matters in global politics: a feminist introduction to international relations*. New York: Routledge, 2010, p. 292.

Também fomentam e incentivam os participantes desta lista a realizarem cursos de plataforma *online* gratuitos, oferecidos por outras ONGs, pela ONU, e por outras OIs. Essa estratégia dissemina conhecimento, esclarecimento e, conseqüentemente, gera maior participação nas causas sociais.

Moghadam apresenta duas estratégias do ativismo feminista transnacional. A primeira é a mobilização organizada e contínua. A autora a denominou de *transnational feminist network* (rede de comunicação feminista transnacional). A segunda é chamada de *feminist humanitarianism and International solidarity* (humanitarismo feminista e solidariedade internacional). Resumidamente, a primeira estratégia estaria voltada às redes de comunicação transnacionalmente alusivas às agendas da política econômica neoliberal, às questões do fundamentalismo e aos direitos humanos das mulheres⁵²⁴, grupos de mulheres, a paz, conflitos e as guerras. Já a segunda, como o próprio nome afirma, compreende grupos de mulheres empenhadas com o humanitarismo e trabalhos de solidariedade entre fronteiras.⁵²⁵

A partir destas duas estratégias, neste trabalho será abordada também outra interessante forma de entendimento, a qual está emergindo na América Latina, denominado Pachamama: o Resgate da Natureza Espiritual do Ser, tendo em vista convergir com vários pontos das estratégias trabalhadas por Moghadam, mesclando e ampliando esse leque de possibilidades, assunto a seguir apresentado.

3.2.2 Pachamama: o Resgate da Natureza Espiritual do Ser

Está emergindo na América Latina um chamado ao resgate dos direitos de Pachamama. Exemplo concreto deste novo direito se faz na

⁵²⁴ Na América Latina encontra-se o Comitê Latino Americano e Caribenho para Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres (CLADEM). Atua em 14 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, El Salvador, México, Panamá, Paraguai, Porto Rico, Republica Dominicana e Uruguai. Além disso, possui *status* consultivo na OEA e Categoria II sobre os auspícios do ECOSOC. Disponível em: <www.cladem.org> Acesso em: 06 jul. 2012.

⁵²⁵ Ver: MOGHADAM, op. cit., p. 294-295.

Declaração Universal dos Direitos da Mãe⁵²⁶, documento elaborado na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e Direitos de Pacha Mama, ocorrida em Cochabamba, na Bolívia, em 2010. É notável a influência que esta Declaração está provocando, principalmente na América Latina, nos movimentos campesinos, indígenas, de mulheres⁵²⁷ e místico-espirituais⁵²⁸. Outro exemplo é a aprovação de uma nova lei maior, pela Assembléia Constituinte do Equador, em 25 de julho de 2008, incluindo os direitos da Mãe-Terra. Num primeiro momento, poderá parecer algo holístico, ou tal assunto ser tratado como nova busca utópica. Contudo, esta nova abordagem será aqui levada em consideração.

Por que utópico, quando a realidade mostra possível a criação de novos métodos? Durante a Conferência Rio+20, a *WECF* premiou várias mulheres que individualmente ou em grupos realizaram trabalhos meritórios de reconhecimento.⁵²⁹ Diversas categorias foram

⁵²⁶ Disponível em: <<http://rio20.net/pt-br/propuestas/declaracao-universal-dos-direitos-da-mae-terra>> Acesso em: 01 ago. 2012. Essa Declaração é composta de Preâmbulo, e quatro artigos. A Constituição do Equador foi a primeira a reconhecer os direitos da natureza. Ratificado por referendo popular em setembro de 2008.

⁵²⁷ Um dos consolidados grupos de mulheres é a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas* “Bartolina Sisa”, localizado na Bolívia.

⁵²⁸ A Mística Andina é o retrato de um desses movimentos e que vem se consolidando a mais de dez anos, espalhado no Brasil e Argentina. A partir das orientações de Lucidor Flores, guia espiritual desde grupo, vem semeando-se o resgate do ser com a natureza de Pachamama. Um retorno à vida comunitária, simples, livre da influência desenfreada do consumismo sem consciência, da extrema individualidade, da falta de conexão com o âmago e o entorno. Lucidor Flores destaca que as mulheres devem trabalhar no sentido do emponderamento, mas jamais perdendo a delicadeza feminina e sua intuição. Realizam trabalhos de serviços voluntários por meio da ONG Pachamama. Ver:<<http://www.misticaandina.com.br>> Acesso em: 25 jan. 2013.

⁵²⁹ A brasileira Claudete da Costa Ferreira, da cidade do Rio de Janeiro, foi uma das agraciadas. Ganhou o primeiro prêmio sobre trabalhos dignos e saúde. Trabalha vinte e dois anos como recicladora nas ruas do RJ. Em 2001 fez um curso de liderança no Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social, e agora trabalha como presidente da Cooperativa Reciclando para Viver. Sua fala de encerramento, ao receber o prêmio entregue pela Ministra do Meio Ambiente da Islândia, Dóris Leuthard — citando seu colega de trabalho Wanderson — foi: “Não me trate como lixo, sou trabalhador assim como vocês.” Disponível em: <<http://www.wecf.eu/english/articles/2012/06/women-goodpracticeaward.php>> Acesso em: 05 set. 2012.

contempladas: soberania alimentar, adaptação climática, empregos decentes e saúde, a questão da água e saneamento e, por último, a temática sobre energia sustentável. Todos esses temas fazem parte das reivindicações de direitos das mulheres. Apesar de suas dificuldades, conseguem, com sucesso, apresentar novas técnicas que permitem dar acesso à dignidade humana das mulheres nessas áreas afetas⁵³⁰, além de remeterem seus trabalhos aos direitos de realizá-los. Ou seja, a criatividade feminina, o conhecimento normativo e a harmonia com o seu entorno promovem a transformação.

Germana de Oliveira e Martha Martins abordam o aspecto da “dignidade do ser feminino [...]”⁵³¹ essencial para o resgate de importantes prismas, que num todo formam uma unidade para a integração do feminino e a Mãe-Terra. Essas autoras “reconhecem a necessidade de se constituir relações solidárias entre os homens e mulheres”⁵³² afirmando que:

[...] nossa época há de ser lembrada como um ponto de viragem na evolução de nosso planeta e de nossa cultura: a época em que o Feminino Consciente rompeu os grilhões, não apenas nas mentes e corações das mulheres, mas também nos dos homens.⁵³³

Nesse sentido, expressando que “a reintegração das mulheres e dos chamados valores femininos como compaixão, não-violência e o importar-se com todas as áreas da vida, são componentes centrais para a saída de um sistema dominador de organização social para um sistema de parceria.”⁵³⁴

⁵³⁰ Para ter acesso a todas as dezesseis ganhadoras e seus trabalhos acesse: <<http://www.wecf.eu/english/articles/2012/06/women-goodpracticeaward.php>> Acesso em: 05 set. 2012.

⁵³¹ MORAES, Germana de Oliveira; MARTINS, Martha P. M. Joca. **A dignidade do ser feminino**: do retrato em preto e branco da violência doméstica à virada cultural emancipatória das mulheres por meio de ações jurídico-políticas afirmativas e promocionais de seus direitos humanos e fundamentais. Disponível em: <www.conpedi.org.br/anais/36/07_1397.pdf> Acesso em: 10 jan. 2013, p. 481- 509.

⁵³² Ibidem, p. 499.

⁵³³ Idem, p. 500.

⁵³⁴ Idem, ibidem.

As citadas autoras entendem que a importância da feminização do poder, ajuda na reflexão de valores, na estruturação de nova ética, bem como na construção de um novo paradigma de consciência necessário atualmente a todos.⁵³⁵ Em outras palavras, estas autoras observam de que a “revalorização do feminino, em suas múltiplas formas de expressão, é um caminho que pode levar à substituição da dominação pelo respeito mútuo, da competição pela parceria e cooperação [...]”⁵³⁶

Perceba-se que os elementos: solidariedade, criatividade, cooperação, parceria, respeito, fraternidade, conexão com a natureza são todos fundamentos antigos, já abordados em outros momentos, e que, não obstante, foram anulados pelos paradigmas patriarcais. No entanto, segundo Thomas Kuhn, a construção de um paradigma acontece quando existe uma sensibilização anterior motivadora à sua estruturação.⁵³⁷ Isso dá sentido às novas emergências, que buscam renovar os dispositivos em crise.

Dessa forma, a separatividade do ser e seu entorno vem tenuamente se desfazendo, e revelando a integração do todo, ou seja, de que não se constitui uma superioridade ao externo, ao meio, à natureza, mas sim parte viva dela, integrada a ela, assim é necessário reconhecê-la, enxergar outro potencial, não autodestrutivo, mas sim conscientemente produtivo.

O resgate do feminino com a Pachamama permite às mulheres acessarem a um conhecimento muito antigo, do contato com o natural, com a força produtiva sem destruição, a construção com equilíbrio, os ciclos da lua no sentido do tempo. Isso dá fundamentação à luta, por exemplo, de mulheres camponesas pelos seus direitos ao uso da terra.

A utopia que possa parecer subjacente nessa abordagem, se revela real quando grupos, e movimentos se mobilizam transnacionalmente para reviver estes aspectos, buscando na natureza a integração e os elementos necessários para produzir seus meios, o respeito aos seus direitos, não categorizados, mas sim comuns e igualitários, sem divisões de classe, tampouco laborais, todos trabalham com sua criatividade dentro do que mais há identificação, respeitando e valorando o próximo.

⁵³⁵ Idem, p. 501.

⁵³⁶ Idem, p. 503.

⁵³⁷ CANTARIN, Márcio Matiassi. Mia Couto e o ecofeminismo: por novos modos de ser e estar no mundo. In: **Anais 4º Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**. Maringá, 2010, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.anais2010.cieli.com.br/downloads/225.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2013.

Essa bandeira já foi levantada, buscando ultrapassar fronteiras e oceanos. O convite para o Encontro Internacional denominado: *Cerrando el ciclo del no-tiempo y recibiendo el nuevo ciclo; tiempo de equilibrio y armonía para la Madre Tierra (Pachakuti)* que ocorreu em 21 de dezembro de 2012, no Lago Titikaka — Bolívia⁵³⁸, é a expressão de que existem governos, grupos e movimentos, que buscam esse novo mecanismo para a mudança e legitimação dos direitos humanos de todos, incluindo a Mãe-Terra.

Nesse encontro foram apresentadas as seguintes pautas de discussão: a crise global do capitalismo, a crise climática, a consciência *Madre Tierra*, a recuperação das sabedorias, usos e costumes ancestrais, o viver bem como solução à crise global, a soberania alimentar, a integração-irmandade, economia comunitária complementar, o direito à comunicação, a aprendizagem comunitária para a vida, o novo ser humano integral *Kapac – Qamiri*, Pachaqama (identidade, des-patrialização – complementariedade, autoconhecimento, despertar da consciência), a saúde, a matriz civilizatória (governo mundial, capitalismo, socialismo, cultura da vida) e energia comunal – energia da mudança.⁵³⁹

O reconhecimento da necessidade de conjugar esses elementos para formar um novo modelo de direito, mesclando dimensões do ecofeminismo, do ativismo transnacional e da Pachamama poderá corroborar na formação de novo paradigma, talvez até mesmo um paradigma latino-americano de resgate às identidades, à natureza, e a dignidade humana, observando a atualidade global e as reais necessidades da pessoa humana e da Mãe Terra.

Em síntese, todos esses instrumentos e mecanismos constituídos e em construção, subjacentes à arena das Relações Internacionais, têm proporcionado crescente fiscalização do cumprimento destas normas. São exemplos práticos de sua aplicabilidade, no caso do Brasil: às delegacias de mulheres, os trabalhos de ONGs especializadas em direitos humanos e outras áreas junto aos órgãos governamentais. Além da instituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência, em nível nacional, responsável pela formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, são algumas destas políticas: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o Pró-Equidade de

⁵³⁸ Evento organizado pelo Ministério de Relaciones Exteriores da Bolívia.

⁵³⁹ Disponível em: <www.21diciembre.bo/index.php/es/convocatoria> Acesso em: 20 dez. 2012.

Gênero e Raça, a Rede de Atendimento à Mulher, entre outros⁵⁴⁰ bem como as coordenações municipais e estaduais voltadas às questões das mulheres. Da mesma maneira, a América Latina também obteve destacado ganho com a instituição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, onde petições individuais são aceitas.⁵⁴¹

⁵⁴⁰ Para ter acesso a essas políticas ver: < <http://www.sepm.gov.br/sobre> > Acesso em: 11 nov. 2012.

⁵⁴¹ Gonçalves realiza análise de diferentes casos submetidos à apreciação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, op. cit., p. 107-209.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Relações Internacionais contemporâneas abrangem variado leque de questões profundamente relacionadas às transformações globais. As mudanças sociais, econômicas e políticas do século XX, constituem elementos expressivos para as diversidades e os pluralismos deste século XXI em que se vive.

O crescente número de atores que passaram a participar nesse âmbito constitui importante fenômeno emergente. No caso da questão de gênero, especificamente evidenciou-se, durante a realização desta pesquisa, que tal abordagem já não mais se apresenta neutra e tampouco tratada de maneira marginal no âmbito dos estudos das Relações Internacionais.

A comprovação desta afirmação foi bastante reiterada nos aportes teóricos usados neste trabalho, para demonstrar e indicar o quanto a perspectiva de gênero é intrinsecamente pertinente ao estudo desta disciplina. Sobretudo no primeiro capítulo, com a discussão do que foram os denominados debates no âmbito das Relações Internacionais, de um lado fazendo uso de literatura crítica feminista à exposição de neutralidade, em contrapartida das argumentações dos teóricos realistas e neo-realistas, de outro, o capítulo segundo, da mesma forma contribui nesse sentido, ao tratar os direitos humanos das mulheres como questão subjacente as Relações Internacionais.

Assim sendo, a temática proposta de que a construção de gênero neste âmbito configurada como ator emergente podendo ser ilustrada através dos direitos humanos das mulheres e de sua necessidade de instrumentos eficazes à consolidação desses direitos condiz com a hipótese inaugural, de que são as relações tecidas entre os diversos atores internacionais, estatais, não estatais e os movimentos de mulheres os fomentadores à construção desses importantes instrumentos.

Em outras palavras, os direitos humanos das mulheres subjazem efetivamente nas Relações Internacionais em variados aspectos. Tal sustentação está retratada nos capítulos primeiro e segundo. Acima de tudo, essa asserção tem fundamentação também no fato, de que este assunto constitui pauta na agenda das Nações Unidas, e de muitos Estados, principalmente comprometidos ao ratificar as convenções e tratados condizentes com a matéria dos direitos humanos das mulheres e, ao mesmo tempo, ao se submeterem à fiscalização da ONU estão criando relações em nível internacional.

Igualmente, os mecanismos e normatizações geradas a partir de convenções auspiciadas pelas Nações Unidas durante a década de

noventa, estreitou tais relações internacionais. O empenho dos variados tipos de movimentos sociais, e como enfatizado neste trabalho, os movimentos de mulheres, somados aos esforços da ONU, elevaram esta condição de influência e de importância.

Os impactos na mudança legislativa em nível nacional concernente a temática das mulheres, são exemplos das conquistas decorrentes destas relações e atuações. A sociedade internacional configurada por estes diversificados atores conseguiu tornar o privado em esfera pública. Tais conquistas, como observado durante a pesquisa, refletem os esforços conjuntos de governos, organizações estatais e não estatais, dos movimentos feministas e de mulheres, além é claro dos ativistas de ambos direitos humanos.

São avanços destes esforços, além dos instrumentos e mecanismos apresentados no capítulo terceiro, a instituição da ONU Mulheres, atrelada ao ECOSOC, responsável em repassar financiamentos às organizações não-estatais envolvidas com as questões das mulheres, observando todas as suas categorias transversais.

Em nível nacional, embora não tenha sido abordado detalhadamente nesta pesquisa, observa-se a criação das delegacias de mulheres com atendimento direcionado às questões de violações de seus direitos. Bem como a criação de secretarias de políticas públicas para as mulheres em âmbitos municipais, estaduais e nacional. A implementação da Lei 11.340/06, conhecida como Maria da Penha. Existência também de promoção de cursos tais como o de formação de promotoras legais populares, realizado às vezes em conjunto entre o Estado e ONGs, ou apenas por ONGs, entre outros. Apesar de que muitas vezes, tais mecanismos e instrumentos não consigam dar atenção real às violações sofridas diariamente por expressiva quantidade de mulheres.

Da mesma forma, há a relevância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos atuando como instância internacional, para julgar casos relacionados às violações dos direitos humanos, ademais de sua Relatoria Especial para assuntos relacionados aos direitos humanos das mulheres.

Além do mais, aponta-se para atuação dos variados atores, principalmente dos movimentos de mulheres e ativistas defensores dos direitos humanos, de aspecto transnacional, com amplo poder de atuação nas Relações Internacionais.

Embora tais conquistas representem avanços quanto aos direitos humanos das mulheres, os mecanismos e instrumentos desta arquitetura normativa internacional enfrentam barreiras sociais, econômicas,

políticas e culturais no momento de sua ratificação e aplicação interna. Consequentemente, sua eficácia se torna comprometida, tornando enfraquecida esta estrutura internacional. Desde uma análise realista das Relações Internacionais, essa questão estaria vinculada com uma perda de soberania dos Estados, ou seja, perda parcial de seu poder.

De forma geral, estes foram pontos elencados durante esta dissertação. Nesse sentido, este trabalho, além de confirmar sua hipótese, contribui ainda com uma proposta de investigação, a qual se denominou de medidas projetadas. Defendendo o ativismo transnacional de mulheres e o resgate da cultura “Pachamama” enquanto elementos à construção possível de futura abordagem de análise do cenário das Relações Internacionais e a questão de gênero.

Finalmente, ressalta-se que nem todas as possibilidades de investigação foram esgotadas neste trabalho, devido acima de tudo, a uma limitação de tempo e objeto. Contudo, fica a possibilidade de futuras investigações, por exemplo: qual a participação efetiva de organizações não-governamentais na mesa de negociação?

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. **A arquitetura internacional dos direitos humanos**. São Paulo: FTD, 1997.

_____. **Relações Internacionais e temas sociais**: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.

ARENAL, Celestino del. **Introducción a las Relaciones Internacionales**. 3. ed. Madrid: Tecnos, 1994.

ASHWORK, Georgina. An elf among the gnomes: a feminist in North-South relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 3, 1988, p. 497-505.

BARBÉ, Esther. El estudio de las Relaciones Internacionales: crisis o consolidación de una disciplina? [Espanha]: **Revista de Estudios Políticos, Nueva Época**, n. 65, jul./sep., 1985, p. 173-196.

BARSTED, Leila Linhares. Lei e realidade social: igualdade x desigualdade. In: CEPIA; BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. As mulheres e os direitos humanos: traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. Rio de Janeiro: **CEPIA**, n. 2, 2001, p. 29-45.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sergio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEDIN, Gilmar Antônio et al. **Paradigmas das Relações Internacionais**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BROOKE, Ackerly; TRUE, Jacqui; STERN, Maria. **Feminist methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. **Universal human rights in a world of difference**. England: Cambridge University Press, 2008.

BROWN, Chris. **Understanding International Relations**. 2. ed. New York: Palgrave, 2001.

BROWN, Sarah. Feminism, international theory, and international relations of gender inequality. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n.3, 1988, p. 461-475.

BROWN, Sarah; GRANT, Rebecca; LONG, David. Women and international relations bibliography. **Millennium: Journal of International Studies** v. 17, n. 3, 1988, p. 517-537.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUNCH, Charlotte. Transforming human rights from a feminist perspective. In: PETERS, Julie; WOLPER, Andrea (org.). **Women's rights human rights**: international feminist perspectives. NY: Routledge, 1995, p. 11-17.

CAMPOS, Amini Haddad; CORRÊA, Lindinalva Rodrigues. **Direitos humanos das mulheres**. Curitiba: Juruá, 2008.

CHALERSWORTH, Hilary. What are "women's international human rights"? In: COOK, R. (org.) **Human rights of women**: national and international perspectives. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1994, p. 58-84.

CANTARIN, Márcio Matiassi. Mia Couto e o ecofeminismo: por novos modos de ser e estar no mundo. In: **Anais 4º Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários**. Maringá, 2010, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.anais2010.cielli.com.br/downloads/225.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2013.

CARR, Edward. H. **Vinte anos de crise**: 1919-1939. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1946.

Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Rio de Janeiro: UNIC, 2001. Disponível em: <www.unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf> Acesso em: 20 dez. 2012.

CEPIA; BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. As mulheres e os direitos humanos: Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero, **CEPIA**. Rio de Janeiro, n. 2, 2001.

CLADEM; PIMENTEL, Silvia; DORA, Denise Dourado (coord.). **As mulheres e a construção dos direitos humanos**: 200 anos de morte de Olympe de Gouges. Porto Alegre: Gráfica e Edit. Comunicação Impressa, 1993.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Solidariedade e soberania nos discursos sobre ‘mulher’ nas Conferências de Cairo e de Beijing**. Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, Dissertação de Mestrado, 2003.

DA COSTA, Patrícia Gay Pepper. **A inserção da categoria de gênero nas Relações Internacionais**: contribuição brasileira à Conferência de Beijing '95. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Departamento de Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado, 1997.

DA SILVA, Andreia Rosenir. **O estudo de gênero nas Relações Internacionais e a ONU Mulheres no Brasil**. In: 9º Congresso de Direito Internacional, 2011, Brasília. Estudos de Direito Internacional, Curitiba: Juruá, v. XXI, 2011, p. 95-102.

DOS PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes. Gênero e realismo político: uma análise. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 83-117.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases**: making sense of international politics. Berkeley: University of California Press, 1990.

FRIEDMAN, Elizabeth. Women's Human Rights: the emergence of a movement. In: PETERS, Julie; WOLPER, Andrea (orgs.). **Women's human rights**: international feminist perspectives. NY: Routledge, 1995, p. 18-35.

GOETZ, Anne Marie. Feminism and the limits of the claim to know: contradictions in the feminist approach to women in development.

Millennium: Journal of International Studies v. 17, n. 3, 1988, p. 477-496.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**: uma análise de casos admitidos entre 1920 e 2008. Universidade de São Paulo: Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011.

GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas das relações internacionais**. Tradução de Vânia de Castro, São Paulo: Contexto, 2004.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2007.

HALLIDAY, Fred. Hidden from international relations: women and the international arena. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 3, 1988, p. 419-428.

_____. **Repensando as relações internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequillo. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. United States of America: Cornell University Press, 1986.

HEMMINGS, Clare. **Contanto estórias feministas**, Florianópolis: Estudos Feministas, v.17, n. 1, jan./abr., 2009, p. 215-241.

HERNANDEZ, Matheus Carvalho. Conferência de Viena (1993): direitos humanos como temática global. In: **Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”** disponível em: <<http://www.unesp.br/santiagodantassp>> Acesso em 27 dez. 2012, p. 1-33.

HERRERA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, et.al. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HERZ, Mônica. **Organizações Internacionais**: histórias e práticas. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**: uma história. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HURTADO, Peter Molina. El debate contemporáneo de las Relaciones Internacionales. **Revista Venezolana de Ciencia Política**. [Venezuela], n. 38, jul./dec., 2010, p. 65. Disponível em:

<<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/34717/1/articulo3.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2013.

KAWAMURA, Karlo Koiti. **Atores nas Relações Internacionais e o protagonismo das empresas transnacionais**: possibilidades e limites dos regimes internacionais como instrumentos de sua regulamentação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Dissertação de Mestrado, 2012.

KEOHANE, Robert. Teoria das Relações Internacionais: contribuições a partir de uma visão feminista. In: OLIVEIRA, Odete Maria (org.). **Relações Internacionais**: a questão de gênero. Ijuí: Unijuí, 2011, p. 175-191.

_____. International Institutions: two approaches. **International Studies Quarterly**, v. 32, n. 4, 1988, p. 379-396. Disponível em: <[http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE_International_Institutions-two_approaches_\(JSTOR\).pdf](http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE_International_Institutions-two_approaches_(JSTOR).pdf)> Acesso em: 14 mar. 2013.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regime as intervening variables. **International Organization**, USA: The Mit Press, vol. 36, n. 2, Spring, 1982, p.185-205. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706520> Acesso em: 14 mar. 2013.

KURKI, Milja; WIGHT, Colin. **International Relations and social science**. Disponível em: <http://fds.oup.com/www.oup.com/pdf/13/9780199548866_chapter1.pdf> Acesso em: 1 fev. 2013.

LACERDA, Carmem Miranda Gonçalves de; SANTOS, Sidney Francisco Reis dos (org.). **Debate interdisciplinar sobre os direitos humanos das mulheres**. Florianópolis: Insular, 2010.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros; LAMOUNIER, Gabriela Maciel. A internacionalização dos direitos humanos. **Revista Jus Vigilantibus**, fev., 2008, p. 4. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=572>. Acesso em: 09 set. 2012.

MAINIERI, Yolanda Ingianna. Os direitos humanos das mulheres. In: Conferência Internacional de Direitos Humanos. **Anais da I Conferência Internacional de Direitos Humanos**. Brasília: OAB, Conselho Federal, 1997, p. 111-122.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATEUS, Elizabeth do Nascimento. **A efetividade da internacionalização dos direitos humanos da mulher no Brasil**: A lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/28618/a-efetividade-da-internacionalizacao-dos-direitos-humanos-da-mulher-no-brasil-a-lei-maria-da-penha>> Acesso em: 26 dez. 2012, p. 10.

MATHIAS, Suzeley Kalil (org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Ed. UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito dos tratados**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MERRY, Sally Engle. **Human rights & gender violence**: translating international law into local justice. Chicago: T<www.conpedi.org.br/anais/36/07_1397.pdf> he University of Chicago Press, 2006.

MOGHADAM, Valentine M. Transnational activism. In: SHEPHERD, Laura J. (org.). **Gender matters in global politics**: a feminist

introduction to international relations. New York: Routledge, 2010, p. 292-306.

MORAES, Germana de Oliveira; MARTINS, Martha P. M. Joca. **A dignidade do ser feminino**: do retrato em preto e branco da violência doméstica à virada cultural emancipatória das mulheres por meio de ações jurídico-políticas afirmativas e promocionais de seus direitos humanos e fundamentais. Disponível em: Acesso em 10 jan. 2013, p. 481- 509.

NARVAS, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando clinica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006, set./dez., p. 647-654.

NATIONS, United. **Beijing to Beijing +5**: review and appraisal of the implementation of the Beijing Platform for Action. New York: United Nations, 2001.

NEWLAND, Kathleen. From transnational relationships to international relations: women in development and international decade for women. **Millennium: Journal of International Studies** v. 17, n. 3, 1988, p. 507-516.

NOGUEIRA, Ana Beatriz. **Conferência de Beijing**: os direitos das mulheres no cenário internacional. Brasília: MRE. Instituto Rio Branco, 2005.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NICODEMUS, Marcela. **As Nações Unidas e a promoção do direito da mulher**: retórica ou realidade? Brasília: IRBR – XLVIII, 2005.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

_____. Relações Internacionais e o dilema de seus paradigmas: configurações tradicionalistas e pluralistas. In: OLIVEIRA, Odete Maria; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações Internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, p. 33-114.

OLIVEIRA, Odete Maria de; DA SILVA, Andréia R. Gênero como possível ator das Relações Internacionais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 23-81.

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A mídia como ator emergente das Relações Internacionais**: seu protagonismo no uso do *soft power* frente aos desafios das mudanças climáticas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Doutorado, 2010.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Direitos das mulheres, direitos humanos. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Direitos Humanos no século XXI**. Brasília: IPRI, 1998, p. 987-1004.

OLSSON, Giovanni. **O fenômeno da globalização e o novo cenário dos atores das Relações Internacionais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação, 2001.

PASSOS, Rodrigo Duarte F. dos. Gênero e realismo político: uma análise. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais: a questão de gênero**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011, p. 83-122.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: História [online], v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

_____. Os feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul. **Clio, Série Revista de Pesquisa Histórica**, n. 26-1, 2008, p. 59-82.

PELLET, Alain. **Direito internacional público**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PETERSON, V. Spike. Transgressing boundaries: theories of knowledge, gender and international relations. England: **Millennium/Journal of International Studies**, v.21. n. 2, 1992, p 183-206.

PETERS, Julie; WOLPER, Andrea. **Women's rights, human rights: International feminist perspectives**. Londres: Routledge, 1995.

PIACENTINI, Dulce de Queiroz. **Direitos humanos e interculturalismo: análise da prática cultural da mutilação genital feminina**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. A constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos. In: BARSTED, Leila Linhares; HERMANN, Jacqueline. As mulheres e os direitos humanos: Traduzindo a Legislação com a perspectiva de gênero. **CEPIA**. Rio de Janeiro: CEPIA, n. 2, 2001, p. 9-27.

PONCE, Pedro M. Carvalho. Género, pós-modernismo y Relaciones Internacionales. La identidade feminina em el discurso de las organizaciones internacionales. Espanha: **Confines**, 2/3 enero/mayo, 2006, p. 89-100.

POSSAS, Lídia Maria Vianna; REIS, Sarah de Freitas. Reflexões feministas acerca das Relações Internacionais. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas, 2009, p. 229-241.

REILLY, Niamh. **Women's human rights: seeking gender justice in a globalizing age**. Grã-Bretanha: Polity Press, 2009.

REYNALDO, Renata Guimarães. **O fenômeno global e o papel dos movimentos feministas na efetivação de uma globalização contra-hegemônica**. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Direito, 2012.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Direitos dos Tratados**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

SANTOS, Sidney Francisco Reis dos. **Os direitos humanos das mulheres visto através de um olhar pluralista e interdisciplinar**.

Florianópolis: tese de doutorado. Pós-graduação em Direito, UFSC, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil para a análise histórica**. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html>

Acesso em: 15 jan. 2011.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SELLA, Luís Felipe Costa. **A conferência mundial de Viena sobre os direitos humanos/1993**: a sua importância neste ramo do direito.

Disponível em: <<http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima5-Estrangeiro/Luis-Felipe-Sella.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2012, p. 1-18.

SERRA, Erica Roberts C. Igualdade e diferença nos direitos humanos. In: BITTAR, Eduardo C. B. (org.). **Direitos humanos no século XXI**: cenários de tensão. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009, p. 18-26.

SIMMONS, Beth A. **Mobilizing for human rights**: international law in domestic politics. New York: Cambridge University Press, 2009.

SMITH, Steve. Positivism and beyond. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (org.). **International Theory**: positivism & beyond. 9. ed. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 11-44.

SOARES, Ana Luiza Timm. **Inventando gênero**: feminismo, imprensa e performatividades sociais no Rio Grande dos “anos loucos” (1919 a 1932). Curitiba: Universidade do Paraná, Dissertação de Mestrado, 2010.

SQUIRES, Judith; WELDES, Jutta. Beyond being marginal: gender and International relations in Britain. England: **Political Studies Association**, BJPIR, v. 9, 2007, p. 185-203.

STEANS, Jill. Enganging from the margins: feminist encounters with the ‘mainstream’ of International Relations. England: **British Journal of Politics and IR**, v. 5, n. 3, aug., 2003, p. 428-454.

_____. **Gender and International Relations:** an introduction. Cambridge: Polity Press, 1998.

_____. **Gender and international relations:** issues, debates and future directions. Cambridge: Polity Press, 2006.

STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. **International Studies Perspectives**, v. 1, 2000, p. 233-244.

SYLVESTER, Christine. **Feminist theory and International Relations in a postmodern era.** New York: Cambridge University Press, 1994.

_____. The contributions of feminist theory to International Relations. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (org). **International theory: positivism and beyond.** New York: Cambridge University Press, 1996, p. 254-278.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics.** New York: Columbia University Press, 2001.

_____. **Gender in International Relations:** feminist perspectives on achieving global security. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 4 dez. 1997, p. 611-632.

_____. Hans Morgenthau's principles of political realism: a feminism reformulation. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n. 3, 1988, p. 429-440.

TONG, Rosemarie. **Feminist thought:** a comprehensive introduction. London: Routledge, 1989.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. Tradução de Gentil Avelino Tilton. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TOUSCOZ, Jean. **Direito internacional**. Tradução de Nuno Canas Mendes. Portugal: Publicações Europa-América, 1994.

TRINDADE, A. A. Cançado. Balanço dos resultados da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. In: **O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos**: Viena, 1993.

TRUE, Jacqui. Mainstreaming gender in international relations. In: SHEPHERD, Laura J. **Gender matters in global politics**: a feminist introduction to international relations. New York: Routledge, 2010, p. 189-203.

VELASCO, Manuel Díez. **Las organizaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 2007.

VIEIRA, Carlos Alberto Adi; OLIVEIRA, Odete Maria de (org.). **Relações Internacionais e Globalização**: grandes desafios. Ijuí: Unijuí, 1999.

WALTZ, Kenneth, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Tradução de Maria Luísa F. Gayo. Lisboa: Ed. Gradiva, 2002.

_____. **O homem, o Estado e a guerra**: uma análise teórica. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

WINDSOR, Philip. Women and International Relations: what's the problem? **Millennium: Journal of International Studies**, v. 17, n.3, 1988, p. 451-460.

Women, Law & Development International et al. **Women's human rights step by step**: a practical guide to using international human rights law and mechanisms to defend women's human rights. Washington, DC: Women, Law & Development International; Human Rights Watch, 1997.

SITES

<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf>
Acesso em: 14 mar. 2013.

<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2012.

<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discrimulher.htm>> Acesso em: 18 dez. 2012.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=222494>> Acesso em: 22 dez. 2012.

www.cedin.com.br> Acesso em: 28 dez. 2012.

<http://portal.mj.gov.br>> Acesso em 15 dez. 2012.

http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=6ade867f-ae13-4b58-9f9c-580ecd41efbe&groupId=10136> Acesso em: 22 dez. 2012.

<http://www.wedo.org/>> Acesso em 05 set. 2012.

<http://www.wecf.eu/english/publications/index.php>> Acesso em 05 set. 2012.

www.amnesty.or> Acesso em: 15 dez 2012

www.hrwf.net> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.womensnet.org.za/>> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.cladem.org/>> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.wlsa.org.mz/>> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.cfemea.org.br/>> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.dawnnet.org/>> Acesso em: 15 dez 2012

<http://www.un.org/womenwatch/daw/CSW60YRS/CSWbriefhistory.pdf> ≥ Acesso em: 17 dez. 2012.

<http://rio20.net/pt-br/propuestas/declaracao-universal-dos-direitos-da-mae-terra>> Acesso em: 1 ago. 2012.

<http://www.misticaandina.com.br/>> Acesso em: 25 jan. 2013.

[m.youtube.com/#/user/ECOERECTUS](https://www.youtube.com/#/user/ECOERECTUS)> Acesso em: 28 dez. 2012.

<http://oconsultores.wordpress.com/2011/03/09/mujeres-presidentas-en-latinoamerica/>> Acesso em: 6 Jun. 2012.

<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/onu-1/CSW%20-%20atualizado.pdf>> Acesso em: 17 dez. 2012.

www.21diciembre.bo/index.php/es/convocatoria> Acesso em: 20 dez. 2012.

<http://www.sepm.gov.br/sobre>> Acesso em: 11 nov. 2012.

http://hernehunter.blogspot.com.br/2009/08/pachamama_16.html> Acesso em: 1 fev. 2013.

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/dezembro/dia-da-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem.php>> Acesso em: 14 mar. 2013.

ANEXO

Table 1: Some Approaches to Teaching Gender in International Relations

<i>Approach</i>	<i>key characteristics</i>	<i>Strengths/weakness</i>	<i>Texts Using Approach</i>
“See no evil, read no evil, teach no evil”	State-centric Closely associated with IR canon Gender is irrelevant	No inclusion of gender	Williams, Goldstein and Shafritz, <i>Classic Reading of International Relations</i> (1999)
“Add women and stir”	Incorporates women not gender Addresses women in the context of existing IR canon Brings in selective “women’s issues” and feminist theory where deemed relevant	Little sustained gender analysis Women are not problematized and not integrated into mainstream analysis	Nossal, <i>The Patterns of World Politics</i> (1998) Goldstein, <i>International Relations</i> (1999)
Multiple paradigms	Begins from inter-paradigm debate in IR Acknowledges plurality of approaches to IR Gender can be used as an evaluation criterion	Use of gender dependent on each instructor Adds theoretical complexity and interplay between approaches Encourages evaluation of diverse and complicated approaches Can be unsettling for student and instructor	Jackson and Sorensen, <i>Introduction to International Relations</i> (1999) Sens and Stoett, <i>Global Politics: Origins, Currents and Directions</i> (1998)
Creating gendered IR	Begins from vantage point of women and men in their daily lives Begins from assumption that gender is central and complicated by race, class, ability, economic location, etc. International Relation includes not only states’ practices, but daily activities of people Redefines concepts like politics, power, autonomy, and cooperation to reflect gender	Analysis is complicated and challenging Requires new teaching methods and alternative resources Teaches outside the tradition IR canon Challenges cultural narrowness	Enloe, <i>Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics</i> (1989) Peterson and Runyan, <i>Global Gender Issues</i> (1999) <i>International Feminist Journal of Politics</i>

Fonte: STIENSTRA, Deborah. Cutting to Gender: Teaching Gender in International Relations. *International Studies Perspectives*, v. 1, 2000, p. 237.